



GRUPOTAP

**TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
(Consolidação)**

2016

RELATÓRIO DE GESTÃO
(PRINCIPAIS FACTOS)
E
CONTAS DO EXERCÍCIO

RELATÓRIO DE GESTÃO
(Principais Factos)

2016

Conjuntura

Conjuntura Internacional

A atividade económica mundial manteve, ao longo de 2016, os principais traços que a caracterizaram ao longo de 2015, esperando-se para o PIB mundial um crescimento na ordem dos 3,1%.

Nas economias avançadas, após uma evolução moderada da economia ao longo da primeira metade do ano, verificou-se, durante o segundo semestre, uma recuperação mais acentuada, impulsionada principalmente pela redução do nível de stocks e por alguma recuperação na produção manufatureira. Nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento (EME) observou-se, ao longo do primeiro semestre, uma ligeira melhoria nas perspetivas, apesar da elevada heterogeneidade entre países seguida, no entanto, de uma desaceleração inesperada, a refletir fatores idiossincráticos.

Entre as economias avançadas, nos Estados Unidos, a atividade recuperou fortemente após um primeiro semestre fraco, aproximando-se a economia da situação de pleno emprego. Em diversas outras economias avançadas, a produção permaneceu abaixo do potencial, tendo os números do terceiro trimestre sido um pouco mais fortes do que previamente previsto, em algumas economias como em Espanha e no Reino Unido, onde a procura interna cresceu acima do esperado, após o voto de Brexit. No Japão, as revisões históricas do crescimento indiciam um crescimento mais acentuado do que o antecipado em estimativas anteriores.

Relativamente às economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento da atividade apresentou-se na China um pouco mais forte do que o esperado, suportada pelo continuado estímulo político tendo, por outro lado, manifestado uma maior debilidade em alguns países latino-americanos atualmente em recessão, como na Argentina, no Brasil, e na Venezuela em contínua deterioração, bem como na Turquia, país que enfrentou uma forte contração nas receitas do turismo. Na Rússia, a atividade apresentou-se ligeiramente melhor do que o esperado refletindo, em parte, preços do petróleo mais sustentados.

Por seu turno, na vertente dos preços, a par da evolução da componente não-energética, observou-se nos bens energéticos, ao longo do ano, níveis inferiores face a 2015, estimando-se que o preço médio do barril de petróleo bruto Brent tenha evoluído de 52,4 USD em 2015, para 43,1 USD em 2016. Esta tendência, no entanto, influiu-se nas últimas semanas do ano, refletindo um acordo entre os principais produtores no sentido de corte na oferta.

Na área do euro, que representa sensivelmente 66% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, prosseguiu o processo de recuperação económica esperando-se, em 2016, um crescimento de 1,7%. Subjacente a este comportamento de referir, como principal contribuição, a procura interna – apoiada pela orientação muito acomodatória da política monetária do BCE –, enquanto as exportações líquidas mantiveram um ligeiro contributo negativo.

Entre as rubricas da procura interna, de registar o impacto do consumo privado e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ambos em linha com o registado em 2015. O mercado de trabalho manteve a tendência de recuperação situando-se o emprego, no entanto, inferior aos níveis pré- crise na generalidade dos países da área, e tendo a taxa de desemprego, embora com uma diminuição ligeira, permanecido acima de 10%. A recuperação da atividade económica foi generalizada à maioria dos países da área do euro, embora com diferenças de ritmo entre eles.

Em Espanha, representando sensivelmente 27% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, espera-se que a atividade, mantendo o ritmo do ano anterior, tenha terminado 2016 com uma evolução de 3,2%, impulsionada pelo consumo privado mas também pela FBCF, a refletir uma melhoria das condições financeiras e um aumento da confiança dos agentes económicos. Relativamente à Alemanha, representando cerca de 14% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, após um crescimento de 1,5% em 2015, espera-se que a economia – usualmente com uma evolução ligeiramente acima da área euro –, finalize 2016 com um crescimento de 1,9%, sob o efeito de um dinamismo

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

relativamente mais elevado do consumo público e da FBCF. De notar que se espera que outros mercados de elevada dimensão na economia europeia e de destino de exportações portuguesas, designadamente França e Itália, mantenham o ritmo de recuperação ligeira, verificado em 2015, com crescimentos de 1,3% e de 0,8%, respetivamente. Por outro lado, assistiu-se a uma contínua redução do défice orçamental no conjunto da área do euro, esperando-se que o rácio do défice público atinja 1,8% do PIB, em 2016.

Conjuntura Nacional

Após um crescimento de 1,6% em 2015, a atividade económica em Portugal deverá registar um crescimento moderado, na ordem de 1,2% em 2016, caracterizado por uma evolução menos dinâmica quer da procura interna quer das exportações. Estima-se que o consumo privado tenha aumentado em cerca de 2,1%, desacelerando face ao comportamento observado nos anos mais recentes fortemente associado à despesa em bens duradouros. De referir que, refletindo pressões ascendentes de origem interna e externa, a inflação deverá apresentar um crescimento de 0,8% (evoluindo de 0,5% em 2015), sendo de destacar o efeito do preço das matérias-primas, quer energéticas quer não energéticas numa tendência de inversão da trajetória de queda dos anos recentes. No que respeita ao mercado de trabalho, projeta-se para 2016, a continuação do crescimento do emprego e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego que se espera venha a situar nos 11,0%.

Adicionalmente, após um incremento de 4,5% em 2015, a FBCF deverá apresentar uma queda de 1,7%, em associação aos comportamentos da componente pública e da componente residencial, sendo na primeira destas situações parcialmente explicado pelas entregas de material militar vendido. Ainda, de referir, que a evolução desta componente se reveste de particular incerteza, dada a entrada em vigor tardia do orçamento e tendo em conta o perfil da despesa associada a projetos de investimento cofinanciados por fundos comunitários. Por seu turno, as exportações de bens e serviços, após um crescimento particularmente dinâmico em 2015 (6,1%), as projeções apontam para uma desaceleração do crescimento em 2016 (3,7%), refletindo quer a desaceleração da procura externa, quer alguns fatores de natureza temporária, como a redução na produção em unidades industriais dos setores automóvel e energético, e o comportamento desfavorável das vendas para alguns mercados extracomunitários, com destaque para Angola.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Governo da Sociedade

A informação sobre os Órgãos Sociais da Empresa pode ser obtida através da consulta do website do Grupo TAP www.flytap.com.

Órgãos Sociais

Triénio 2015-2017

TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Diogo Patrício de Melo Perestrelo

Por deliberação em Assembleia Geral de 8 de março de 2016

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro

Nos termos do nº 1 do artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade

Conselho de Administração

Por deliberação em Assembleia Geral de 12 de novembro de 2015

Presidente Humberto Manuel dos Santos Pedrosa

Vogal Fernando Abs da Cruz Souza Pinto

Vogal David Humberto Canas Pedrosa

Vogal Maximilian Otto Urbahn

Vogal David Gary Neeleman

Vogal Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmento Ramalho

Vogal Henri Courpron

Vogal Philippe Calixte Albert Delmas

Vogal Robert Aaron Milton

Vogal Sydney John Isaacs

Vogal Tiago Gonçalves de Aires Mateus

Comissão Executiva

Por eleição pelo Conselho de Administração em reunião de 13 de novembro de 2015

Presidente Fernando Abs da Cruz Souza Pinto

Vogal David Humberto Canas Pedrosa

Vogal Maximilian Otto Urbahn

Secretário da Sociedade

Por designação da Comissão Executiva, em reunião de 16 de dezembro de 2015, ratificada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 20 de janeiro de 2016, nos termos do artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade, com efeitos a 16 de dezembro de 2015.

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro

Secretário da Sociedade Suplente Sem designação

Fiscalização da Sociedade

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TAP, SGPS, S.A. foi eleito na Assembleia Geral de 12 de novembro de 2015, para o triénio 2015-2017 com a seguinte composição:

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

TAP, SGPS, S.A.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Doc.	Mandatos	Data da 1. ^a designação
				exercidos Nº	
2015-2017	Conselho Fiscal	Sérgio Sambade Nunes Rodrigues	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
		Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
		Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015
	Suplente	António Pires dos Reis	Assembleia Geral de 12.nov.2015	1	12.nov.2015

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação em Assembleia Geral de 30 de maio de 2016, para o período remanescente do mandato em curso 2015–2017

Efetivo Oliveira, Reis & Associados representada por Joaquim Oliveira de Jesus
Suplente Fernando Marques Oliveira

Gestão do Risco

Gestão de risco e controlo interno

O modelo criado pela Comunidade Europeia, separando áreas, funções e profissionais, de forma específica para que aqueles possam ser coordenados com eficácia e eficiência, define com clareza as responsabilidades e estabelece os respetivos limites, permitindo uma visualização nítida do enquadramento dos diferentes cargos na estrutura geral de riscos e controlos da organização.

Este modelo – Modelo das Três Linhas de Defesa –, considera, conceptualmente, as seguintes vertentes:

Modelo das Três Linhas de Defesa

1ª Linha de Defesa – Situa-se a nível do responsável pela área de negócio, gestor direto, com a responsabilidade de identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos do respetivo negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais inerentes e é responsável por manter controlos internos eficientes, adequados e eficazes, e implementar ações corretivas para a resolução de deficiências em processos e controlos;

2ª Linha de Defesa – Inclui as funções de gestão de risco e conformidade, devendo trabalhar em conjunto com a área de negócios, para garantir que as situações identificadas na 1ª linha de defesa foram devidamente avaliadas e os riscos do negócio corretamente reportados;

3ª Linha de Defesa – É representada pela Auditoria Interna, que deve rever, monitorizar e avaliar, de modo sistemático e eficiente, as atividades das duas primeiras linhas de defesa, bem como contribuir para a sua melhoria, potenciando a respetiva eficácia.

Este modelo reforça, de forma incisiva, que o dono do processo é o dono do risco e dos seus controlos. Neste sentido, as fraudes só acontecem quando os donos do processo não estão imbuídos de comprometimento e não possuem maturidade para praticarem os controlos e respetivas metodologias, sugeridas e supervisionadas pela segunda linha de defesa. A Auditoria Interna, como uma das três linhas de defesa na gestão de risco do Grupo TAP, procura avaliar e monitorizar a eficiência e eficácia das operações, a preservação dos ativos, a confiança e integridade dos processos de reporte e a conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos estabelecidos.

Na continuidade do processo *Corporate Risk Management* (CRM), iniciado e implementado no 2º semestre do ano de 2015, aplicável a todas as empresas do Grupo TAP diretamente envolvidas na operação e manutenção da atividade de transporte aéreo, foram, no final do ano de 2016, identificados 155 riscos. À Direção de Auditoria Interna foi atribuída a responsabilidade pela monitorização, controlo e reporte centralizado do CRM, que efetua o tratamento e monitorização da Gestão de Risco Corporativo da Empresa, de uma forma coordenada e estruturada, de acordo com o estipulado no Manual de *Corporate Risk Management*, utilizando como base de avaliação o modelo COSO e o instrumental analítico FERMA.

Com o objetivo de reforçar a gestão, monitorização e avaliação do risco de *compliance*, a Empresa elaborou o *Manual de Compliance*, reforçando, preferencialmente, as áreas a serem acompanhadas nas diferentes Auditorias conduzidas ao longo do ano e integrantes do Plano Anual de Auditorias. Na TAP Portugal, com o objetivo de prevenir e evitar a violação das normas e desvio de condutas que acarretem consequências negativas para a organização e para a sociedade, foi criada uma área de *Compliance*, integrada na Direção de Auditoria do Grupo TAP, com o objetivo de potenciar a implementação das boas práticas nos negócios do Grupo.

Na sequência da divulgação do *Manual de Boa Conduta Empresarial*, a Empresa desenvolveu uma recolha e compilação de legislação nacional e internacional, aplicável à temática de *Compliance*, culminando na divulgação interna do *Manual Global de Compliance*. Este documento esclarece e pretende alinhar todos os processos da organização, por forma a assegurar o cumprimento de normas e procedimentos, integrando na cultura da TAP, práticas anticorrupção, e de ética, baseando-se numa atitude responsável e consciente de todos os *stakeholders* da Empresa. Nesse contexto, a Auditoria, no âmbito da monitorização, potenciou a vertente de *Compliance*, implementando nas suas rotinas, verificações das boas práticas de Governação Corporativa, em todas as análises efetuadas.

Como complemento, e decorrente da sua importância e transversalidade, foi disponibilizado um canal de comunicação interno, que visa um envolvimento generalizado na cultura de *Compliance*, proporcionando o esclarecimento de dúvidas e a comunicação de casos que sejam do conhecimento dos diversos interlocutores da organização do Grupo TAP.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

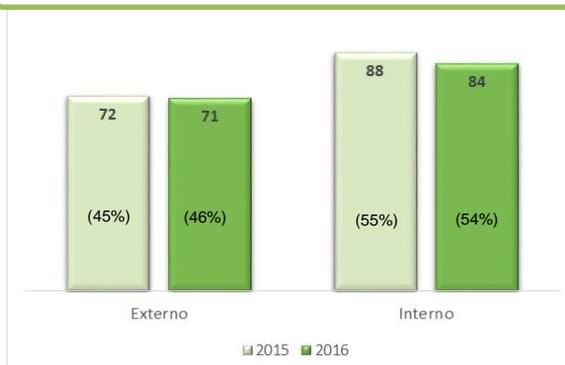
Fatores de risco e a sua gestão

Tipologia de Risco

Riscos Externos – Evento que ocorre devido a fatores externos, a Empresa não tem qualquer tipo de controlo, tendo que adaptar-se às novas realidades.

Riscos Internos – Risco que ocorre com base em fatores internos, com os quais a Empresa poderá interagir, com o objetivo de definir uma estratégia de mitigação, aceitação, transferência ou recusa.

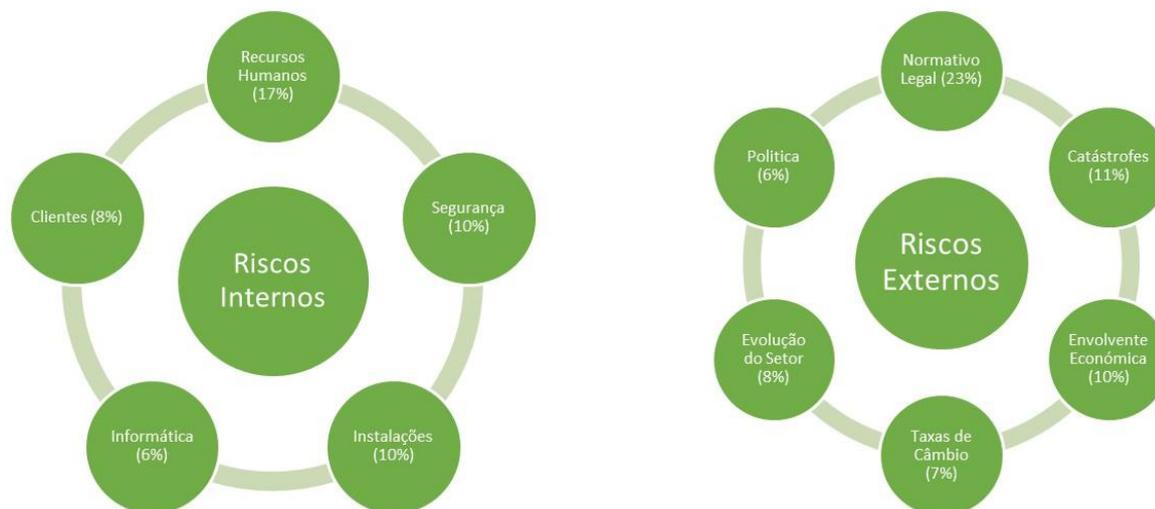
Distribuição da Tipologia do Risco – Grupo TAP



RISCOS INTERNOS						RISCOS EXTERNOS	
ORGANIZACIONAL	PROCESSOS SUBSIDIÁRIOS	ISOLADOS	CONTRATUAIS	FINANCEIROS	OPERACIONAIS	EXTERNOS	MERCADO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos Humanos ▪ Fornecedores ▪ Clientes ▪ Organização Comercial ▪ Marcas próprias ▪ Produtos ▪ Segurança ▪ Marketing ▪ Instalações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática ▪ Infraestruturas ▪ Certificações ▪ Fatores Técnicos ▪ Segurança ▪ Indeminizações ▪ Fusões/aquisições 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos ▪ Subsidiárias ▪ Compromissos Institucionais ▪ Controlo Interno ▪ Responsabilidade Sociais ▪ Fraude ▪ Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromissos de Compra ▪ Garantias de pagamento ▪ Fraude ▪ Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ativos Financeiros ▪ Liquidez ▪ Taxas de Juro ▪ Taxas de Câmbio ▪ Preço Combustível ▪ Fusões / aquisições ▪ Indemnizações ▪ Tesouraria 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco Operacional ▪ Risco de Manutenção e Engenharia ▪ Risco de Tecnologias de Informação ▪ Incêndio e prevenção ▪ Saúde e segurança do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolvente Económica ▪ Envolvente Social ▪ Taxas de Juro ▪ Taxas de Câmbio ▪ Impostos ▪ Catástrofes ▪ Políticos ▪ Parcerias ▪ Epidemias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atratividade do mercado ▪ Evolução do sector ▪ Concorrência ▪ Distribuição ▪ Organização Comercial ▪ Novos Produtos ▪ Novas Tecnologias ▪ Normativo Legal
Riscos na organização da Empresa (pessoas e serviços) e nas interações entre a Empresa e fornecedores/clientes	Riscos verificados nos processos /atividades de suporte à atividade da Empresa	Eventos que não têm uma rotina frequente na atividade da Empresa	Riscos existentes com o compromisso entre a Empresa e fornecedores / clientes e quais as mitigações existentes	Sistemas e ações de monitorização e controlo de riscos económico-financeiros, acompanhamento dos desenvolvimentos económicos e geopolíticos, designadamente, em países com elevada instabilidade social e política, e auditoria Interna a procedimentos, contratação e transações	Risco de perdas ou impactos negativos financeiros, no negócio e/ou na imagem / reputação da organização, causados por falhas ou deficiências na governação e processos de negócio, nas pessoas, nos sistemas ou resultantes de eventos externos, que poderão ser despoletados por uma multiplicidade de eventos	Riscos relacionados com ambientes económicos, sociais e ambientais, que não estão diretamente relacionados com a atividade da Empresa	Todos os eventos que poderão traduzir-se como risco à atividade da Empresa e que estão diretamente relacionados com a atividade da mesma

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Distribuição, por tipologia e principais categorias, dos 155 riscos do Grupo TAP, enviados pelos 20 intervenientes envolvidos no processo de recolha de informação para o *Corporate Risk Management (CRM)*



Risco de natureza económica e financeira

Sistemas e ações de monitorização e controlo de riscos económico-financeiros, acompanhamento dos desenvolvimentos económicos e geopolíticos, designadamente em países com elevada instabilidade social e política, e auditoria interna a procedimentos, contratação e transações.

Risco operacional (Segurança | Safety)

Modelo de atuação pelo qual a possibilidade de dano, para pessoas e bens é minimizada ou eliminada, através de um processo contínuo de identificação de situações com perigosidade potencial e da gestão do respetivo risco associado.

Risco de tecnologias de informação

Sistemas de identificação de vulnerabilidades e ameaças utilizados pelas organizações.

Risco de incêndio–prevenção

Sistema de gestão do risco de incêndio, explosão e derrames de produtos químicos. O sistema integra os Planos de Segurança Internos, a formação dos Colaboradores, os Manuais de Proteção contra Atmosferas Explosivas (Manuais ATEX), os exercícios de simulacro de emergência (incêndio, derrame de produtos químicos e sismo) para treino dos Colaboradores e equipas de apoio à emergência (Central de Segurança, Vigilantes e Brigada de Incêndios), e um Plano de Auditorias Internas.

Risco de Manutenção e Engenharia

A gestão de risco na TAP–Manutenção e Engenharia é inerente e está integrada nas responsabilidades definidas no âmbito das certificações aeronáuticas e acreditações detidas [EASA Parte 145 (Organizações de Manutenção); EASA Parte M (Aeronavegabilidade Continuada); NP EN ISO 9001:2008 (Sistemas de Gestão da Qualidade), entre outras] que são obrigatórias para a garantia da continuidade da sua atividade.

Risco de saúde e segurança do trabalho

Sistema de gestão de risco apoiado na identificação, avaliação e controlo dos riscos profissionais, com repercussão na saúde e na segurança, que visa melhorar a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade, favorecendo a produtividade, através do envolvimento de toda a Empresa numa Cultura de Prevenção de Riscos.

Síntese do Desempenho da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Em 2016, o negócio de transporte aéreo continuou a representar um contributo determinante para o desenvolvimento da economia mundial, promovendo a conectividade através do estabelecimento de mais de 700 novas rotas, e proporcionando os mais de 4 mil milhões de passageiros, oportunidades de crescimento, através dos impactos positivos da globalização – o estímulo à inovação e a geração de oportunidades de negócio. A procura de passageiros em termos de totais de passageiro-quilómetro registou, a nível global, uma evolução de aproximadamente 6,3% face a 2015, excedendo este valor, significativamente, a média anual de um período de 10 anos, situada na ordem dos 5,5%. Por seu turno, a capacidade oferecida, aumentando 6,2%, motivou uma subida na taxa de ocupação dos voos (+0,1 p.p.), que se posicionou num máximo histórico, na ordem dos 80,5%, comprovando o investimento das companhias aéreas em maximizar a captação da procura. Ao longo do ano, verificou-se um abrandamento na intensa pressão sobre o *yield*, embora a tendência descendente se tenha mantido, possibilitando tornar as viagens aéreas ainda mais acessíveis. Relativamente ao mercado de carga aérea, o tráfego global aumentou 3,8% em 2016, recuperando no segundo semestre, e quase duplicando a taxa de crescimento médio da Indústria, da ordem dos 2%, registada nos últimos cinco anos.

Entretanto, os preços de combustível de avião, após novas descidas dos preços do petróleo, em dezembro de 2015 e janeiro de 2016, reiniciaram, ao longo do ano, uma trajetória ascendente. Não obstante esta tendência, que marcadamente se acentuou, no início de dezembro de 2016, após o acordo por parte de fornecedores não pertencentes à OPEP no sentido de acompanhar os seus homólogos daquela organização na limitação da oferta, estima-se para o preço médio do barril de petróleo bruto Brent uma evolução de 52,4 USD em 2015, para 43,1 USD em 2016.

Face a este comportamento, o encargo global com combustíveis para a TAP, S.A., que representa, ainda, contudo, uma parcela importante do total de Gastos e Perdas Operacionais desta empresa (na ordem dos 20%) diminuiu, face a 2015, em 34,3%, equivalente a EUR 226,5 milhões, tendo o comportamento do preço do petróleo tido um reflexo favorável no encargo da TAP com combustíveis que se estima em EUR 200,5 milhões.

Encargo com Combustíveis na TAP, S.A.

	2016	2015	var.
	EUR milhões	EUR milhões	(abs.)
Total (*)	433,8	660,3	-226,5
Efeito Preço			-200,5
Efeito Quantidade			-20,7
Aquisição de Licenças de Emissão de CO ₂	0,7	5,9	-5,1

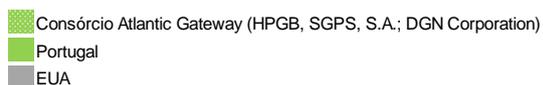
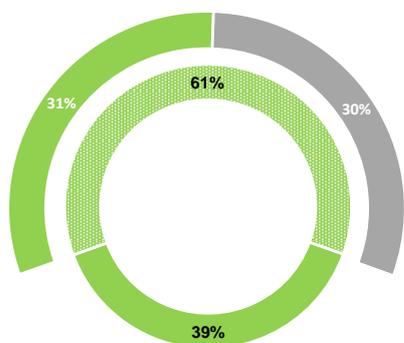
(*) Inclui encargo relativo à aquisição de Licenças de Emissão de CO₂

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

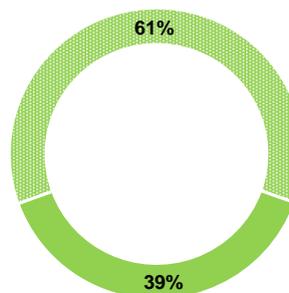
Estrutura acionista do Grupo TAP a 31 dezembro 2016

Repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura acionista da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., em 31 dezembro 2016

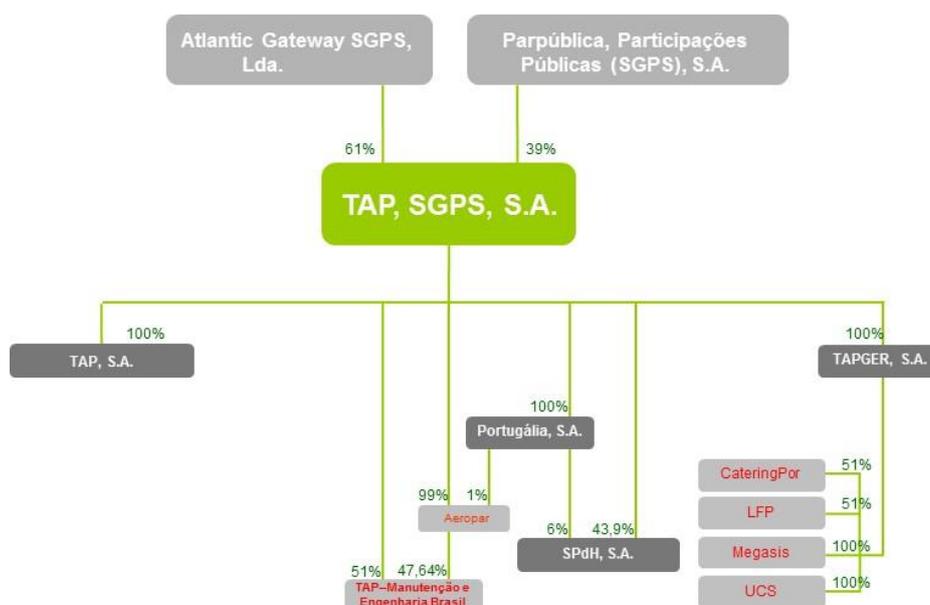
Repartição geográfica da estrutura acionista



Repartição da estrutura acionista por tipo de investidor



No final de 2016, o Grupo das empresas que se encontravam no perímetro de consolidação da *holding* TAP era constituído pela TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. e subsidiárias, de acordo com a organização representada no esquema.



Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Metodologia de Consolidação

Foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral as seguintes empresas:

- TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
 - Transportes Aéreos Portugueses S.A. (TAP, S.A.)
 - TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. e empresas subsidiárias:
 - CATERINGPOR–Catering de Portugal, S.A.
 - L.F.P.–Lojas Francas de Portugal, S.A.
 - U.C.S.–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.
 - MEGASIS–Sociedade de Serviços e Engenharia Informática, S.A.
 - PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (PORTUGÁLIA)
 - AEROPAR Participações, S.A. (AEROPAR) e empresa subsidiária:
 - TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo. Importa salientar que a empresa L.F.P.–Lojas Francas de Portugal, S.A. foi classificada em 31 de dezembro de 2016 como unidade operacional descontinuada.

Foi qualificada como associada a seguinte entidade:

- SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (SPdH)

Desempenho agregado das empresas da *holding* TAP (Consolidação)

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo anexas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

Salientam-se, seguidamente, os aspetos mais relevantes do desempenho agregado da *holding* TAP em 2016 e de cada uma das empresas que constituem o núcleo empresarial em que a Empresa detém participações financeiras.

Em 2016, verificou-se a inclusão na frota da TAP, S.A. de duas aeronaves, designadamente, dois A330 no equipamento de longo curso. A frota regional sofreu alterações significativas estruturais, a envolver a sua substituição integral por aeronaves mais eficientes, sendo oito ATR72-600 e nove aeronaves E190. Esta alteração estrutural no equipamento de voo permitiu viabilizar o lançamento da ligação Ponte Aérea Lisboa-Porto, no final de março, tendo também ocorrido a abertura de novos destinos, com a operação para os aeroportos de JFK (Nova York) e Logan (Boston) nos EUA e de Vigo em Espanha, tendo ainda sido retomados os voos para a Guiné-Bissau, já no final do ano.

O resultado apresentado pelo Grupo, embora ainda negativo, apresentou uma significativa melhoria, estando contudo, largamente influenciado por uma conjuntura marcadamente desfavorável em alguns dos principais mercados da Empresa no longo curso, tradicionalmente mais rentáveis.

De referir, em particular, o impacto da contínua recessão económica no Brasil, a contração da economia angolana desde o decréscimo sustentado dos preços do petróleo, e a deterioração continuada da economia venezuelana.

Desta forma, a TAP SGPS finalizou 2016 com um resultado líquido no valor de EUR -27,7 milhões, montante que representa um desagravamento de EUR 128,3 milhões em relação aos EUR -156,0 milhões registados em 2015.

A nível operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), a Empresa registou um resultado positivo no valor de EUR 13,0 milhões, refletindo uma melhoria de EUR 130,4 milhões, face ao montante verificado no ano anterior.

O resultado antes de impostos totalizou EUR -28,3 milhões, valor que representa um desagravamento de EUR 152,3 milhões, em relação aos EUR -180,6 milhões registados em 2015.

Relativamente à atividade de Transporte Aéreo, foi transportado, globalmente, um total de 11,697 milhões de passageiros, traduzindo um crescimento de 3,3% face ao ano anterior sendo, contudo, de referir a contração de proveitos em vendas e serviços prestados na ordem dos 5,2% em 2016, face a 2015.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Este resultado foi largamente impactado pela erosão verificada no *yield*, bem como na procura de alguns mercados tradicionalmente mais rentáveis. Refira-se, com maior relevância, o Brasil, no longo curso, em resultado de uma envolvente económica particularmente desfavorável e, no médio curso, a Europa, região com uma elevada exposição concorrencial.

De referir, ainda, que a atividade da TAP–Manutenção e Engenharia Portugal evidenciou um total de proveitos gerados em vendas e prestações de serviços de manutenção a Terceiros de EUR 78,0 milhões, menos 23,0% que em 2015, diminuição decorrente da menor atividade de manutenção de aeronaves, em função da ausência de *slots* disponíveis para terceiros, em resultado dos programas lançados para a frota da TAP – *sharklets* e *retrofit* da cabina de passageiros. Na atividade de motores, assistiu-se a um crescimento face a 2015, na sequência da intensa ação comercial desenvolvida, e o negócio de componentes manteve-se relativamente estável, consequência dos contratos de gestão de frota detidos pela TAP.

Relativamente à TAP, S.A., a empresa registou um resultado líquido de EUR 33,5 milhões, sendo este valor superior em EUR 132,5 milhões, aos -99,0 milhões registados em 2015. O resultado operacional atingiu EUR 24,0 milhões, mais EUR 132,8 milhões que em 2015, tendo-se verificado resultados financeiros líquidos no valor de EUR 13,4 milhões, correspondendo a uma melhoria na ordem de EUR 24,4 milhões, face ao ano anterior.

Relativamente à unidade de Manutenção e Engenharia no Brasil, a TAP–Manutenção e Engenharia Brasil prosseguiu na consolidação dos seus resultados operacionais e económicos. Em termos económicos, de referir um crescimento das vendas relativamente a 2015 em cerca de 25% tendo, pela primeira vez, sido ultrapassado o orçamento. O resultado líquido, apesar de permanecer negativo, representando mais de metade juro da dívida a Lisboa, apresentou uma melhoria de 20,6% face a 2015. Assistiu-se, ainda, a um reforçar das relações contratuais com outros Operadores Brasileiros, sendo que Azul, Air Transat (Canadá) e TAP continuam a responder por mais de metade do volume de negócios da TAP–Manutenção e Engenharia Brasil. Do ponto de vista operacional, registou-se uma evolução muito positiva na atividade da base no Rio de Janeiro, tendo-se assistido, de uma forma geral, a evoluções positivas em todas as Unidades de Negócio à exceção de Motores, sendo este um comportamento decorrente do ciclo natural de remoções do principal Cliente, a Azul. Finalmente, com o regresso a Portugal do Vice-Presidente de Operações, foi instituído um novo modelo de responsabilidades, ficando cada Base de Operações (Rio de Janeiro e Porto Alegre) com um responsável próprio, tendo sido extinta a figura de Vice-Presidente de Operações.

Contribuição das empresas associadas

No que refere à SPDH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (Groundforce Portugal), constituída em 2003 por cisão da Unidade de Negócio de Assistência em Escala da TAP S.A., a TAP, SGPS, S.A. é detentora de um conjunto de ações representativas de 49,9% do respetivo capital social, valor que inclui uma participação de 6% detida pela PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos S.A.. Em 2016, a empresa atingiu um resultado líquido positivo no valor de EUR 6,1 milhões, superior ao resultado de EUR 1,3 milhões atingido em 2015.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Principais Indicadores

TAP, SGPS, S.A. (Consolidação)

	2016	2015	var.
	EUR milhões	Reexpresso EUR milhões	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	13,0	(117,3)	111,1%
Resultado antes de impostos	(28,3)	(180,6)	84,3%
Resultado Líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS	(27,7)	(156,0)	82,2%
Resultado Líquido da TAP, S.A.	33,5	(99,0)	133,9%
Resultado Líquido da SPdH-Serviços Portugueses de Handling, S.A.	6,1	1,3	375,7%
Resultado Líquido da Aeropar Participações, S.A. (Brasil)	(15,6)	(19,1)	18,4%
Resultado Líquido da TAP-Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	(31,9)	(40,2)	20,6%
Ativo	1657,1	1374,0	20,6%
Capital Próprio (após Interesses não controlados)	(469,6)	(530,3)	11,4%
Quadro do Pessoal Ativo do Grupo (31 dezembro)	13.361	13.102	259
TAP, S.A.*	7.385	7.284	101
Transporte Aéreo	4.994	4.914	80
Fidelização	22	19	3
Manutenção e Engenharia	1.911	1.911	0
TAP Serviços	423	409	14
Outros	35	31	4
SPdH-Serviços Portugueses de Handling, S.A.**	2.303	2.172	131
Restantes Empresas ***	3.673	3.646	27

(*) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo

(**) Empresa Associada

(***) TAP –Manutenção e Engenharia Brasil não inclui Estagiários

Factos marcantes

Acontecimentos Estruturantes

No decorrer de 2016, a Empresa intensificou os esforços no sentido de garantir um posicionamento competitivo no mercado global, em particular, promovendo um processo de transformação que permita, de forma sustentada, alcançar superiores níveis de eficiência e agilidade operacionais. Registou-se, igualmente, a continuação da ocorrência de acontecimentos de natureza estruturante, refira-se neste âmbito o desenvolvimento do Processo de Reprivatização encetado no final de 2014, e cujos principais factos ocorridos em 2016, a seguir se reproduzem.

Cronologia dos principais acontecimentos no âmbito do Processo de Reprivatização

06 fevereiro – Memorando de Entendimento entre a República Portuguesa e a Atlantic Gateway, tendo como objeto estabelecer os princípios e regras a que deverá obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português na TAP SGPS, designadamente, a compra de ações representativas do capital social da TAP pelo Estado Português, as regras de governo societário da TAP, bem como os direitos económicos dos acionistas da TAP.

19 fevereiro – Notificação da deliberação da ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil) à TAP, no âmbito do processo de privatização, colocando determinados condicionalismos a atos de gestão por um período de 90 dias, cujas implicações foram, entretanto, objeto de análise por parte da TAP.

8 março – Em reunião da Assembleia Geral da TAP SGPS S.A., os acionistas da TAP SGPS S.A., Atlantic Gateway e Parpública, efetuaram a aprovação da emissão, pela TAP SGPS S.A., de EUR 120 milhões de obrigações convertíveis em ações da sociedade, sendo a referida emissão composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de EUR 90 milhões, a subscrever pela Azul, S.A. e a segunda (série B), no valor de EUR 30 milhões, a subscrever até 20 de junho de 2016, pela Parpública ou pela Azul, S.A., caso a Parpública optasse por não exercer o seu direito de subscrição. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficaram condicionadas a aprovação expressa da ANAC.

19 maio – Assinatura do acordo entre o Estado Português e a Atlantic Gateway, acionista privado da TAP concretizando, assim, o Memorando de Entendimento, celebrado em 6 de fevereiro de 2016, que define as condições para a compra de ações da TAP SGPS pelo Estado Português, as suas regras de governação societária, bem como os direitos económicos dos acionistas da TAP SGPS. A celebração deste acordo proporcionou clarificar a situação da Empresa, permitindo à TAP concentrar esforços na execução do projeto estratégico do Grupo TAP, garantindo o seu desenvolvimento e a construção de uma empresa mais forte, saudável do ponto de vista económico-financeiro, de referência a nível global, mais eficiente, sustentável e competitiva.

23 dezembro – Aprovação pela ANAC relativa à deliberação sobre reprivatização da TAP, sendo informado que: “A estrutura de controlo da TAP e da PGA, decorrente da compra pela Atlantic Gateway está em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) nº 1008/2008, de 24.9.2008, que impõe que as empresas detentoras de licenças de transporte aéreo comunitário pertençam e sejam efetivamente controladas por Estados Membros e/ou nacionais dos Estados Membros”, e que “com esta decisão, deixam de vigorar as medidas cautelares impostas pela ANAC em 19.02.2016”.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Principais Eventos

Fevereiro

Depois de ter sido introduzida em Portugal, a Assistente Virtual – a Sofia – é lançada no site www.flytap.com do Brasil e do Reino Unido, visando acrescentar uma assistência em tempo real, aos canais de comunicação já existentes, proporcionando ao Cliente uma comunicação *online* de melhor qualidade.

TAP é a primeira companhia da Europa a introduzir a tecnologia *sharklet* na sua frota de médio curso, com a conclusão da instalação efetuada no avião A320, o primeiro da sua frota a beneficiar desta modificação. Esta intervenção, melhorando a operação com ganhos de eficiência e redução de emissões, foi integralmente realizada nas oficinas de Manutenção e Engenharia da companhia aérea em Lisboa.

Março

A TAP associa-se à Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e apoia a vinda a Portugal de operadores e agentes de viagens e turismo de todo o mundo, de forma a promover os destinos turísticos de Portugal e os negócios de turismo em português. Na ocasião, são apresentadas ao público, no seu *stand*, as cadeiras de Executiva que equipam os dois novos A330-200 que reforçam a frota de longo curso.

O serviço de leitura a bordo TAP – Quiosque Digital –, que permite a leitura de jornais e revistas nos dispositivos móveis pessoais, em modo *offline*, passou a estar também disponível nos sistemas operativos Windows Phone e Windows 8.

A Portugaláia e o SPAC–Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil assinam um Acordo de princípios e compromissos para a transição da frota Embraer E190 na Portugaláia, representando um passo significativo no entendimento, partilhado por ambas as partes, da importância e necessidade de efetuar a transição para os novos aviões, em substituição dos anteriores aparelhos Fokker 100 e ERJ145.

A TAP cria a TAP EXPRESS, que substitui a marca PGA–Portugaláia, com uma nova frota e a oferta da *ponte aérea* PORTO/LISBOA investindo, desta forma, num melhor serviço, numa maior consistência da marca e produto TAP e reforçando a sua identidade comercial.

A TAP assinala a entrada de 90 técnicos de Manutenção de Aeronaves, numa cerimónia em que se procedeu à entrega dos respetivos diplomas.

Maio

O primeiro Embraer 190 da TAP – de uma frota de nove aeronaves E190 e oito ATR 72 –, opera a rede regional da Companhia, com as cores da TAP Express, inserindo-se a sua entrada em serviço na estratégia de renovação da frota regional da TAP.

Junho

Assinalando o Dia Mundial da Criança, é proporcionada a experiência de voar pela primeira vez a 26 crianças e jovens, que fazem o seu batismo de voo na Ponte Aérea da TAP, entre o Porto e Lisboa.

É iniciada a parceria entre a TAP Portugal e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras, no âmbito dos respetivos programas de passageiro frequente – Tudo Azul e Victoria –, permitindo que Clientes de ambas as companhias possam acumular ou utilizar os seus pontos ou milhas, quando voam com a companhia parceira.

Inaugurando o plano de expansão no importante mercado norte-americano, é dado início à operação de voos diários para Boston (EUA) – Aeroporto Internacional de Logan, com os novos aviões Airbus A330-200, incrementando-se, com a presença em mais uma cidade americana além de Newark e Miami, a oferta de serviços diretos entre os dois países.

Julho

Com as ligações diretas diárias entre Lisboa e Vigo, o número de cidades servidas em Espanha pela TAP é incrementado para nove, reunindo-se a Madrid, Barcelona, Sevilha, Málaga, Bilbao, Valência, Oviedo e Corunha.

É iniciada a operação de voos diretos diários para Lisboa, a partir de Nova Iorque – Aeroporto Internacional John F. Kennedy, com os novos aviões Airbus A330-200.

É lançado o programa *Portugal Stopover*, incentivando os passageiros de longo curso, com origem nos Estados Unidos ou Brasil e cujo destino final seja Europa ou África, com escala em Lisboa ou Porto, a usufruir, na passagem por Portugal, da descoberta e visita do País, com a permanência de até 3 dias em qualquer uma daquelas cidades.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Passa a ser possível, tanto nos aeroportos como a bordo, efetuar um *upgrade* para a Classe Executiva, através de valores fixos criados para o efeito.

Agosto

O acesso ao cartão de embarque é disponibilizado através do Google Now, representando uma evolução nos serviços que a TAP tem vindo a oferecer aos seus Clientes a partir de dispositivos móveis, designadamente, de reservas e de *check-in*, de disponibilização de informações sobre horários de voos, divulgação de campanhas de preço em vigor, entre outras.

É incluída uma funcionalidade adicional, no conjunto de serviços auxiliares da TAP, agora, no sentido de possibilitar garantir o lugar preferido a bordo: um lugar *standard*; nas primeiras filas da aeronave; um assento com mais espaço para as pernas ou, ainda, um lugar junto de familiares ou amigos que se encontrem no mesmo voo. Este serviço, que pode ser acionado em qualquer momento posterior à finalização da reserva, independentemente da tarifa adquirida, e através de um dos vários canais de venda da Companhia, está flexibilizado em todos os voos operados pela TAP à exceção do serviço de Ponte Aérea entre o Porto e Lisboa.

Setembro

É implementada uma nova política comercial, mais ágil e dinâmica, a envolver a oferta dos preços mais competitivos do mercado para os destinos na Europa e no Norte de África (Argélia e Marrocos). A Companhia passa, desta forma, a competir no segmento das tarifas mais baixas do mercado, pertencendo ao Cliente a escolha, de forma simples e transparente, do nível de serviço que melhor se adequa à respetiva viagem, exclusivamente pelo preço correspondente ao tipo de produto que valoriza.

Outubro

É lançado o NPS: a métrica que permite medir o grau de satisfação dos Passageiros, permitindo à Companhia ouvir os seus Clientes sobre os vários momentos da sua experiência TAP – antes, durante e após o voo –, e promover ações específicas para melhor adequar os seus produtos e serviços.

Prosseguindo uma política de inovação, a TAP posiciona-se entre as primeiras companhias aéreas da Europa a permitir aos Passageiros aquisição de tarifas apenas de ida, para os voos intercontinentais, através da disponibilização de tarifas *one way*, com uma estrutura tarifária simples e preços competitivos.

Novembro

É lançada a nova plataforma de vendas *online* em <https://flights.flytap.com>, uma nova ferramenta digital que otimiza o processo de pesquisa de voos pelo Cliente, permitindo visualizar os preços mais baixos para qualquer destino TAP e efetuar, de imediato, a reserva *online*.

Na sequência do interesse que a réplica da cabina do A330neo gerou no público visitante da Web Summit, o avião do futuro da TAP é exposto no Aeroporto de Lisboa, por um período abrangendo a época de Natal.

É dado início à agenda de trabalhos de uma equipa multidisciplinar – a IBE Agile Team –, constituída com o propósito de desenhar o novo motor de reservas do site da TAP. O novo FlyTAP marca um novo patamar na relação com o Cliente, no seguimento da estratégia definida pela *Nova TAP*, orientada para a escuta das reais necessidades dos seus Passageiros. De entre as diversas inovações disponibilizadas, como a pesquisa de viagens de acordo com o orçamento do utilizador, através do registo na nova *Área de Cliente*, será permitido ao Cliente efetuar toda a gestão pessoal do seu perfil *online*, aceder às suas reservas, efetuar *upgrades* e, ainda, adquirir *serviços adicionais*.

Dezembro

É retomada a operação de voos para a Guiné-Bissau, reforçando o posicionamento da Companhia em África, continente que é considerado como um dos mercados estratégicos da TAP.

Continuando o investimento na inovação e acompanhando as tendências e os atuais padrões de comunicação, é disponibilizada a app TAP FlyMoji para troca de mensagens, pioneira para smartphones.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Distinções e Prémios atribuídos em 2016

Reforço continuado de prestígio, nos mercados em que a Companhia opera:

- Impacto na economia, um reconhecimento em diversas regiões do mundo;
- A divulgação da cultura, dos valores e dos produtos, numa parceria no âmbito nacional;
- A promoção de contributos testemunhando preocupações relacionadas com os direitos humanos.

Europa

Revista UP Líder na Europa – Troféu atribuído à revista de bordo da TAP, no âmbito dos *World Travel Awards* (WTA) – os *Oscars* do Turismo mundial.

Prémio Multimédia de Turismo (categoria Economia) – Destaque atribuído ao *Safety Vídeo* da TAP – sendo uma homenagem a Lisboa, para além da divulgação de instruções de segurança a bordo dos aviões –, no âmbito da 14ª edição dos Prémios *Golden City Gate (Das Goldene Stadttor 2016 – Tourism Multimedia Award)* durante a ITB Berlim, uma das feiras de Turismo de maior projeção a nível global.

Prémios de Turismo do Alentejo e Ribatejo (Troféu Comunicação) – Galardão atribuído à revista UP na 6ª edição dos Prémios Turismo do Alentejo e Ribatejo, pela edição da revista da TAP em que esta região portuguesa esteve em destaque, contribuindo, desta forma, para a afirmação daqueles destinos, nos mercados nacional e internacional.

Primeira operadora do Airbus A330neo com cabine Airspace – Assinatura de um acordo entre a TAP e a Airbus, no âmbito da AIX – *Aircraft Interiors Expo 2016* (Hamburgo), através do qual a Companhia se torna na primeira operadora do novo avião A330neo equipado com a nova versão de cabine Airspace da Airbus, a integrar uma frota de 14 aeronaves, a partir do final de 2017.

Galardão de ouro Travel Plus Awards 2015 (categoria *Ethically Sustainable Amenity*) – Prémio atribuído aos *kits* de bordo de classe executiva da TAP, com *design* original inspirado nas tradicionais latas de conserva de sardinha portuguesas, refletindo os materiais utilizados preocupações ecológicas e de sustentabilidade.

TAP no Top 20 das empresas mais atrativas para trabalhar em Portugal – Posicionamento identificado no âmbito do *Randstad Award*, um estudo da iniciativa da empresa de Recursos Humanos, desenvolvido pelo ICMA Group e que afere a atratividade das empresas de acordo com a perceção da população ativa.

Prémio de Criatividade (categoria Media Digital e Interativa – Melhor *Motion Graphic*) – Destaque efetuado, no âmbito do XVIII Festival do Clube de Criativos de Portugal de 2016, ao filme comercial da TAP Manutenção e Engenharia (TAP M&E) que teve por objetivo apresentar e promover, de forma inovadora e distinta, a oferta de serviços com que a TAP M&E se apresenta no mercado global de MRO (*Maintenance Repair and Overhaul*).

Melhor Companhia Aérea (categoria Companhias Aéreas) – Destaque atribuído à TAP, no âmbito dos troféus *Marketeer* que distinguem, em Portugal, desempenhos nas áreas de Marketing, Publicidade e Comunicação, traduzindo a notoriedade e o reconhecimento do prestígio da marca TAP em Portugal.

TAP no TOP 10 das melhores companhias aéreas do mundo – Posicionamento atribuído à TAP, pelos clientes da *eDreams*, como a 9ª melhor companhia aérea do mundo em 2016, numa tendência de subida face ao ano anterior.

África

Companhia Aérea Europeia Líder para África – Prémio atribuído à TAP, no âmbito dos *World Travel Awards* (WTA) – os *Oscars* do Turismo mundial –, em reconhecimento do esforço persistentemente continuado, no desenvolvimento da excelência, promovendo o melhor produto nas ligações entre a Europa e África.

Estados Unidos da América

Quarta companhia aérea Mais Amada do mundo nas redes sociais – Posicionamento da TAP, de acordo com um inquérito realizado nos Estados Unidos da América e publicado na revista *Fortune*, que analisou 1,3 milhões de *tweets*, envolvendo 70 companhias aéreas de todo o mundo, durante o período de pico de viagens do Natal, considerado como o mais *stressante* do ano para viajar.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Medalha de Prata nos New York Festival's World's Best TV & Films (categoria Vendas) – Destaque atribuído ao *Safety Vídeo* da TAP – sendo uma homenagem a Lisboa, para além da divulgação de instruções de segurança a bordo dos aviões – , no âmbito da edição daquele festival de cinema norte-americano (Las Vegas) dedicado à indústria da televisão e do cinema.

Melhores Vinhos Servidos a Bordo – Classificações atribuídas, como 1º melhor e como 2º melhor, entre os melhores vinhos servidos nas principais companhias aéreas de todo o mundo, pela revista norte-americana *Global Traveler*, a dois dos vinhos portugueses servidos pela TAP na classe executiva – Paulo Laureano Reserva 2014 (*Best International Business Class White Wine*) e Churchill's Estates Grande reserva 2011 (*Best International Business Class Red White*) –, confirmando a qualidade dos vinhos nacionais.

Melhor Cidade e Melhor Companhia Aérea para Escalas em Voos de Ligação – Classificação efetuada, pela revista de referência global norte-americana *Condé Nast Traveler*, a Lisboa e à TAP, respetivamente, decorridos apenas três meses após o lançamento do programa Portugal Stopover da TAP.

Destaque em canal televisivo norte-americano – Reconhecimento efetuado ao Portugal Stopover da TAP, em programa de grande audiência do canal televisivo norte-americano CBS.

Melhor Companhia Europeia e Melhor Lançamento de Nova Rota – Posicionamentos atribuídos, pela revista norte-americana *Global Traveler*, à TAP e à rota Boston-Lisboa lançada pela TAP em 2016.

América do Sul

Companhia Aérea Europeia Líder para a América do Sul – Prémio atribuído à TAP, no âmbito dos *World Travel Awards* (WTA) – os Óscares do Turismo mundial –, em reconhecimento do esforço persistentemente continuado, no desenvolvimento da excelência, promovendo o melhor produto nas ligações entre a Europa e a América do Sul.

Segundo melhor programa de fidelidade no Brasil – Posicionamento atribuído ao Programa Victoria da TAP, pelo *site* brasileiro *Melhores Destinos* (<http://www.melhoresdestinos.com.br/>), na sequência de uma pesquisa efetuada sobre os melhores programas de milhas internacionais.

Estratégia Empresarial

Plano Estratégico 2015-2020 Eixos Estratégicos

1. Renovação e expansão de todas as frotas;
2. Evolução do modelo comercial;
3. Automatização e melhoria da experiência do Cliente;
4. Consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub*;
5. Melhoria das eficiências operacionais;
6. Reposicionamento dos negócios das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil.

Prossecução dos eixos estratégicos definidos para a TAP no final de 2015 decorrentes do processo de privatização

A sequência de um conjunto de fatores, de natureza externa e interna, tornou evidente a necessidade de repensar a estratégia de longo prazo da TAP. Refira-se, designadamente: i) o elevado número eventos não recorrentes, e a redução de *yield* experienciada, com efeito direto na rentabilidade da Companhia; ii) o nível de subinvestimento sentido, e impacto a nível da frota e qualidade do produto; iii) a necessidade de acompanhar os pares

nos seus esforços de redução de custos, que poderão comprometer a vantagem de custos de que a TAP beneficia atualmente; e iv) a necessidade de adaptar o modelo comercial da TAP a uma nova realidade na Indústria.

Neste sentido, no final de 2014, foi dado início a uma reflexão estratégica para o período de 2015-20 tendo, na sequência deste exercício, sido definidos seis eixos estratégicos, como orientação para a Empresa se estabelecer no mercado mundial como uma referência de crescimento e para, conseqüentemente, fazer crescer a sua representatividade nos mercados em que opera e virá a operar, bem como no contexto geral da Indústria da aviação.

Uma nova estratégia para a Empresa a partir do início do ano 2016

Entretanto, o ano de 2015 ficou marcado pelo processo de reprivatização da TAP e, conseqüentemente, por todos os esforços desenvolvidos internamente nesse sentido. Este processo passou por diversas fases e teve o início em finais de 2014 tendo, em janeiro de 2015, sido publicado, em Diário da República, o caderno de encargos da operação relativa à privatização da Empresa. Em maio de 2015, foram entregues ao Governo, por três grupos de investidores interessados, as propostas finais vinculativas e, em junho de 2015, foi anunciada publicamente a decisão final do Governo Português. O processo concluiu-se, efetivamente, em 12 de novembro de 2015, através da alienação de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS ao consórcio Atlantic Gateway, na modalidade de venda direta de referência.

De referir, ao longo de 2016, a continuação do desenvolvimento de um conjunto de ações estruturantes, com vista a viabilizar a execução do projeto estratégico do Grupo TAP, no sentido de garantir o seu desenvolvimento e a construção de uma empresa mais forte, saudável do ponto de vista económico-financeiro e de referência a nível global. Assim, integrando a 2ª fase do processo de reprivatização, verificou-se a celebração, em fevereiro de 2016, de um Memorando de Entendimento entre a República Portuguesa e a Atlantic Gateway, tendo como objeto estabelecer os princípios e regras a que deverá obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português na TAP SGPS, designadamente, a compra de ações representativas do capital social da TAP pelo Estado Português. A concretização deste Memorando de Entendimento viria a ocorrer, em maio de 2016, com a assinatura do acordo entre o Estado Português e a Atlantic Gateway, acionista privado da TAP, proporcionando a celebração deste acordo clarificar a situação da Empresa e concentrar esforços visando dotar a sua organização de maiores níveis de eficiência, sustentabilidade e competitividade.

Neste sentido, em julho de 2016, foi efetuada uma Comunicação relativa ao lançamento do projeto *Processo de Transformação* da TAP, com o objetivo de prosseguir o esforço de transformação que vem sendo conduzido na Empresa, nos últimos anos, de uma forma estruturada, e em linha com as boas práticas internacionais. Entretanto, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, é emitida, em dezembro de 2016, a deliberação da ANAC informando que a estrutura de controlo da TAP e da PGA, decorrente da compra pela Atlantic Gateway está em conformidade com o disposto no Regulamento (CE) nº 1008/2008, de 24.9.2008, que impõe que as empresas detentoras de licenças de transporte aéreo comunitário pertençam e sejam

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

efetivamente controladas por Estados Membros e/ou nacionais dos Estados Membros e comunicando que, com esta decisão, deixam de vigorar as medidas cautelares impostas por esta Autoridade em 19.02.2016.

Surge, assim, o desenho de uma nova estratégia da Empresa, com materialização a partir do início do ano de 2016 e que incluiu alterações na Frota, Rede, Produto e um Plano de Capitalização.

Neste âmbito, a Atlantic Gateway efetuou prestações suplementares na TAP SGPS, no valor de cerca de EUR 154 milhões, imediatamente a seguir à reprivatização ter tido lugar. Esta entrada de fundos permitiu aumentar a liquidez e foi utilizada para recapitalizar o Grupo TAP, nomeadamente, a empresa TAP, S.A..

À data de privatização, o consórcio Atlantic Gateway reafirmou os seguintes compromissos assumidos durante o processo:

- O cumprimento das obrigações de serviço público;
- A manutenção da integridade, identidade empresarial e autonomia do Grupo TAP;
- A conservação da marca TAP e a sua associação a Portugal, assegurando a manutenção no País da sua sede;
- A manutenção e reforço do *hub* em Lisboa;
- A contribuição para o desenvolvimento da economia nacional;
- A assunção de compromissos em matéria de estabilidade laboral e de valorização e desenvolvimento dos recursos humanos.

Entretanto, a crise económica, no Brasil e em Angola, representou o fator de impacto significativamente negativo, nos principais mercados de longo curso da TAP, tradicionalmente mais rentáveis sendo igualmente de referir, na Europa, o clima de concorrência crescente.

Neste contexto, o Plano Estratégico divulgado no final de 2014 (**Plano Estratégico 2015-2020**) sofreu, em consequência, no final de 2015 e no decorrer de 2016, alterações nos principais eixos estratégicos, designadamente:

Eixo de renovação e expansão de todas as frotas – O plano de renovação e expansão mantém-se e inclui 53 novas aeronaves, 14 Airbus 330-900 Neo para o longo curso (em substituição das aeronaves A350), e 39 aeronaves Airbus A320 Neo para o médio curso. Adicionalmente, um reforço da frota da TAP, S.A. – 3 aeronaves, designadamente, 2 aviões dos modelos A321, A320, na frota *narrow-body* e 1 A330, que complementar a frota *wide-body* existente –, viabilizará a abertura de novas rotas, bem como o incremento de frequências para alguns destinos, em 2017.

No âmbito da frota regional, de referir a substituição, concretizada em 2016, da antiga frota da Portugalia por aeronaves mais recentes e mais eficientes, em termos de consumo de combustível, permitindo as novas aeronaves operadas sob a marca TAP Express um aumento da competitividade da frota, designadamente:

- Nove aeronaves regionais E190, na Portugalia;
- Oito aeronaves a turbopropulsor ATR 72-600 na TAP, S.A., em regime de ACMI com a White Airways.

Ainda, relativamente à frota da Portugalia encontra-se prevista, em 2017, a inclusão de 4 unidades E195 prevendo-se, relativamente às antigas aeronaves em operação, a venda dos 6 Fokker 100 e o sub-aluguer de 8 ERJ145.

Eixo de consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub* – Mantem-se o crescimento de rede focado no *hub*, e a consolidação do crescimento no Brasil. Na expansão da rede de longo curso surgem novos mercados estratégicos e a Ponte Aérea Lisboa-Porto encerra alguns mercados a partir do Porto. A prioridade centra-se na reconstituição da rentabilidade da Companhia, de forma a assegurar o seu futuro financeiro, o que justifica a necessidade de ajustar e otimizar rotas e capacidade. Assim, o novo Plano de Exploração, que irá garantir o futuro da TAP, S.A., requer alterações ao nível de rede e de capacidade, as quais irão melhorar significativamente a *performance* económico-financeira da Companhia. Refiram-se como estratégias principais de Rede a longo prazo, designadamente:

- **Construção e fortalecimento do *hub* de Lisboa**
 - ⇒ Melhorar a consistência da programação;
 - ⇒ Melhorar as ligações;
 - ⇒ Aumentar a oferta de serviços de longo curso, de forma a aumentar o valor do *hub*, reduzindo, simultaneamente, o risco de país único;
 - ⇒ Melhorar a fiabilidade, através da operação de uma programação consistente.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

- **Lançamento da Ponte Aérea Lisboa – Porto ocorrida em março de 2016, com um serviço de *shuttle* de alta frequência**
 - ⇒ Novos voos, de hora a hora, entre Lisboa e Porto a preços competitivos;
 - ⇒ Novas aeronaves e novos produtos concebidos para melhorar a experiência do cliente, nomeadamente nos aeroportos.
- **Gestão ativa da capacidade de rede de modo a otimizar resultados**, com uma aposta inicial em 2016 no crescimento para a América do Norte e no aumento das ligações no Brasil.

Eixo de automatização e melhoria da experiência do cliente – Mantem-se a intenção de uma melhoria da experiência a bordo, através, nomeadamente, do investimento em cabines de última geração nas aeronaves *wide-body* e *narrow-body*.

Uma visão estratégica para o futuro

A TAP SGPS tem uma visão estratégica para o futuro e um dos maiores objetivos traduz-se na criação de uma companhia aérea financeiramente sustentável.

Destaques da Estratégia para 2016-2017

- No contexto da aquisição pela Atlantic Gateway, de 61% do capital social da TAP SGPS, acionista única da TAP, S.A., o consórcio reafirmou a sua determinação para concretizar, com urgência, o processo de recapitalização da TAP SGPS, da TAP, S.A. e de outras subsidiárias, resolvendo de imediato os problemas mais prementes, reforçando a capacidade financeira da Empresa. Neste sentido, foi considerado um investimento (o Montante da Capitalização), com a seguinte repartição, cuja realização foi inteiramente concretizada:
 - ⇒ EUR 154,4 milhões, a 12 de novembro de 2015 de prestações suplementares, montante já investido na TAP, S.A.;
 - ⇒ EUR 120 milhões, antes de junho de 2016, em obrigações convertíveis a 10 anos sem juros de caixa, garantidos, montante parcialmente (EUR 50 milhões) investido na TAP, S.A. através da redução de financiamentos concedidos pela TAP, S.A. à TAP SGPS;
 - ⇒ EUR 69,7 milhões, em 2016, de prestações suplementares, montante investido na TAP, S.A. através da redução de financiamentos concedidos pela TAP, S. A. à TAP SGPS.
- A criação de uma nova marca: TAP Express – Com esta marca, o Grupo TAP visa servir rotas regionais e domésticas, utilizando a nova frota Embraer E190 (operada pela Portugália) e aeronaves ATR72-600 (operadas pela White Airways) e que substituiu a designação comercial Portugália (PGA Airlines), traduzindo a oferta em 2016, um incremento em lugares oferecidos, da ordem dos 50% face ao ano anterior;
- Continuar o compromisso do Grupo TAP, em servir Portugal e os Países de Língua Portuguesa:
 - ⇒ Manter a liderança de mercado para o Brasil – capacidade europeia;
 - ⇒ Apesar da desaceleração económica, continuar com o serviço para Angola e Venezuela, considerados destinos importantes para a diáspora Portuguesa;
 - ⇒ Exploração de novas rotas para comunidades Portuguesas nos Estados Unidos, visando o crescimento em 2016 ou 2017;
 - ⇒ Continuar a operar todas as rotas domésticas e aumentar a capacidade entre o Porto e Lisboa.
- Alterações na frota com o objetivo de posicionar a TAP entre as melhores companhias do mundo e garantir-lhe um papel cada vez mais decisivo nas ligações entre a Europa, África, Brasil e América do Norte:
 - ⇒ Nova Frota – O plano de investimentos inclui a encomenda de 53 novas aeronaves (14 Airbus 330-900 Neo e 39 aeronaves Airbus da família A320 Neo) cuja entrega se iniciará ao longo do 1º e do 3º trimestre de 2018, respetivamente. A diminuição do custo por passageiro constitui o objetivo, sendo estes novos aparelhos mais baratos e eficientes para as viagens de longo curso, onde se verifica um maior investimento;
 - ⇒ Remodelação da frota – Além de adquirir novos Airbus, a TAP vai remodelar a frota de médio e longo curso, numa operação maioritariamente efetuada nas oficinas de Manutenção e Engenharia da TAP. Cerca de EUR 60 milhões foram já direcionados para o reconfiguração de 41 aviões de médio curso, com o objetivo de melhorar o conforto dos passageiros, aumentar a qualidade e a competitividade do produto;
 - ⇒ Inclusão, em 2017, de 7 aeronaves adicionais, sendo 3 aparelhos Airbus na TAP, S.A. e 4 E195 na PGA, em regime de *leasing* operacional, conforme anteriormente referido;

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

- ⇒ Renovação da frota da Portugália – A proporcionar um crescimento de 51% em 2017, face a 2015, em lugares oferecidos, e uma poupança de 40% no consumo de combustível, com as consequentes vantagens para o meio ambiente;
- ⇒ Introdução da tecnologia *sharklet* em alguns aviões da frota de médio curso – A aplicação destes dispositivos, iniciada em 2016 e com *terminus* previsto para início de 2018, irá proporcionar uma melhoria da aerodinâmica do avião, traduzindo-se em redução (na ordem dos 2,5%) do consumo de combustível, em redução de emissões e na extensão da vida operacional do avião.

Principais desenvolvimentos em 2016 no âmbito do Plano Estratégico 2015-2020

No âmbito dos seis eixos estratégicos constantes no Plano Estratégico para o período de 2015-20 são de referir os seguintes principais desenvolvimentos.

Primeiro eixo de renovação e expansão de todas as frotas – O ano de 2016 representou um ano de transição, em que diversos projetos, já em curso em 2015, foram implementados prevendo-se a implementação de outros, ao longo dos próximos anos. Na frota da TAP, que totalizava no final do ano 63 aeronaves (43 de médio curso e 20 de longo curso), as alterações foram, maioritariamente, no âmbito dos interiores de cabina, com o objetivo de densificar o número de lugares, mantendo ou mesmo aumentando, o nível de conforto, no caso da frota de médio curso. Na frota da TAP de longo curso, foram adicionados dois A330-200.

Na frota regional, ocorreram alterações estruturais significativas, a envolver a sua substituição integral. A marca TAP Express foi criada em 2016, sendo aplicada à globalidade da operação neste âmbito, assegurando uma consistência de marca transversal aos aviões operados pela TAP. A antiga frota regional foi substituída, progressivamente ao longo de 2016, por 8 aeronaves do modelo ATR72-600 (com 70 lugares), em regime de ACMI, operada pela White Airways (cessando a utilização dos ATR42-600) e por 9 aeronaves do modelo E190 (com 106 lugares), mais recentes e mais eficientes em termos de consumo de combustível, e cuja operação é assegurada pela Portugália. As aeronaves ATR destinaram-se, predominantemente, à utilização na ponte aérea Lisboa-Porto, cujo início ocorreu no final de março.

Segundo eixo de evolução do modelo comercial – Registou-se uma evolução do modelo comercial da Empresa, disponibilizando mais opções de escolha ao cliente, e criando novos produtos e serviços, adicionais à viagem. Assim, pode referir-se como sendo o início de um modelo de *Escolha do Cliente*, com desenvolvimento em 2016 e nos anos subsequentes, sendo o cliente a determinar os serviços e benefícios associados à respetiva tarifa comercial. Foi lançado um amplo programa de *Ancillary Services*, disponíveis tanto nos canais de distribuição diretos da Empresa, como nos canais indiretos, oferecendo aos clientes diversos produtos.

O Programa Victoria – Programa de Fidelização da TAP manteve a autonomização dentro da empresa TAP, S.A., preservando-se critérios de transparência, quanto à *performance* desta atividade de forma autónoma.

Num terceiro eixo de automatização e melhoria da experiência do cliente – A nova estratégia da TAP tem focado a sua atenção no Cliente, melhorando e otimizando os seus produtos e serviços, modernizando a frota e o conforto a bordo. No seguimento desta linha foi, em 2016, lançado um conjunto de iniciativas, designadamente: o NPS (*Net Promoter Score*) – que visa promover um conhecimento mais abrangente sobre o grau de satisfação dos Clientes, bem como a identificação dos pontos que eventualmente possam diminuir aquele índice viabilizando, desta forma, uma intervenção rápida e dirigida; o Projeto *Flying for Gold* – Projeto de melhoria da experiência do Cliente Gold, a possibilitar apoiar a melhoria da qualidade de Serviço, bem como a resolução de irregularidades, Recompensar a fidelidade, aprimorar e modernizar a comunicação; a criação de um serviço *Concierge* para os Clientes de maior valor. Adicionalmente, refira-se, a ação *Ouvir o Cliente*, uma iniciativa de proximidade com os clientes mais frequentes que colocou em contacto elementos da Direção e do Conselho de Administração da TAP com estes Passageiros, no sentido de escutar ativamente as suas principais notas, opiniões e sugestões sobre a Companhia, e de atuar diretamente sobre esse *feedback*.

Ainda, visando a melhoria da experiência do Cliente, de destacar o lançamento do *Portugal Stopover*, incentivando os passageiros de longo curso, com origem nos EUA ou Brasil e cujo destino final seja Europa ou África, a usufruir, na passagem por Portugal, da visita do País, com a permanência de até 3 dias em qualquer uma das cidades de escala – Lisboa ou Porto.

Por seu turno, verificou-se o lançamento da nova plataforma de vendas *online* em <https://flights.flytap.com>, uma nova ferramenta digital que otimiza o processo de pesquisa de voos pelo Cliente, permitindo visualizar os preços mais baixos para

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

qualquer destino TAP e efetuar, de imediato, a reserva *online*. Ainda, de referir a constituição de uma equipa multidisciplinar – a IBE Agile Team –, constituída com o propósito de desenhar o novo motor de reservas do site da TAP. O novo FlyTAP é desenvolvido no seguimento da estratégia definida pela Nova TAP, orientada para a escuta das reais necessidades dos seus Passageiros. De entre as diversas inovações disponibilizadas, como a pesquisa de viagens de acordo com o orçamento do utilizador, através do registo na nova Área de Cliente, será permitido ao Cliente efetuar toda a gestão pessoal do seu perfil *online*, aceder às suas reservas, efetuar *upgrades* e, ainda, adquirir serviços adicionais.

No âmbito do conforto a bordo, os dois A330-200 que integraram a frota da TAP em 2016 operando, preferencialmente, as duas novas rotas no mercado dos EUA – New York JFK e Boston, traduziram uma melhoria significativa do produto oferecido ao passageiro e representaram o lançamento, em antecipação, do tipo de produto de cabine que a TAP pretende oferecer futuramente aos seus passageiros e que será alargado à restante frota.

Após a conclusão do processo de privatização e, maioritariamente, durante o ano de 2016, decorreu a definição do novo A330neo de que a TAP será o primeiro operador. Este processo visou efetuar a definição de um produto em sintonia com as necessidades dos passageiros, incidindo em mais conforto, inovação ao nível do sistema de entretenimento e conectividade e no alinhamento pela nova imagem dos interiores de cabine da TAP. Após a primeira entrega, prevista para março de 2018, será dado início à saída dos A330 mais antigos, bem como dos equipamentos A340. Ainda, de referir o desenvolvimento do programa de modificação de cabine dos A320fam, tendo ocorrido em novembro a primeira modificação, de uma série de 41 aviões da frota de médio-curso, cuja conclusão se estima para o final de 2017. Será igualmente concretizado em 2017 o programa de renovação de interiores de cabine de 7 A330, utilizados nas rotas de longo curso. Esta modificação de cabine permitiu redefinir a oferta ao passageiro, sendo melhorados os índices de conforto através da instalação de novas cadeiras, e aumentado o número de lugares a bordo por forma a alinhar com o produto das mais diretas concorrentes europeias e, ainda, permitir uma redução bastante significativa do peso dos aviões e, por inerência, a redução do consumo de combustível. Neste programa, a TAP reforçou o investimento na economia nacional, através da seleção de parceiros nacionais para a conceção do produto, incorporando o *design* da cadeira, o fornecimento de materiais (couro) e produção das capas das cadeiras. Todas estas intervenções serão maioritariamente executadas nas oficinas de manutenção de aeronaves detidas pelo Grupo TAP em Portugal e no Brasil.

Quarto eixo de consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub* – Manteve-se, em 2016, o foco estratégico da Empresa, relativamente ao desenvolvimento de um esforço contínuo na melhoria da rede, com o fortalecimento do *hub* Lisboa, através do potencial incremento do tráfego entre a Europa e os destinos da TAP nas Américas e em África. Neste sentido, dois novos destinos foram introduzidos na América do Norte, nomeadamente, Nova Iorque (JFK) e Boston, tendo sido dado início, na Europa, às ligações diretas diárias entre Lisboa e Vigo, no Verão de 2016. Em África, a operação de voos para a Guiné-Bissau foi retomada, reforçando o posicionamento da Companhia neste continente, considerado como um dos mercados estratégicos da Companhia.

O principal objetivo consistiu no enfoque do desenvolvimento em mercados já existentes, ou através de conquista de novas oportunidades, em mercados ainda por explorar, mantendo as operações do Funchal e do Porto a respetiva posição, de acordo com o desempenho registado.

Quinto eixo de melhoria das eficiências operacionais – Em linha com o previsto no plano, ocorreu em 2016 o lançamento do projeto *Processo de Transformação da TAP*. Esta iniciativa foi desenvolvida com o objetivo de prosseguir o esforço de transformação da Empresa, de uma forma estruturada e em linha com as boas práticas internacionais no que refere à eficácia, eficiência e agilidade operacionais nunca comprometendo, porém, aquela que é a resolução da Companhia no sentido de manter excelência na segurança das suas operações e de oferecer aos seus clientes um produto e serviço de referência mundial. Em 2016, embora sob o efeito de uma subida progressiva de preços de combustível, verificou-se uma redução do custo operacional unitário.

Sexto eixo de reposicionamento do negócio das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil – No que respeita à TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, embora se tenha verificado, em 2016, um decréscimo nas vendas a terceiros de cerca de 23% (menos 12% se considerarmos o efeito da variação da produção), este não decorreu de um menor esforço de vendas ou de redução de competitividade mas tão só fruto da ocupação de *slots* de *hangar*, para satisfazer os programas de modificação das aeronaves da TAP – *sharklets* e modificação dos interiores de cabina –, o que impossibilitou a concretização de maior volume de negócio, no que respeita à manutenção de aeronaves. De facto, assistiu-se a um crescimento no negócio da manutenção de motores e à estabilidade do volume de negócios com a manutenção de

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

componentes. Dado continuarem a verificar-se as mesmas tendências do mercado MRO e face aos resultados obtidos, a Empresa está convicta no prosseguimento da atual estratégia comercial, assente em nichos de mercado, sem descurar contudo, oportunidades de maior dimensão, designadamente, na área de motores, onde ainda existe alguma capacidade disponível, bem como na estratégia operacional que visa dotar a Manutenção e Engenharia da capacidade tecnológica e de processos que lhe garantam a eficiência e qualidade essenciais aos níveis de competitividade necessários para a sua sustentabilidade. É neste contexto que o tema da Inovação e a implementação de uma Cultura de Inovação tem vindo a produzir os seus resultados.

A TAP–Manutenção e Engenharia Brasil prosseguiu a sua convergência para o equilíbrio operacional. A atividade da empresa voltou a crescer, pelo 6º ano consecutivo, cerca de 25% em Reais, tendo sido o primeiro ano em que se registou um valor de vendas superior ao orçamentado (Reais 319 milhões vs Reais 316 milhões). Dado que não será possível manter no médio prazo estas taxas de crescimento, num mercado que cresce cerca de 6% ao ano, foi decidido tornar mais agressivas as ações que conduzam à redução dos custos, no sentido de acelerar a convergência para os resultados positivos. Foi, ainda, feita uma reestruturação organizacional que tem conduzido à melhoria do desempenho operacional e prosseguiram várias ações no âmbito dos processos produtivos, tendentes aos ganhos de eficiência.

De referir, ainda, o desenvolvimento de uma metodologia com a qual se pretende identificar oportunidades e otimizar sinergias com a companhia Azul.

Restantes Empresas do Grupo

Relativamente às restantes participações detidas pela TAP, SGPS, S.A., refira-se o desenvolvimento de atividade em áreas ligadas aos negócios principais do Grupo – o Transporte Aéreo e a Manutenção e Engenharia. O critério para a seleção destes investimentos assentou no pressuposto de que o desenvolvimento das respetivas atividades contribui para o fortalecimento daqueles negócios, quer através da rentabilização do capital investido, quer pelo acréscimo das vantagens competitivas promovido por efeito sinérgico. A TAP possui uma empresa que funciona como *holding* de algumas das suas subsidiárias desenvolvendo atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e manutenção, a TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A., cujo objetivo fundamental consiste em efetuar, de forma direta e participada, o acompanhamento da gestão daquelas empresas.

À semelhança da tendência na Indústria, a TAP detém os seus investimentos financeiros nas áreas de: *Catering*, Sistemas de Informação, Lojas de Vendas em Aeroportos e a Bordo, Serviços de Saúde e Assistência em Escala.

Análise do Desempenho

TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.

A TAPGER é uma Sociedade Anónima com sede em Lisboa, criada pela TAP em Setembro de 1997, com o objetivo de conseguir uma gestão mais direta e participada nas diversas atividades complementares ou colaterais aos seus negócios principais de transporte aéreo e de manutenção, numa perspetiva do seu desenvolvimento. A empresa tem por objeto o acompanhamento da gestão das suas empresas participadas, com incidência na respetiva performance económica e financeira, bem como a prestação de assistência e apoio às empresas Lojas Francas de Portugal, S.A. e Cateringpor–Catering de Portugal, S.A., em determinadas áreas, no âmbito estabelecido no *Joint Venture Agreement* e do *Technical Service Agreement*, respetivamente. Para assegurar, de forma mais satisfatória, esta assistência, bem como todo o processo administrativo, a TAPGER mantém um contrato de prestação de serviços partilhados com a TAP, S.A..

Durante o exercício de 2016, a TAPGER acompanhou a atividade desenvolvida pelas empresas suas participadas e realizou as assembleias gerais necessárias à aprovação das respetivas contas relativas ao exercício de 2015.

O resultado líquido do exercício de 2016 registou um aumento de 16,5%, relativamente ao de 2015 (mais EUR 780,8 milhares).

Outras participações do Grupo TAP, em 31 dezembro 2016

EUR milhares

		Participação da TAP	Montante do Capital Social da TAP	Resultado Líquido
Portugália, S.A.		100%	15.000,0	(1479)
Aeropar Participações, Lda. (Brasil)		100%	0,2	(5.621)
	TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A.	98,64%	207.057,7	(31.879)
TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.		100%	2.500,0	5.518
	Catering			
	Cateringpor–Catering de Portugal, S.A.	51%	1.785,0	1549
	Lojas de Vendas em Aeroportos e a Bordo			
	LFP–Lojas Francas de Portugal, S.A.	51%	280,5	8.944
	Sistemas de Informação			
	Megasis–Soc. de Serv. e Eng. Inf., S.A.	100%	500,0	66
	Serviços de Saúde			
	UCS–Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	100%	500,0	52

Perspetivas para 2017

Conjuntura macro e do sector

Após um crescimento na ordem dos 3,1% em 2016, espera-se que a atividade económica mundial continue a ganhar força, prevendo-se para 2017 uma evolução ligeiramente superior, da ordem dos 3,4%, sendo ainda inferior ao ritmo observado antes da crise. De destacar, no entanto, a ampla dispersão dos resultados possíveis sobre este desenvolvimento da atividade global, dada a incerteza quanto à orientação política da entrada da administração dos EUA e as respetivas ramificações globais. As perspetivas entre as economias avançadas e os mercados emergentes e em desenvolvimento permanecem heterogéneas, merecendo especial destaque o comportamento dos últimos.

Assim, espera-se, nos Estados Unidos, que a atividade continue apoiada pela continuação das políticas geralmente acomodáticas e pelas melhorias dos mercados de trabalho devendo, no Japão, o ritmo de expansão manter-se moderado. No Reino Unido, as perspetivas de crescimento deverão ser limitadas pela maior incerteza quanto às relações futuras do país com a UE. Adicionalmente, perspetiva-se como provável que a atual desaceleração do crescimento na China venha a afetar, negativamente, as perspetivas económicas de outras economias de mercado emergentes, enquanto o abrandamento gradual de recessões profundas em alguns dos principais exportadores de matérias-primas permanece, em termos prospetivos, uma fonte de apoio para o crescimento mundial.

Na vertente dos preços, na sequência do acordo da OPEP de novembro último, os preços do petróleo aumentaram, promovendo uma diminuição lenta e progressiva dos efeitos das descidas dos preços do petróleo no passado, sobre a inflação global a nível mundial.

Na zona euro, prevê-se um crescimento da atividade económica na ordem dos 1,7%, permanecendo a procura interna como o pilar desta evolução, suportada pela melhoria continuada do mercado de trabalho, bem como pela melhoria das condições de financiamento bancário, reforçada pela orientação significativamente acomodática da política monetária do BCE. De referir neste âmbito, com base na perspetiva de continuação de uma retoma gradual do PIB e de baixo nível de inflação (1,3% em 2017, inferior ao referencial de 2%), a decisão do BCE em dezembro último no sentido de manter inalteradas as suas taxas de juro diretoras, e efetuar o prolongamento do seu programa de compra de ativos, cujo *terminus* se encontrava previsto para março 2017. Em consonância com a esperada retoma mundial gradual, projeta-se que as exportações ganhem, progressivamente, dinamismo, induzindo uma melhoria do contributo do comércio líquido. Concomitantemente, antecipa-se um reforço firme do investimento empresarial sustentado, designadamente, pela melhoria da confiança das empresas, pelo nível de utilização da capacidade produtiva, agora no nível mais elevado desde 2008, bem como pelas perspetivas sobre a evolução da procura. Espera-se que o rácio do défice público diminua o nível de 2016, situando-se em 1,6% do PIB.

Relativamente à economia portuguesa, após um crescimento de 1,2 por cento em 2016, as projeções apontam para a manutenção da trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os últimos anos. Esta retoma deverá traduzir-se numa ligeira aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,4%, em 2017, num comportamento próximo, embora inferior, ao projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para área do euro e não revertendo o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013. No pressuposto de um enquadramento externo globalmente favorável, embora de inferior expressão face aos anos anteriores, quanto aos fluxos de comércio global, de referir, como subjacente a este comportamento da economia portuguesa, a evolução das exportações que continuarão como a componente da procura global de maior contributo para o crescimento da atividade, devendo as exportações de bens e serviços registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. A evolução esperada para a economia portuguesa será ainda sustentada por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) com base numa recuperação do investimento empresarial. Por seu turno, evoluindo em linha com as expectativas tendenciais da economia, o consumo privado deverá desacelerar face ao comportamento observado em anos recentes, sendo este fortemente associado à despesa em bens duradouros decorrente, em parte, da concretização de decisões adiadas durante a recessão de 2011-2013. A evolução da atividade deverá ser acompanhada pela recuperação gradual da situação no mercado de trabalho, projetando-se a continuação do crescimento do emprego, embora a um ritmo progressivamente mais moderado. A inflação, medida pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), deverá aumentar ao longo do horizonte de projeção, mantendo-se em níveis próximos dos projetados para a média da área do euro. Prevê-se, ainda, a continuação de reduções nos níveis de endividamento do setor privado e, com base na evolução das balanças de rendimentos e de capital, espera-se a manutenção de uma capacidade de financiamento junto do exterior, embora inferior à observada nos últimos anos.

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

Relativamente ao Setor do Transporte Aéreo, após ter atingido, em 2016, o maior resultado de sempre, e embora perante a perspetiva do agravamento nas condições da envolvente, em particular associado à subida nos preços do petróleo, a Indústria espera atingir, em 2017, globalmente, um resultado ainda forte, que deverá situar-se na ordem dos USD 29,8 mil milhões, um valor que compara com os USD 35,6 mil milhões estimados para 2016.

Prevê-se, assim, uma redução do estímulo sobre a procura, que se encontra associado a inferiores preços no petróleo, motivando um abrandamento no crescimento global, que deverá vir a situar-se na ordem dos 5,1%, expresso em passageiros ponderados pela distância (PKU). Espera-se, ainda, que o crescimento da capacidade no setor ultrapasse o incremento da procura, situando-se nos 5,6% e, desta forma, motive a diminuição do *load factor* global de passageiros para os 79,8% (de 80,5% em 2016).

Este comportamento do tráfego, no entanto, não será extensivo à globalidade das regiões, esperando-se evoluções inferiores em mercados mais maduros como a Europa e o Atlântico Norte (de 4,0% e de 2,5%, respetivamente). Perspetivam-se, igualmente, desempenhos fracos, na região de África sob o efeito de conflitos regionais e do impacto dos baixos preços das *commodities*, e na América Latina onde, apesar de alguns sinais de melhoria nas moedas e nas perspetivas económicas da região, as condições operacionais continuam com elevado potencial de melhoria, na presença de deficiências de infra-estrutura, de impostos elevados e de uma crescente carga regulatória em todo o continente. De destacar a Venezuela que, em violação das obrigações internacionais, continua a bloquear o repatriamento de fundos da Indústria.

Relativamente ao transporte aéreo de mercadorias, de assinalar um certo otimismo, quanto às perspetivas para o negócio de carga em 2017, perspetivando-se a interrupção na queda do *yield* e um aumento moderado da procura (3,5%), permanecendo as condições comerciais, no entanto, como um desafio.

Perspetivas para a TAP em 2017

No âmbito da reprivatização concluída em 12 de novembro de 2015, foram perspetivadas diversas alterações, incluindo um Plano de Capitalização já inteiramente concretizado, com incidência na TAP, SGPS, S.A., na TAP, S.A. e outras subsidiárias. Designadamente, este Plano de Capitalização reforça indiretamente a estrutura acionista da TAP, S.A. e posiciona-a de forma positiva, ao seu crescimento no futuro, sendo a seguir referidos os detalhes desta estratégia enquadráveis no ano de 2017, designadamente, nas vertentes Frota, Rede e Produto.

Transporte Aéreo

Alterações na Frota

Durante o ano de 2017, a TAP prossegue o esforço de expansão da frota e de operação, iniciado em 2016, prevendo-se um reforço no equipamento com 2 aeronaves da família A320fam e uma aeronave da frota A330. Na frota regional, encontra-se prevista a continuação da alteração estrutural iniciada em 2016, com o crescimento da frota da Portugalá de 9 para 13 aeronaves, pela integração de 4 Embraer 195.

Alterações chave da Rede

O Plano de Exploração que irá garantir o futuro da TAP, S.A. requer alterações ao nível da Rede e da capacidade, as quais irão melhorar, significativamente, a *performance* financeira da Companhia. De referir, as estratégias principais de Rede a longo prazo, que serão implementadas no Horário de Verão 2017: Construção e fortalecimento do *hub* de Lisboa; crescimento para a América do Norte, com a abertura de Toronto; crescimento em África, com a abertura de Abidjan, e o reforço de operação a Dakar e Marraquexe. Adicionalmente, prevê-se o lançamento de novas operações na Europa, com o intuito de diversificar e ampliar o *portfolio* da Empresa, designadamente, Las Palmas, Alicante, Colónia, Estugarda, Budapeste e Bucarest. No âmbito de uma gestão continuada das rotas e portefólio de voos, será efetuada uma avaliação contínua da *performance*, procedendo-se, com o tempo, ao ajustamento da frequência aos mercados existentes de acordo com a alteração das condições económicas, bem como ao lançamento de novos mercados assim que oportuno. A prioridade centra-se na

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

reconstituição da rentabilidade da Companhia, de forma a assegurar o seu futuro financeiro, o que justifica a necessidade de cancelar algumas rotas e de reduzir a operação em determinados mercados em Lisboa e no Porto.

O compromisso da TAP, S.A. com Portugal

A TAP, S.A. reconhece que o valor a longo prazo de servir Portugal e a comunidade Portuguesa global supera, neste momento, as eventuais vantagens da concentração no desenvolvimento atual do *hub* de Lisboa. Assim, a Companhia irá manter algumas rotas no Porto durante o Horário de Verão 2017, através do fortalecimento adicional em Lisboa, o que inclui manter determinadas rotas de longo curso para Nova Iorque, Rio de Janeiro e São Paulo a partir do Porto, tratando-se de rotas importantes para a diáspora Portuguesa e para os negócios das comunidades locais. No mesmo sentido, a Empresa irá continuar a voar para todas as ilhas Portuguesas atualmente em operação.

Por seu turno, o crescimento previsto da TAP, S.A. na América do Norte destina-se a capitalizar um mercado relevante e em crescimento como é o americano, assim como diversificar a estratégia da significativa capacidade investida no Brasil. Neste âmbito, de referir a previsão sobre o lançamento da rota, com cinco voos semanais, para o aeroporto de Toronto em 10 de junho de 2017.

A TAP, S.A. continuará com a estratégia de longo prazo de se tornar líder de mercado na Europa em relação aos mercados do Brasil, apesar da queda e previsões do PIB negativas para a economia Brasileira. Acresce que, continuará a servir as comunidades Portuguesas no estrangeiro, cumprindo com níveis de serviço similares aos do Verão 2016. O serviço de *code-share* com a companhia Azul Linhas Aéreas Brasileiras foi autorizado e teve início em 10 de dezembro de 2015, esperando-se que desse facto decorram melhorias de receita, bem como na ligação para passageiros entre cidades no Brasil e na Europa.

Alterações adicionais ao tipo de serviço

No âmbito do cumprimento da sua vocação de companhia de serviço completo, encontra-se previsto prosseguir durante 2017, o investimento na TAP, S.A., em cabines de última geração para ambos os tipos de aeronaves, *wide-body* e *narrow-body*, esperando-se, desta forma, melhorar a satisfação dos seus clientes e atrair novos clientes. O relançamento deste produto teve início na frota A330-200, com a remodelação das cabines, incluindo novos assentos *fully-flat* para a classe executiva e material de *video-on-demand* e entretenimento em ambas as cabines, oferecendo uma experiência superior a bordo. Prevê-se que a globalidade frota A330-200 seja renovada até ao final do ano de 2017. Por seu turno, decorrerá durante o ano de 2017 o programa de definição dos novos A321neo *Transatlantic*, cujo *phase-in* se prevê começar a ocorrer durante o ano de 2018. Estas aeronaves, que irão permitir explorar alguns mercados na América do Norte, Brasil e África, oferecerão ao passageiro um conforto equivalente ao que é disponibilizado nos aviões de longo curso, designadamente, uma cadeira de classe executiva com cama totalmente horizontal, maior espaçamento entre filas de económica e um inovador sistema de entretenimento e conectividade.

Ainda, de referir as aeronaves operadas sob a marca TAP Express, com cabines modernas e um produto de serviço completo alinhado com a experiência europeia da TAP, S.A., designadamente, uma qualidade especial de serviço na Ponte Aérea, oferecendo *timings* excecionais, reconhecendo a importância da rapidez para o passageiro nas viagens domésticas.

Ainda, no âmbito do esforço colocado pela Empresa no sentido de refletir uma organização focada, em primeiro lugar, no seu Cliente, de referir, a criação do *Customer Committee*, enquanto fórum vocacionado para a identificação das ações prioritárias a desenvolver, a fim de garantir a melhoria efetiva da experiência do Cliente e obter a sua fidelização. Igualmente, de destacar a abertura do TAP Premium Lounge em Lisboa, durante o 1º semestre de 2017, numa superfície ampla, destinada a oferecer aos passageiros as mais modernas e confortáveis áreas de descanso, de uma forma reservada, onde estarão disponíveis diversas facilidades. Entre estas de referir, gabinetes de duche, meios comunicação (TV, WIFI gratuito), monitores informativos de voos, e um Business Centre, Bar e uma área de restauração que oferecerá um inovador serviço de *catering*. O *Premium Customer Centre* terá um Espaço para atendimento ao passageiro.

Manutenção e Engenharia

Relativamente à TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, no contexto comercial, as perspetivas para 2017 são de apreciável crescimento relativamente a 2016, decorrente dos contratos estabelecidos para *airframe*, quer com a introdução de *sharklets* em aviões da Qatar, quer com a execução de inspeções C em aeronaves da KLM, sendo que a capacidade de venda destes

Relatório de Gestão da TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (Consolidação)

serviços continua limitada pelo prosseguimento do programa de reconfiguração dos interiores da frota da TAP. Aguarda-se, para este ano, um novo *tender* da Força Aérea Francesa para a sua frota A310, cujo resultado é de difícil previsão face aos dois processos anteriores, que acabaram por ser descontinuados. Relativamente ao negócio da Manutenção de Motores, a estratégia entretanto desenvolvida na procura de oportunidades e fidelização de Clientes, permite à Empresa estar moderadamente otimista, sendo de destacar o contrato a 5 anos assinado com a Tarom da Roménia, abrangendo os modelos CFM56-3, -5B e -7B.

Na perspetiva operacional, prossegue o forte envolvimento de toda a Manutenção e Engenharia, na preparação dos *phase-out* e *phase-in*, não só os que ocorrerão no decurso de 2017 mas, também, os que já estão planeados para 2018, com o natural enfoque na preparação para a introdução dos A330-NEO e A321 NEO, de modo a que esta ocorra sem afetar a operação do Transporte Aéreo da TAP. Sempre com o objetivo de melhor servir os nossos passageiros, o segundo semestre de 2017 verá o início de uma nova parceria entre a Manutenção e Engenharia e a Panasonic, empresa fornecedora dos equipamentos de entretenimento e conectividade que equipam os *Wide Body* da frota da TAP, no sentido de se garantir um aumento significativo na sua fiabilidade e operacionalidade. A oficina de componentes, na sequência de investimentos já efetuados, verá a sua capacidade tecnológica aumentar ficando, assim, preparada para dar continuidade ao suporte aos componentes que equipam as novas frotas. As áreas operacionais, de logística e de apoio, prosseguirão, quer no âmbito da Melhoria Contínua – cujo número de eventos irá duplicar face a 2016 –, quer no âmbito de projetos específicos com o apoio de consultoria externa, com ações tendentes a aumentar a eficiência dos processos, a reduzir os custos e a otimizar a utilização de recursos, sempre garantindo elevados índices de segurança e qualidade. Em resumo, 2017 será um ano de continuidade no desenvolvimento e consolidação de uma cultura e prática que se pretende focada nos resultados, compromissos e inovação.

No âmbito da Organização, e após todo o trabalho desenvolvido em 2016 que conduziu à certificação FRA M, espera-se a certificação pela ANAC da nova estrutura organizacional que permitirá destacar, dentro da atual organização da Manutenção e Engenharia, o núcleo de responsabilidade da CAMO, responsável pelas atividades associadas à Aeronavegabilidade Continuada. No que respeita à Inovação, pretende-se desenvolver a Organização para esta realidade que é muito mais que novas ferramentas ou procedimentos mas, antes, um estado de espírito e cultura organizacional, que abraça com naturalidade a mudança, a partilha de conhecimentos e os erros cometidos ao longo de cada percurso inovador. Neste sentido, trabalhar-se-á para a obtenção de certificação relativamente à norma portuguesa que regulamenta esta matéria.

No negócio de Manutenção e Engenharia no Brasil, o ano de 2017 prosseguirá com enfoque nos seguintes objetivos: i) melhoria da capacidade e eficiência produtiva, que tem sido visível nos relatórios de satisfação dos Clientes e na obtenção de novas certificações; ii) melhoria do desempenho comercial, que alicerçado no ponto anterior, tem permitido prosseguir com crescimentos da receita significativamente acima do crescimento do mercado MRO na América Latina; iii) sanitização económica / financeira. De destacar, a procura da otimização de sinergias com a Azul, principal Cliente da Manutenção e Engenharia Brasil, com o objetivo de incrementar o volume e a diversidade dos serviços prestados e o estabelecimento de um programa de reestruturação organizacional, visando racionalizar custos.

De referir, que a TAP, SGPS, S.A. tem uma visão estratégica para o futuro, traduzindo-se um dos seus importantes objetivos na criação de uma companhia aérea financeiramente sustentável, onde se destaca, como uma das suas principais linhas estratégicas, em termos de frota, um posicionamento entre as melhores companhias do mundo, garantindo-lhe um papel cada vez mais decisivo nas ligações entre a Europa, África, Brasil e América do Norte.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2016

TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016	9
1 - Atividade económica do Grupo TAP	9
2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos.....	11
2.1. Bases de preparação	11
2.2. Comparabilidade	13
2.3. Bases de consolidação	14
2.3.1. Subsidiárias.....	14
2.3.2. Associadas.....	16
2.4. Relato por segmentos	17
2.5. Conversão cambial.....	17
2.5.1. Moeda funcional e de relato.....	17
2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira.....	17
2.5.3. Empresas do Grupo.....	18
2.6. Ativos fixos tangíveis.....	19
2.7. Propriedades de investimento.....	20
2.8. Ativos intangíveis	21
2.9. <i>Goodwill</i>	21
2.10. Imparidade de ativos não financeiros	21
2.11. Ativos financeiros	22
2.12. Instrumentos financeiros derivados	25
2.13. Justo valor de ativos e passivos	26
2.14. Imposto sobre o rendimento.....	26
2.15. Inventários	27
2.16. Valores a receber correntes.....	27
2.17. Caixa e seus equivalentes	27
2.18. Capital social e ações próprias	28
2.19. Financiamentos obtidos/passivos remunerados	28
2.20. Encargos financeiros com empréstimos	28
2.21. Provisões.....	29
2.22. Benefícios pós-emprego	29
2.23. Valores a pagar correntes	30
2.24. Subsídios.....	30
2.25. Locações	30
2.26. Distribuição de dividendos	31
2.27. Rédito e especialização dos exercícios	31
2.28. Gastos não recorrentes.....	32
2.29. Ativos e passivos contingentes	32
2.30. Ativos e passivos não correntes detidos para venda.....	32
2.31. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	33
2.32. Eventos subsequentes	34
2.33. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	34
3 - Políticas de gestão do risco financeiro	36
4 - Trabalhadores ao serviço.....	51
5 - Ativos fixos tangíveis.....	52
6 - Propriedades de investimento	55
7 - <i>Goodwill</i>	56
8 - Ativos intangíveis	58
10 - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....	58
13 - Outros ativos financeiros.....	58

15 - Ativos e passivos por impostos diferidos	59
16 - Adiantamentos a fornecedores	61
17 - Estado e outros entes públicos	62
18 - Outras contas a receber	63
19 - Diferimentos	65
20 - Inventários	66
21 - Clientes	67
22 - Caixa e depósitos bancários	68
23 - Ativos e passivos não correntes detidos para venda	69
24 - Capital próprio	72
25 - Interesses não controlados – demonstração da posição financeira	76
26 - Provisões	76
27 - Financiamentos obtidos	82
28 - Responsabilidades com benefícios pós-emprego	87
29 - Adiantamentos de clientes	96
30 - Fornecedores	97
31 - Outras contas a pagar	97
32 - Documentos pendentes de voo	99
35 - Vendas e serviços prestados	99
36 - Subsídios à exploração	100
37 - Ganhos e perdas em associadas	100
38 - Variação da produção	101
39 - Trabalhos para a própria entidade	101
40 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	101
41 - Fornecimentos e serviços externos	102
42 - Gastos com o pessoal	103
43 - Imparidade de inventários (perdas/reversões)	103
44 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	104
45 - Provisões (aumentos/reduções)	104
46 - Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	104
47 - Aumentos/reduções de justo valor	104
48 - Outros rendimentos e ganhos	104
49 - Outros gastos e perdas	105
50 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização	105
51 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados	106
52 - Imposto sobre o rendimento	106
53 - Interesses não controlados – resultado líquido	107
54 - Outros gastos não recorrentes	107
55 - Relato por segmentos	108
56 - Entidades relacionadas	108
57 - Contingências	110
58 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros	114
60 - Compromissos	116
61 - Eventos subsequentes	117

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores em milhares de Euros	Nota	2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	718.963	641.001
Propriedades de investimento	6	2.248	2.216
Goodwill	7	172.060	149.791
Ativos intangíveis	8	1.504	534
Outros ativos financeiros	13	40.560	1.100
Ativos por impostos diferidos	15	67.571	69.485
Outras contas a receber	18	80.269	49.852
		1.083.175	913.979
Ativo corrente			
Inventários	20	85.839	86.034
Clientes	21	187.999	138.130
Adiantamentos a fornecedores	16	9.883	4.544
Estado e outros entes públicos	17	22.985	17.427
Outras contas a receber	18	62.548	59.652
Diferimentos	19	17.296	13.272
Depósitos bancários restritos	22	538	4.177
Caixa e depósitos bancários	22	150.468	136.814
		537.556	460.050
Ativos não correntes detidos para venda	23	36.355	-
		573.911	460.050
Total do ativo		1.657.086	1.374.029
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	24	15.000	15.000
Prestações suplementares	24	224.093	154.353
Reservas legais	24	3.000	3.000
Reservas de conversão cambial	24	(36.869)	(70.406)
Reservas de justo valor	24	(461)	(752)
Ajustamentos em partes de capital		(2.260)	(2.260)
Resultados transitados	24	(647.884)	(478.015)
Resultado líquido do exercício	24	(27.731)	(156.042)
Total do capital próprio do grupo		(473.112)	(535.122)
Interesses não controlados	25	3.475	4.807
Total do capital próprio		(469.637)	(530.315)
Passivo não corrente			
Provisões	26	26.441	26.126
Financiamentos obtidos	27	666.841	743.370
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	28	67.688	54.268
Passivos por impostos diferidos	15	19.422	20.037
Outras contas a pagar	31	105.479	84.019
		885.871	927.820
Passivo corrente			
Fornecedores	30	151.683	167.843
Adiantamentos de clientes	29	1.403	1.259
Estado e outros entes públicos	17	35.452	22.468
Financiamentos obtidos	27	328.274	198.797
Outras contas a pagar	31	314.870	250.960
Documentos pendentes de voo	32	317.867	271.068
Diferimentos	19	68.040	64.129
		1.217.589	976.524
Passivos não correntes de ativos detidos para venda	23	23.263	-
		1.240.852	976.524
Total do passivo		2.126.723	1.904.344
Total do capital próprio e do passivo		1.657.086	1.374.029

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2015**

Valores em milhares de Euros	Nota	2016	2015 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	35	2.289.638	2.408.722
Subsídios à exploração	36	1.106	594
Ganhos e perdas em associadas	37	1.743	1.067
Variação da produção	38	2.320	(8.589)
Trabalhos para a própria entidade	39	559	608
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(146.395)	(127.171)
Fornecimentos e serviços externos	41	(1.511.112)	(1.664.382)
Gastos com o pessoal	42	(585.831)	(556.957)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	43	(1.812)	206
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	44	(2.129)	(5.655)
Provisões (aumentos/reduções)	45	1.442	170
Aumentos/reduções de justo valor	47	32	(174)
Outros rendimentos e ganhos	48	45.791	64.421
Outros gastos e perdas	49	(25.112)	(76.957)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (antes de outros gastos não recorrentes)		70.240	35.903
Outros gastos não recorrentes	54	-	(91.394)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70.240	(55.491)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	50	(54.902)	(61.851)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	46	(2.294)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.044	(117.342)
Juros e rendimentos similares obtidos	51	2.877	4.631
Juros e gastos similares suportados	51	(44.190)	(67.904)
Resultado antes de impostos		(28.269)	(180.615)
Imposto sobre o rendimento do exercício	52	(3.688)	20.176
Resultado líquido do exercício das atividades em continuação		(31.957)	(160.439)
Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas	23	8.944	8.662
Resultado líquido do exercício		(23.013)	(151.777)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS		(27.731)	(156.042)
Resultado líquido atribuível aos interesses não controlados	53	4.718	4.265
Resultado básico e diluído por ação das atividades em continuação (Euros)	24	(21)	(107)
Resultado básico e diluído por ação (Euros)	24	(18)	(104)

A demonstração consolidada dos resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi reexpressa tendo em consideração o descrito na Nota 23.

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2015

Valores em milhares de Euros	Nota	2016	2015
Resultado líquido		(23.013)	(151.777)
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente por resultados:			
Ganhos e perdas com conversão cambial	24	32.569	(50.903)
Ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	24	402	49.620
Imposto diferido de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	15	(111)	(13.645)
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos	28	(16.109)	(2.761)
Imposto diferido de remensurações	15	2.172	812
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		18.923	(16.877)
Rendimento integral		(4.090)	(168.654)
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SGPS		(7.730)	(169.680)
Interesses não controlados	53	3.640	1.026
		(4.090)	(168.654)
Rendimento integral atribuível aos acionistas da TAP SGPS decorre de:			
Atividades em continuação		(12.291)	(174.098)
Unidades operacionais descontinuadas		4.561	4.418
		(7.730)	(169.680)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores em milhares de Euros

	Capital	Prestações Suplementares (Nota 24)	Reservas legais	Reservas de conversão cambial (Nota 24)	Reservas de justo valor (Nota 24)	Ajustamentos em partes de capital	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados (Notas 25 e 53)	TOTAL
Capital Próprio em 1 de janeiro de 2015	15.000	-	3.000	(19.503)	(36.727)	(2.260)	(394.209)	(85.096)	(519.795)	7.935	(511.860)
Transações com proprietários de capital em 2015	-	154.353	-	-	-	-	(85.096)	85.096	154.353	(4.154)	150.199
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	(85.096)	85.096	-	-	-
Prestações suplementares	-	154.353	-	-	-	-	-	-	154.353	-	154.353
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.154)	(4.154)
Rendimento integral em 2015	-	-	-	(50.903)	35.975	-	1.290	(156.042)	(169.680)	1.026	(168.654)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(156.042)	(156.042)	4.265	(151.777)
Outro rendimento integral	-	-	-	(50.903)	35.975	-	1.290	-	(13.638)	(3.239)	(16.877)
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2015	15.000	154.353	3.000	(70.406)	(752)	(2.260)	(478.015)	(156.042)	(535.122)	4.807	(530.315)
Transações com proprietários de capital em 2016	-	69.740	-	-	-	-	(156.042)	156.042	69.740	(4.972)	64.768
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	(156.042)	156.042	-	-	-
Prestações suplementares	-	69.740	-	-	-	-	-	-	69.740	-	69.740
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.972)	(4.972)
Rendimento integral em 2016	-	-	-	33.537	291	-	(13.827)	(27.731)	(7.730)	3.640	(4.090)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(27.731)	(27.731)	4.718	(23.013)
Outro rendimento integral	-	-	-	33.537	291	-	(13.827)	-	20.001	(1.078)	18.923
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2016	15.000	224.093	3.000	(36.869)	(461)	(2.260)	(647.884)	(27.731)	(473.112)	3.475	(469.637)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2016.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2015**

Valores em milhares de Euros	Nota	2016	2015
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		2.363.288	2.709.810
Pagamentos a fornecedores		(2.079.817)	(2.089.045)
Pagamentos ao pessoal		(446.454)	(449.865)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(5.032)	(16.459)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		225.385	(165.128)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		57.370	(10.687)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		64.666	74.571
Investimentos financeiros		116	1.043
Juros e rendimentos similares		2.665	4.526
Empréstimos concedidos		-	2.900
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(143.409)	(47.463)
Ativos intangíveis		(42)	-
Outros ativos financeiros		(39.276)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(115.280)	35.577
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		227.650	635.344
Prestações suplementares	24	69.740	154.353
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(81.010)	(643.647)
Contratos de locação financeira		(89.816)	(116.011)
Juros e gastos similares		(42.909)	(46.620)
Dividendos (interesses não controlados)		(5.622)	(3.504)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		78.033	(20.085)
Variações de caixa e seus equivalentes		20.123	4.805
Efeito das diferenças de câmbio		(7.597)	(97.812)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		140.991	233.998
Ativos não correntes detidos para venda	23	(2.791)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	22	150.726	140.991

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016

1 - Atividade económica do Grupo TAP

O Grupo TAP, constituído pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”) e suas subsidiárias (o “Grupo TAP” ou o “Grupo”) tem a sua sede no Aeroporto de Lisboa e dedica-se à exploração do setor de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, execução de trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros, prestação de serviços de assistência em escala ao transporte aéreo, exploração de espaços comerciais em aeroportos (*free shops*) e *catering* para aviação.

A principal atividade do Grupo TAP consiste no transporte aéreo de passageiros, carga e correio, operando regularmente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio e Atlântico Sul. Tem 21 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal.

Sede Social Aeroporto de Lisboa, Edifício 25

Capital Social Euros 15.000.000

N.I.P.C. 506 623 602

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 87/2003, de 26 de abril e posteriormente matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, em 25 de junho de 2003. O seu capital foi integralmente realizado em espécie pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), por entrada das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP S.A.”).

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP (“Processo de Reprivatização”), foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, entre a Parpública (como vendedora), a DGN Corporation (“DGN”) e a HPGB, SGPS, S.A. (“HPGB”) (como proponentes) e a Atlantic Gateway, SGPS, S.A. (“Atlantic Gateway”, que atualmente adotou o tipo de sociedade por quotas) (como compradora), o “Acordo de Venda Direta” da TAP SGPS, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão, pela Parpública a favor da Atlantic Gateway, de 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Para além do “Acordo de Venda Direta” já referido, importa ainda destacar, de entre os vários instrumentos contratuais também assinados em 24 de junho de 2015, o “Acordo de Compromissos Estratégicos” celebrado entre o Estado Português, a Parpública, a TAP SGPS, a TAP S.A., a DGN, a HPGB e a Atlantic Gateway, nos termos do qual as partes estabelecem os termos e condições gerais para a implementação do projeto estratégico, apresentado no âmbito do Processo de Reprivatização e a Atlantic Gateway, a HPGB, a DGN e a TAP S.A. assumem, perante o Estado e a Parpública, determinados compromissos estratégicos, entre os quais a promoção do *hub* nacional e a manutenção da sede da TAP S.A. e da Portugália – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugália”) em Portugal.

Em 12 de novembro de 2015, com a aquisição pela Atlantic Gateway das ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, entre outros instrumentos contratuais celebrados, importa destacar o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, entre a Párpública, a Atlantic Gateway, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalá, pelo qual a Atlantic Gateway, como compradora, e a TAP S.A. e a Portugalá, como mutuárias, assumiram determinado tipo de obrigações relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo TAP.

No âmbito do processo de notificação à Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) da transação concluída em 12 de novembro de 2015, que conduziu à aquisição, pela Atlantic Gateway, de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, importa destacar que, por deliberação de 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da ANAC impôs um conjunto de medidas cautelares ao Grupo TAP. Este processo junto da ANAC ficou, no entanto, concluído de modo favorável em 23 de dezembro de 2016, tendo nessa data o Conselho de Administração da ANAC deliberado que a TAP S.A. preenchia as condições previstas no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, o Estado Português deu a conhecer à Atlantic Gateway o seu propósito de reconfigurar, por via negocial, os termos e condições da sua participação na TAP SGPS, designadamente através de um aumento da sua participação no capital social da TAP SGPS, tendo a Atlantic Gateway e as suas sócias, a HPGB e a DGN, manifestado disponibilidade para participar no processo negocial proposto pelo Estado Português.

Nesse sentido, em 6 de fevereiro de 2016, o Estado Português e a Atlantic Gateway celebraram um “Memorando de Entendimento”, posteriormente alterado em 26 de abril de 2016, tendo como objeto estabelecer os princípios, regras e condições a que deveria obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português, através da Párpública, na TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto no Memorando de Entendimento, a Párpública, a HPGB, a DGN e a Atlantic Gateway celebraram um acordo de compra e venda de ações em 19 de maio de 2016, nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições prévias, a Atlantic Gateway se obrigou a vender ações representativas do capital social da TAP SGPS à Párpública, de modo a que a Párpública passe a ser titular de 50% do capital social da TAP SGPS (o “Acordo de Compra e Venda de Ações”). De entre as condições prévias a que ficou sujeita a conclusão deste Acordo, destacamos a conclusão da oferta de venda aos trabalhadores do Grupo TAP de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS, as necessárias autorizações de terceiros e a reestruturação financeira do Grupo TAP. Ficou anexa a este Acordo de Compra e Venda de Ações, a minuta do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS a ser celebrado entre a Párpública e a Atlantic Gateway na data da conclusão do Acordo de Compra e Venda de Ações (“Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS”).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2016, de 19 de maio, que aprovou as minutas do Acordo de Compra e Venda de Ações e do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, também determinou, entre outros, (i) a cessação imediata dos efeitos do Acordo de Compromissos Estratégicos

celebrado em 24 de junho de 2015, acima referido, na data de produção de efeitos do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, sendo aquele substituído por este último Acordo, bem como (ii) a caducidade do regime de indisponibilidade previsto no caderno de encargos do Processo de Reprivatização – no que se refere ao número de ações da TAP SGPS e da TAP S.A. que sejam necessárias para assegurar a maioria dos direitos de voto e o controlo efetivo das referidas sociedades – na data de produção de efeitos da transmissão de ações representativas do capital social da TAP SGPS a favor da Parpública.

Dando cumprimento ao plano de capitalização do Grupo TAP definido no âmbito do Processo de Reprivatização, em 8 de março de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral da TAP SGPS, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS, de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, convertível em até 130.800 ações especiais de conteúdo patrimonial da Empresa no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A. (“Azul S.A.”) em 16 de março de 2016, e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública em 14 de junho de 2016. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficaram condicionadas a aprovação expressa da ANAC, a qual se materializou em 23 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras consolidadas, ora reportadas, que incluem os ativos, os passivos, os gastos e rendimentos das empresas do Grupo TAP conforme listadas na Nota 2.3.1., foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 9 de março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2.3.1.), e tomando por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivados, propriedades de investimento e os programas de fidelização de clientes, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.33.

O Grupo TAP, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

→ Novas normas e interpretações de aplicação mandatária em 31 de dezembro de 2016

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IAS 19 – Planos de benefícios definidos - Contribuições de empregados	Contabilização das contribuições de empregado ou entidades terceiras	1 de fevereiro de 2015
Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações várias: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e IAS 24	1 de fevereiro de 2015
IAS 16 e 38 – Métodos de cálculo de amortização/depreciação	Os métodos de depreciação/amortização baseados no rédito, não são permitidos	1 de janeiro de 2016
IAS 16 e 41 – Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis	Plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização	1 de janeiro de 2016
IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio	1 de janeiro de 2016
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB "Disclosure Initiative"	1 de janeiro de 2016
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF's separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	1 de janeiro de 2016
Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa-mãe que não qualifica como Entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento.	1 de janeiro de 2016
Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34	1 de janeiro de 2016

* Exercícios iniciados em ou após

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

→ Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de dezembro de 2016

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente neste exercício, como segue:

Normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, já endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Reconhecimento do r�dito relacionado com a entrega de ativos e presta�o de servi�os, pela aplica�o do m�todo das 5 etapas	1 de janeiro de 2018

* Exercícios iniciados em ou após

Normas (novas e altera es) e interpreta es que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2017, ainda não endossadas pela UE:

Descri�o	Altera�o	Data efetiva*
Normas:		
IAS 7 - Demonstra�o dos fluxos de caixa	Reconcilia�o das altera�es no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferen�as tempor�rias dedut�veis na estimativa dos lucros tribut�veis futuros e o impacto das restri�es sobre a capacidade de recupera�o dos impostos diferidos ativos	1 de janeiro de 2017
IAS 40 - Propriedades de investimentos	Clarifica�o de que � exigida evid�ncia de altera�o de uso para efetuar a transfer�ncias de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento	1 de janeiro de 2018
IFRS 2 - Pagamentos baseados em a�es	Mensura�o de planos de pagamentos baseados em a�es liquidados financeiramente, contabiliza�o de modifica�es, e a classifica�o dos planos de pagamentos baseados em a�es como liquidados em capital pr�prio, quando o empregador tem a obriga�o de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
IFRS 4 - Contratos de seguro (aplica�o da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isen�o tempor�ria da aplica�o da IFRS 9 para as seguradoras para os exerc�cios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime espec�fico para os ativos no �mbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classifica�o da diferen�a de mensura�o no Outro rendimento integral	1 de janeiro de 2018
Alter�es � IFRS 15 - R�dito de contratos com clientes	Identifica�o das obriga�es de desempenho, momento do reconhecimento do r�dito de licen�as PI, revis�o dos indicadores para a classifica�o da rela�o principal versus agente, e novos regimes para a simplifica�o da transi�o.	1 de janeiro de 2018
IFRS 16 - Loca�es	Nova defini�o de loca�o. Nova contabiliza�o dos contratos de loca�o para os locat�rios. N�o existem altera�es � contabiliza�o das loca�es pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
Melhorias �s normas 2014 - 2016	Clarifica�es v�rias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de janeiro de 2017 / 1 de janeiro de 2018
Interpreta�es:		
IFRIC 22 - Transa�es em moeda estrangeira e contrapresta�o adiantada	Taxa de c�mbio a aplicar quando a contrapresta�o � recebida ou paga antecipadamente	1 de janeiro de 2018

* Exercícios iniciados em ou após

O Grupo não concluiu, ainda, o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplica o das normas supra pelo que optou pela sua não ado o antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posi o patrimonial e resultados, com exce o da IFRS 16 – Loca es.

2.2. Comparabilidade

Os valores constantes das demonstra es financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2015.

2.3. Bases de consolidação

2.3.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

O Grupo considera existir controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e ou tem direito, em resultado do seu envolvimento, ao retorno variável das atividades da entidade e tem capacidade de afetar esse retorno através do poder exercido sobre aquela, nomeadamente, quando detém direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de “Interesses não controlados” (Nota 25).

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas abaixo:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão e administração de participações sociais	Parpública Atlantic Gateway	39,00% 61,00%
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. ("TAPGER")	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP SGPS	100,00%
Portugália - Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. ("Portugália")	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%
Cateringpor - Catering de Portugal, S.A. ("Cateringpor")	Lisboa	Catering	TAPGER	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A. ("LFP")	Lisboa	Exploração de <i>free shop</i>	TAPGER	51,00%
Megasis - Soc. de Serviços de Engenharia e Informática, S.A. ("Megasis")	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A. ("UCS")	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER	100,00%
Aeropar, Participações, S.A. ("Aeropar")	Brasil	Gestão e administração de participações sociais	TAP SGPS Portugália	99,83% 0,17%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM) ("TAP M&E Brasil")	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	TAP SGPS Aeropar	51,00% 47,64%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação do Grupo, no entanto, a subsidiária L.F.P. – Lojas Francas de Portugal, S.A. foi classificada como ativo e passivo não corrente detido para venda, na sequência do acordo de venda de 51% do capital social da subsidiária.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill* que se encontra detalhado na Nota 7.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Quando, à data da aquisição do controlo, o Grupo TAP já detém uma participação previamente adquirida, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no capital próprio.

O capital próprio e o resultado líquido, correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses não controlados. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Preços contingentes de eventos futuros são considerados ao justo valor à data da aquisição, independentemente da probabilidade de ocorrência. As eventuais remensurações subsequentes não afetam os saldos de *goodwill*, exceto se efetuadas até 12 meses após a data de aquisição.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3.2. Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto, geralmente representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na respetiva rubrica. Se essas diferenças forem negativas são registadas como ganho do exercício na rubrica “Ganhos e perdas em associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir, também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir são objeto de reversão.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido.

Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das associadas são alteradas, para garantir a consistência com as práticas adotadas pelo Grupo.

A entidade que se qualifica como associada é a seguinte:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	<i>Handling</i>	TAP SGPS Portugália	43,90% 6,00%

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados nas Notas 10 e 26.

2.4. Relato por segmentos

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão, providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas. O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Foram identificados quatro segmentos operacionais: transporte aéreo, manutenção e engenharia, *catering* e outros. De referir que a atividade de *free shop* deixou de ser considerada como segmento operacional, tendo em consideração a sua classificação como uma unidade operacional descontinuada (Nota 23).

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são utilizadas de forma consistente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são valorizados a preços de mercado e eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 55.

2.5. Conversão cambial

2.5.1. Moeda funcional e de relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em **milhares de Euros**, sendo o Euro a moeda funcional e de relato do Grupo.

2.5.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão, pela taxa de câmbio, à data da posição financeira, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, nos resultados financeiros líquidos, se relacionadas com empréstimos, ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

2.5.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, são convertidos para a moeda de relato como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada posição financeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças de câmbio, resultantes desta conversão, são reconhecidas como componente separada no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.
- (ii) Os rendimentos e os gastos são convertidos pela taxa de câmbio média do exercício de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações. Neste caso, os rendimentos e os gastos são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os ajustamentos ao *goodwill* e ao justo valor de uma aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos de uma entidade estrangeira, e são transpostos à taxa de câmbio de fecho à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes de um item monetário, que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, são reconhecidas numa componente separada do capital próprio e, aquando da alienação do investimento líquido ou liquidação desses montantes, são reconhecidas nos resultados, como parte do ganho ou perda apurado na alienação.

As cotações de moeda estrangeira, utilizadas para conversão das demonstrações financeiras, expressas em moeda diferente do Euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2016	2015
BRL	3,4305	4,3117
USD	1,0541	1,0887
VEF	710,21	216,32
AOA	184,48	147,83

Relativamente às subsidiárias brasileiras, os resultados mensais foram convertidos à taxa do último dia de cada mês, conforme segue:

Mês	2016	2015
Janeiro	4,4294	3,0114
Fevereiro	4,3394	3,2579
Março	4,1174	3,4958
Abril	3,9738	3,3232
Mai	3,9850	3,4522
Junho	3,5898	3,4699
Julho	3,6478	3,6974
Agosto	3,6016	4,0671
Setembro	3,6210	4,4808
Outubro	3,4836	4,2724
Novembro	3,6118	4,0709
Dezembro	3,4305	4,3117

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, nomeadamente edifícios e terrenos, adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, à data da transição, a subsidiária TAP S.A. aplicou a exceção prevista na IFRS 1 - Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela qual se poderá considerar como custo considerado (*deemed cost*) o justo valor de algumas categorias de bens, reportado à data de transição (1 de janeiro de 2004).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2004, os bens pertencentes à categoria de edifícios da referida subsidiária, foram revalorizados para o correspondente justo valor a essa data. O justo valor desses *itens*, do ativo fixo tangível, foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por uma entidade especializada independente (Colliers P&I), a qual procedeu, igualmente, à determinação do período de vida útil remanescente desses bens, à data de transição.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos posteriormente à data de transição, são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes, nomeadamente com renovações de frota e manutenção estrutural, são incluídos no custo de aquisição do bem sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo. A alteração da política contabilística, respeitante à capitalização das manutenções estruturais, cujo impacto não é considerado relevante nas demonstrações financeiras, foi registada prospetivamente no corrente exercício dada a impraticabilidade da sua aplicação retrospectiva decorrente da sua natureza. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de vida útil	Valor residual
Edifícios e outras construções	20-50	-
Equipamento básico:		
Equipamento de voo:		
Airbus		
Frota aérea	20	5%
Frota aérea em regime de locação financeira	20	5%
Reatores de reserva e sobressalentes	20	5%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	20	5%
Restante equipamento de voo		
Frota aérea	16	10%
Frota aérea em regime de locação financeira	16	10%
Reatores de reserva e sobressalentes	16	10%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	16	10%
Outro equipamento básico	7-20	0-10%
Equipamento de transporte	4-10	-
Ferramentas e utensílios	8-20	0-10%
Equipamento administrativo	5-16	-
Outros ativos fixos tangíveis	10	-

Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados prospectivamente, se necessário, na data de relato (Nota 5). Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 2.10.).

Os ganhos ou perdas, provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzidos dos custos de transação e a quantia escriturada dos ativos, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como rendimentos e ganhos ou gastos e perdas operacionais.

2.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data da transição para as IFRS, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do justo valor, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em consideração as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

2.8. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

2.9. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis nas subsidiárias na data de aquisição.

O *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda do controlo de uma entidade incluem o valor do *goodwill* correspondente.

Para efeitos de realização de testes de imparidade, o *goodwill* é associado às unidades geradoras de caixa mais baixas a que pertencem. As unidades geradoras de caixa representam o investimento do Grupo em cada uma das áreas de negócio em que o Grupo TAP opera.

2.10. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação ou amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo, individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do *goodwill* – ver Nota 2.9.).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas rubricas “Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis” e “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis”, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada, até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.11. Ativos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada, no momento do reconhecimento inicial dos investimentos, e reavaliada em cada data de relato.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira consolidada apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são, inicialmente, registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos financeiros ao justo valor através de resultados. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

→ Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, exceto quando se tratam de ativos com maturidades superiores a 12 meses após a data da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados, inicialmente, ao justo valor e posteriormente ao custo amortizado e são incluídos na demonstração da posição financeira consolidada nas rubricas “Outras contas a receber”, “Clientes” e “Adiantamentos a fornecedores”.

→ **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido, principalmente, com o objetivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os ativos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de relato. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

→ **Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

→ **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em ativos não correntes, exceto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data de relato. Estes investimentos financeiros são contabilizados ao justo valor, entendido como o respetivo valor de cotação, à data da posição financeira.

Se não existir mercado ativo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As variações de justo valor resultantes são registadas diretamente na reserva de justo valor no capital próprio, exceto no caso de existência de imparidade, até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor, é incluído no resultado líquido do exercício.

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Empréstimos concedidos, contas a receber e investimentos detidos até à maturidade

O Grupo avalia, em cada data de relato, se há uma evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofreram uma perda por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor à data de relato do ativo financeiro). Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juro do ativo original, e o valor à data de relato do ativo financeiro e é registado por contrapartida de resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos ativos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, deduzida de qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro, que já tenha sido reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do exercício.

Uma perda por imparidade reconhecida, relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excecional que não se espera que se repitam, mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias, para um investimento num instrumento de capital próprio, classificado como disponível para venda, a reversão não afeta a demonstração consolidada dos resultados, enquanto a reversão de perda por imparidade de um instrumento de dívida, classificado como disponível para venda, deve ser reconhecida nos resultados do exercício.

Estas categorias de ativos são desreconhecidas quando i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter a parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.12. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros e operacionais a que se encontra sujeito. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e do preço do *jet fuel* o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos financeiros derivados, tais como *interest rate swaps* (“IRS”), *swaps* e opções.

Na seleção de instrumentos financeiros derivados são, essencialmente, valorizados os aspetos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados na demonstração da posição financeira consolidada pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes (cobertura de fluxos de caixa), as variações no justo valor são, inicialmente, registadas em outros rendimentos integrais do período a que respeitam e posteriormente em resultados do exercício operacionais, para os instrumentos de *jet fuel*, e em resultados financeiros líquidos para os instrumentos de taxa de juro, na sua data de liquidação. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Desta forma, e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas, decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados, quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de outras contas a receber correntes e de outras contas a pagar correntes e não correntes.

→ Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

Os instrumentos financeiros derivados, utilizados para fins de cobertura, podem ser designados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;

- A eficácia da cobertura possa ser mensurada, com fiabilidade, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

2.13. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado líquido ativo, a cotação de mercado é aplicada à data de referência de relato. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido pela IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizados modelos de avaliação, cujos principais *inputs* são observáveis no mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis no mercado. Nestes casos, o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são, geralmente, reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data de relato, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Para determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. O montante de imposto a incluir, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

2.15. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

→ Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os inventários detidos referem-se, essencialmente, a peças de manutenção de motores e de componentes de aeronaves.

O material recuperado internamente encontra-se valorizado ao custo.

→ Produtos e trabalhos em curso

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica “Imparidade de inventários”.

2.16. Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são, inicialmente, contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Notas 16, 18 e 21).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá os referidos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

2.17. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

O Grupo regista na rubrica “Depósitos bancários restritos” em ativos correntes, as disponibilidades cujo repatriamento de fundos se encontra restrito.

2.18. Capital social e ações próprias

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 24).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica “Ações próprias” sendo os ganhos ou perdas, inerentes à sua alienação, registados em outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as ações próprias se mantiverem na posse da sociedade, é indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

2.19. Financiamentos obtidos/passivos remunerados

Os passivos remunerados são, inicialmente, reconhecidos ao justo valor, líquidos dos custos de transação incorridos sendo, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da posição financeira (Nota 27).

2.20. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos genéricos e específicos, diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

2.21. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal, contratual ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 26).

2.22. Benefícios pós-emprego

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar, aos seus empregados, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, prestações de pré-reforma, cuidados de saúde e prémios de jubilação.

Conforme referido na Nota 28, o Grupo constituiu fundos de pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima, o Grupo obtém, periodicamente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”.

O Grupo regista as remensurações diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral, nomeadamente, as resultantes de alterações nos pressupostos demográficos e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos.

As responsabilidades, reconhecidas na demonstração da posição financeira consolidada, representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos, na rubrica “Responsabilidades com benefícios pós-emprego”.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo, quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Os ganhos e perdas, gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos, são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos dos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente nos resultados do Grupo.

As contribuições efetuadas, no âmbito dos planos de contribuição definida, são registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

2.23. Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado (Notas 29, 30 e 31).

2.24. Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos tangíveis/intangíveis, são incluídos na rubrica “Outras contas a pagar correntes” e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das depreciações/amortizações.

2.25. Locações

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de financiamentos obtidos, os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.6., são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

As locações, em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador, sendo o Grupo, o locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas

locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração consolidada dos resultados durante o período da locação.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício em que os dividendos são aprovados pelo acionista e até ao momento da sua liquidação.

2.27. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica “Documentos pendentes de voo”. Quando o transporte é efetuado ou a venda é cancelada, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pelo Grupo ou a venda cancelada sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda. São efetuadas análises periódicas ao saldo da rubrica “Documentos pendentes de voo”, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

As comissões, atribuídas pelo Grupo na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

No programa passageiro frequente “TAP Victoria”, o Grupo segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao referido programa de fidelização, as quais podem, posteriormente, ser utilizadas na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente tarifas reduzidas. Com base no número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e na valorização unitária atribuída ao justo valor, o Grupo procede ao diferimento do rédito correspondente à estimativa do valor percecionado pelo cliente na atribuição das milhas.

Para o reconhecimento dos rendimentos dos contratos de manutenção, foi adotado o método do lucro nulo. De acordo com este método, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, até ao ponto em que seja provável a recuperação dos gastos incorridos do contrato. De referir que os contratos de manutenção, genericamente, apresentam períodos temporais inferiores a 3 meses.

Os custos do contrato são reconhecidos como um gasto no exercício em que ocorrem. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o crédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

A faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros, ainda em curso à data de 31 de dezembro de 2016, encontra-se contabilizada na rubrica de diferimentos passivos.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos, à medida que são gerados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de diferimentos, contas a receber correntes e contas a pagar correntes (Notas 19, 18 e 31, respetivamente).

2.28. Gastos não recorrentes

De acordo com as disposições dos parágrafos 85 e 86 na IAS 1, os “Outros gastos não recorrentes” refletem custos não usuais que devem ser reportados separadamente das habituais linhas de custos, dada a sua magnitude e relevância para a compreensão das operações do Grupo.

2.29. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.21.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.30. Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada

Os ativos não correntes são classificados como ativos não correntes detidos para venda quando o seu valor contabilístico se destina a ser recuperado, principalmente, através de uma transação de venda em vez do uso continuado e existe uma decisão do Conselho de Administração com a consequente definição do preço e

procura de comprador, que permite classificar a transação da venda, como de realização altamente provável, no período até 12 meses.

Estes ativos são mensurados ao menor entre o valor líquido contabilístico e o justo valor menos custos de venda, na data da classificação como detido para venda. Os ativos com vida útil definida deixam de ser depreciados/amortizados desde a data da classificação como detido para venda, até à data da venda.

Uma unidade operacional descontinuada é uma componente do Grupo TAP que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda e:

- Representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- É parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- É uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

2.31. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e depósitos bancários” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira consolidada, na rubrica “Financiamentos obtidos correntes”, assim como os “Depósitos bancários restritos”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal. Englobam, ainda, os pagamentos de impostos indiretos líquidos, do imposto sobre o rendimento e os pagamentos relacionados com benefícios de reforma.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamento de dividendos.

2.32. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.33. Estimativas e julgamentos contábilísticos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

As estimativas e as premissas, que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contábilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

→ **Imparidade do *goodwill***

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* que regista na demonstração da posição financeira consolidada, de acordo com a política contábilística indicada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

A estimativa do valor de uso implica um elevado grau de julgamento, por parte do Conselho de Administração, no que respeita à determinação dos fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis e taxas de crescimento na perpetuidade.

→ **Impostos diferidos**

O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações, apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contábilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por

impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

→ **Benefícios pós-emprego**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 28. O Grupo tem como política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes**

O Grupo procede ao diferimento do rédito, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Victoria", com base no valor unitário da milha, ao justo valor percecionado pelo cliente. Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo.

→ **Documentos pendentes de voo**

O Grupo procede a uma análise periódica do saldo da rubrica de "Documentos pendentes de voo" por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa dos montantes desses cupões, que não poderão ser trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo no cálculo desta estimativa podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos e o seu valor residual, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional. Ver adicionalmente a Nota 5.

→ **Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor dos instrumentos financeiros que não são transacionados em mercados ativos (derivados *over-the-counter*) é determinado através de técnicas de valorização. O Grupo exerce julgamento ao selecionar uma variedade de métodos e pressupostos baseados em condições de mercado que se verificam no final de cada período de relato.

→ **Atualização cambial na Venezuela**

Na sequência da deterioração significativa da economia venezuelana, das sucessivas desvalorizações da moeda local e da atual limitação ao repatriamento de capitais, controlado pelas entidades governamentais locais, o Grupo TAP tem monitorizado periodicamente o *timing* de repatriamento das respetivas disponibilidades e taxas de câmbio aplicáveis, com vista à melhor estimativa possível com referência a 31 de dezembro de 2016.

As flutuações futuras da moeda, bem como a política futura de restrições ao repatriamento de capitais, não são controladas pelo Grupo, pelo que um desfecho distinto poderá vir a originar, no futuro, um impacto significativo, afetando o resultado das operações e a posição financeira do Grupo. Ver adicionalmente a Nota 22.

3 - Políticas de gestão do risco financeiro

A gestão de risco é conduzida a nível estratégico pelo Grupo e objeto de acompanhamento permanente por parte dos órgãos de gestão. As linhas de orientação definidas e decisões adotadas no domínio da gestão de risco são elementos fundamentais para o posicionamento do Grupo face às ameaças externas que os mercados e a envolvente económico-financeira colocam. Dada a multiplicidade de cenários e desenvolvimentos possíveis, a estratégia de gestão de risco do Grupo incorpora elementos de flexibilidade e discricionariedade que permitam adaptação em tempo útil às alterações do contexto geral.

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, nomeadamente risco do preço do combustível, risco cambial, risco de taxa de juro, assim como risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco do Grupo é dirigida e acompanhada pelo Conselho de Administração sendo executada pelas áreas de gestão competentes do Grupo e, em particular, no respeitante a instrumentos financeiros de gestão de risco, incluindo operações de derivados de combustível, taxa de juro e cambiais, por parte do departamento de finanças corporativas da TAP S.A., seguindo as linhas de orientação e políticas definidas e divulgadas bem assim como instruções específicas emitidas.

→ Risco de mercado

A concorrência na aviação comercial tem-se intensificado nos últimos anos em resultado da crescente liberalização da regulamentação nos diversos países e mercados e como consequência do aumento do número de *players* no setor.

Na Europa o grau de competição é muito elevado na generalidade dos mercados e os operadores de baixo custo têm conquistado sucessivamente maior quota de mercado. Em Portugal o grau de penetração das companhias *low cost* é, por exemplo, de cerca de um terço no aeroporto de Lisboa, sendo a sua quota de mercado maioritária no Porto.

Igualmente, no longo curso se verifica uma concorrência crescente entre os operadores tendo em conta os diversos trajetos alternativos disponíveis para um mesmo destino. Madrid, por exemplo, pode facilmente concorrer com Lisboa na atração de tráfego originário do Brasil e com destino a múltiplas cidades europeias. Essa disputa tem vindo efetivamente a ocorrer, nalgumas rotas do Brasil, entre a TAP S.A. e a LATAM Airlines Brasil. Do mesmo modo, no Atlântico Norte, a TAP S.A. tenta desviar tráfego de outras rotas e atrair passageiros dos EUA, ou que se dirijam aos EUA, de forma a que passem pelo *hub* de Lisboa.

A concorrência, no dia-a-dia, é feita com base no fator preço, incluindo a estratificação da oferta em várias classes tarifárias num mesmo voo e num mesmo avião. Contudo, a médio e longo prazo, a competição e o risco de mercado são enfrentados, pelas companhias aéreas, através da construção de modelos de negócio, de redes de rotas, e de produtos que satisfaçam o cliente nas várias vertentes que este valoriza.

Este produto diferenciado incorpora elementos como a fiabilidade, regularidade, pontualidade, diversidade de horários, frequência de voos, conforto do equipamento, em suma, qualidade do produto, qualidade da experiência de voo. Muitos destes aspetos estão inevitavelmente ligados às características das aeronaves, que têm que ser confortáveis, modernas, avançadas tecnologicamente e também, para a companhia de aviação, economicamente eficiente, com baixo consumo, baixo ruído, baixas emissões e flexíveis em termos de autonomia de voo. Uma frota moderna e avançada é um trunfo fundamental para competir.

Imediatamente após a reprivatização do Grupo TAP, em novembro de 2015, a TAP S.A. deu início a um plano estratégico ambicioso de renovação global da sua frota, a ser implementado em diversas etapas. Um ciclo de vultuosos investimentos e profunda renovação da companhia aérea estava a iniciar-se. Esse ciclo, que durará vários anos, engloba a renovação da maior parte da atual frota composta por 20 aviões de longo curso e 43 aeronaves de médio curso, mediante a sua substituição por 53 aviões novos encomendados à Airbus, ainda

em 2015, a serem entregues a partir de 2018. Esta encomenda implicou, desde logo, em 2016 uma primeira fase de investimento, pela TAP S.A., em *predelivery payments* pagos ao fabricante e obrigará a um esforço financeiro elevado, e contínuo, durante os próximos anos.

Dado que as entregas previstas das novas aeronaves ocorrem gradualmente a partir de 2018 a TAP S.A. preparou, desde logo, um programa intercalar de renovação da frota existente, incluindo a melhoria do interior de cabine das aeronaves, de forma a proporcionar aos passageiros maior conforto e à companhia maior flexibilidade na gestão comercial do espaço a vender. Este programa de modificação de cabine foi iniciado em 2016 e prosseguirá em 2017 abrangendo uma parte substancial das aeronaves quer da frota de médio-curso quer na de longo curso. As intervenções de *retrofit* são, maioritariamente, levadas a cabo quer na manutenção e engenharia em Portugal, quer na unidade de manutenção do Grupo TAP no Brasil. Além da renovação de cabine dos aviões, outros investimentos foram iniciados ou levados a cabo em 2016, como por exemplo a instalação nas asas de várias aeronaves de dispositivos destinados a reduzir o consumo de combustível, ou *sharklets*. Estima-se que estes dispositivos reduzam em 4% o consumo de combustível e que o tempo de recuperação do investimento necessário seja inferior a 3 anos.

A manutenção e engenharia do Grupo TAP é o 1º MRO (Maintenance, Repair and Overhaul) na Europa, e 2º no mundo, a levar a cabo a operação de instalação de *sharklets* em aviões em operação. Por último, para lá da modernização da frota existente e com vista a um reforço de curto prazo da capacidade disponível, nomeadamente para operar as novas rotas lançadas em 2016, entraram ao serviço, em meados do ano, mais duas aeronaves A330 em regime de locação operacional.

As frotas de médio e longo curso apresentavam, em 2016, uma idade média acima de 15 anos. Contudo a frota regional do Grupo TAP apresentava, em início do ano, uma idade média bastante mais elevada. A frota da Portugaláia, em início de 2016, englobava 6 Fokker 100 (97 lugares) e 8 Embraer 145 (49 lugares), aviões com idades médias respetivamente, de 25 anos e de 20 anos. O Grupo TAP iniciou, e concluiu, em 2016, de forma bem sucedida, a reestruturação completa da frota regional operada pela Portugaláia mediante a locação e entrada em serviço de nove aeronaves Embraer 190.

Por outro lado, a TAP S.A. contratou, também para serviço regional, com a White Airways, S.A. (“White”), o aluguer de oito aeronaves ATR72 de forma a complementar a capacidade necessária à rede regional a explorar. Foram assim recebidos e iniciaram a operação, ao longo do ano, 9 aviões Embraer 190 (106 lugares), integrando a frota da Portugaláia, e 8 aeronaves ATR72 (70 lugares) operadas pela White e prestando serviço à TAP S.A. em regime de locação com tripulação (*wet lease*).

A idade média das aeronaves ATR72 era, à data de entrada em serviço, de cerca de 1 ano e a idade média das aeronaves Embraer 190 cerca de 5 anos. Estas aeronaves, praticamente novas, são mais eficientes, têm custos de operação e manutenção mais baixos, são tecnologicamente avançadas, têm mais lugares e mais capacidade de carga e um maior raio de ação. O ano de 2016 foi um período de transição e adaptação no qual os Embraer 190 operaram durante, aproximadamente, metade do ano enquanto os ATR72 operaram um

pouco mais de metade do ano de 2016. No outono foi dada por terminada a operação das aeronaves antigas que serão descontinuadas.

A rede sofreu um conjunto de adaptações e ajustamentos durante 2016, tendo sido canceladas algumas rotas europeias e fechadas também, por exemplo, no longo curso, a rota da Colômbia e a de Manaus. Foram, por outro lado, lançadas as rotas de Boston e Nova Iorque-JFK, nos EUA, bem como iniciada a Ponte Aérea entre Lisboa e Porto com um número elevado de frequências diárias.

O número de passageiros-quilómetro oferecidos (“PKO”) em Portugal Continental subiu 50% em 2016. Na Europa a variação dos PKO foi próxima de 6% e nos EUA o número de PKO subiu mais de 60%. Em sentido contrário a TAP S.A. teve que ajustar em baixa a sua operação no Brasil (com um peso de 35% no total da operação) e também em Angola. Os PKO baixaram 10% nas rotas do Brasil e perto de 20% na linha de Luanda. Globalmente os PKO de toda a rede baixaram 3% como resultado do efeito combinado de todas as variações positivas e negativas nas várias áreas geográficas. O *load factor* manteve-se inalterado de 2015 para 2016, tendo o número de passageiros-quilómetro utilizados (“PKU”) baixado igualmente 3% em linha com a descida dos PKO. A descida dos PKU de 2016 compara com a redução de 1,6% registada em 2015 e uma subida de 7% em 2014, ano de ampliação da operação. Em termos de receita média por PKU, ou *yield*, verificou-se uma diminuição, em 2016, de 2%, contra reduções de 3,5% em 2015 e 7% em 2014.

A redução dos proveitos de passagens em 2016 foi de 5% face a 2015, resultante da baixa do *yield* de 2% e da redução de atividade de 3%. A baixa do *yield*, em particular, reflete, além do *mix* geográfico da operação da TAP S.A., também o contexto global de abaixamento de tarifas que a generalidade das companhias praticou em busca de quota de mercado e tomando partido da baixa de custos com combustível. O total de proveitos de passagens reduziu-se, assim, em mais de 100 milhões de Euros para, aproximadamente, 2 mil milhões de Euros.

No Brasil, os proveitos de vendas de passagens baixaram cerca de 20%, em resultado da profunda crise económica e do forte impacto desta no consumo privado verificado no ano. Contudo, a redução de proveitos foi, numa base intra-anual, mais atenuada no segundo semestre, na ordem de 10% em termos homólogos, face aos mais de 30% no primeiro semestre, denotando uma progressiva estabilização da situação. Dado o peso e o valor total dos proveitos do Brasil, acima de 400 milhões de Euros em 2015, cerca de um quinto do total das vendas, a quebra nesse mercado foi o fator fundamental condicionante da receita em 2016.

O mercado português, responsável por perto de 450 milhões de Euros de proveitos, registou uma queda no valor das vendas de 4%, tendo-se verificado uma baixa da tarifa média praticada compensada, parcialmente, pelo aumento de passagens vendidas.

Os Estados Unidos viram o seu volume de proveitos aumentar em 35% e passaram a deter uma quota de vendas da TAP S.A. de 8% do total, maior que a totalidade dos mercados africanos, com 7%. Para isso contribuiu a consolidação da linha de Miami bem como o início, em meados do ano, das duas novas rotas de Boston e JFK.

Em África, Angola registou uma queda de proveitos, face ao ano de 2015, de 20%, em linha com a redução de oferta na rota de Luanda na mesma ordem de grandeza. Foi possível, através deste ajustamento de capacidade, manter o nível da tarifa média quer na moeda de fixação do preço, o dólar, quer em euros.

A atividade de transporte de carga registou, em 2016, uma quebra da ordem de quase 15%. A redução de proveitos resultou de uma diminuição da tonelagem transportada de quase 10% e de uma baixa de *yield* de carga da ordem de 5%. As vendas de carga baixaram mais de 20% em Portugal mas essa redução teve uma relação estreita com o comportamento do Brasil como principal mercado de destino. Também enquanto mercado emissor ou exportador de carga, o Brasil baixou cerca de 15% em 2016. Outros mercados importantes, como Alemanha e Itália, registaram diminuição nos seus proveitos de carga visto que as exportações em questão se destinam, normalmente, ao Brasil e Angola. Do conjunto de mercados com maior peso, somente os Estados Unidos aumentaram as vendas de carga, na ordem de 8%, em resultado do significativo aumento do número de voos de e para os EUA.

A atividade de manutenção para terceiros registou uma quebra significativa em 2016, na manutenção e engenharia em Portugal. A principal razão para a baixa verificada foi uma redução significativa de trabalhos a nível de avião, em termos de fuselagem, para terceiros, tendo-se verificado pelo contrário um aumento nos trabalhos em reatores, embora insuficiente para compensar a diminuição na faturação de revisões em avião e trabalhos em componentes. A forte diminuição de trabalhos em *airframe* para clientes terceiros esteve precisamente relacionada com o aumento de trabalhos para a frota TAP devido, em especial, ao projeto de modificações de cabine em curso.

Na manutenção e engenharia do Brasil registou-se, por outro lado, um aumento em cerca de 30% no valor de proveitos em trabalhos para empresas não pertencentes ao Grupo TAP, correspondendo a um maior volume de trabalhos efetuados.

→ **Risco do preço do combustível**

Além da relação de forças nos mercados da aviação comercial, as companhias aéreas estão particularmente sujeitas ao impacto de alterações nos mercados internacionais de energia que determinam os seus custos com combustíveis. Este custo é, no Grupo TAP, a componente com mais peso na estrutura de gastos de exploração. Por outro lado, trata-se de uma componente de custo com uma extrema volatilidade e que é determinante para o resultado de exploração, bem como para a definição das condições tarifárias e políticas de mercado, em cada ano.

Em 2016 o preço do petróleo bruto baixou, em termos médios, face ao ano anterior, 17%. Por sua vez, as cotações do índice Platts de combustível de aviação registaram no ano uma redução, em termos médios, próxima de 20%. A baixa do preço verificada em 2016 veio acentuar a tendência já verificada desde meados de 2014, altura em que o *brent* se situava em 110 dólares por barril. A partir de então baixaria para próximo de 60 dólares em final de 2014 e, posteriormente, cerca de 50% durante o ano de 2015, atingindo valores mínimos abaixo de 30 dólares em final de 2015.

No decorrer de 2016, no entanto, a cotação do petróleo registou uma progressiva recuperação, tendo finalizado o ano acima de 50 dólares por barril. A média de preço de 2016, cerca de 43 dólares por barril, ficou ainda assim 10 dólares abaixo da média do ano anterior. O preço do *jet fuel*, bem como o da generalidade dos produtos destilados, baixou também em paralelo com o petróleo bruto, tendo a cotação média do *jet fuel*, designadamente a referência CIF NWE, baixado 100 dólares de 2015 para 2016, de 525 dólares para 425 dólares por tonelada, finalizando depois o ano de 2016 marginalmente acima de 500 dólares por tonelada.

Durante 2015 foram contratadas operações de cobertura totalizando, globalmente, cerca de 50% da exposição prevista. Dada a queda ulterior verificada nos mercados de energia, o processo de *hedging* sofreu uma pausa a partir da segunda metade de 2015, pelo que, em final de ano, todas as operações de cobertura se haviam extinguido, não sendo necessário registar nenhum valor desfavorável em reservas de justo valor em 2015 e em 2016.

A manutenção do preço do petróleo e do preço do combustível de avião em níveis baixos, durante 2016, teve um impacto determinante nos resultados de exploração, tendo os custos totais com combustível baixado um terço em 2016 face a 2015, considerando o impacto da cobertura de risco do preço do *jet fuel* materializada durante este período.

O gasto com combustíveis reduziu-se para 434 milhões de Euros em 2016 de 660 milhões de Euros registados em 2015. O preço médio do *jet fuel* em dólares faturado à TAP S.A. foi inferior em cerca de 20% face ao ano anterior quando em 2015 já havia sido inferior a 2014 em 40%. Dado que em 2015 existiam diversas operações de *hedging* em vigor, contratadas em momentos anteriores à rápida quebra de preços de final de 2014, o efeito cumulativo da descida de preços de 2015 e 2016 só produziu efeitos plenos no exercício de 2016, ano em que já não se registou qualquer impacto desfavorável, nas contas do Grupo TAP, de operações de fixação de preço de combustível. A variação do dólar face ao euro não teve impacto assinalável em 2016, face a 2015, na medida em que a variação média do câmbio, no conjunto do ano, se situou em menos de 1%. Os volumes consumidos, próximos de 1 milhão de toneladas de *jet fuel*, diminuíram, no ano, aproximadamente 3% em linha com a redução de horas de voo face ao ano anterior.

O Grupo TAP não tinha em vigor operações de fixação de preço de combustível para 2017 no final do exercício de 2016, pelo que poderá beneficiar integralmente de uma eventual manutenção da conjuntura de preços baixos.

Em 31 de dezembro de 2016 uma variação (positiva ou negativa) de 10%, no preço do *jet fuel*, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 43 milhões de Euros.

→ **Risco cambial**

A exposição cambial global do Grupo TAP, no conjunto dos mercados em que está presente, é significativa em função da operação em mais de 100 rotas, em três continentes, e ainda dada a posição de relevo nas rotas entre a Europa e o continente americano em termos de atividade de transporte aéreo, para além do seu

envolvimento no Brasil em termos de investimento industrial na atividade de manutenção e engenharia de aeronaves. Aos riscos inerentes às flutuações cambiais de mercado e às decisões de política cambial das autoridades monetárias de países com regimes de câmbios controlados somam-se os riscos soberanos como aquele que se materializou, nos últimos anos, na Venezuela decorrente da situação de colapso económico-financeiro daquele país.

A nível de proveitos, o Brasil tem vindo a perder peso no conjunto das vendas da TAP S.A. com quebras sucessivas de receita naquele mercado desde o pico de 2013, tendo reduzido a sua quota para 17% em 2016. O ano transato foi aquele em que a quebra de receita foi mais acentuada, com 20% de redução. A descida das vendas verificada no Brasil foi claramente influenciada pela profunda recessão económica vivida nos últimos 3 anos no país e pela forte retração do consumo. No ano de 2016 não se verificaram alterações tarifárias significativas mas o mercado reagiu de novo à queda do poder aquisitivo através do recurso a bilhetes com preços mais baixos, baixando o nível do *mix* tarifário.

Por outro lado, sendo as tarifas definidas em dólares, e tendo o real valorizado moderadamente no ano, em termos médios, face ao dólar, a alteração cambial contribuiu, embora marginalmente, para um ajustamento automático, em baixa, dos preços em reais, favorável ao passageiro, o que ajudou a travar uma contração mais pronunciada do mercado e a protelar a necessidade, por parte da TAP S.A., de baixar o tarifário como havia feito durante 2015. Devem mencionar-se, ainda, particularidades específicas do mercado brasileiro, com potencial impacto em tesouraria por via cambial, favorável ou desfavorável, como por exemplo a prática de vendas parceladas, bem assim como acordos, que são regularmente estabelecidos com as entidades *acquirers*, para antecipação à TAP S.A. das receitas angariadas.

O mercado americano representa, atualmente, no conjunto de vendas de passagens, cerca de 8% do total, o dobro do que representava em 2013, e o equivalente a quase metade do peso atual do mercado brasileiro. A exposição positiva ao dólar que daí advém é importante para contrabalançar a exposição líquida adversa à divisa que o Grupo TAP tem, em parte substancial, dos seus custos. As perspetivas continuam a ser de crescimento e expansão no mercado norte-americano, até aqui pouco explorado pelo Grupo TAP. As novas rotas para os EUA abertas em 2016 foram iniciadas em meio do ano e só em 2017 terão efeito pleno na exploração. Por outro lado, novos destinos para a América do Norte estão planeados, ou em estudo, e a expansão no Atlântico Norte constitui um elemento da nova estratégia comercial e uma fonte de diversificação relevante em termos económicos e também em termos cambiais.

Angola registou, em 2016, à semelhança do Brasil, uma quebra de vendas próxima de 20% mas acompanhada de uma redução da oferta de voos muito significativa de forma a manter os voos com um *load factor* satisfatório e mitigar problemas relacionados com a acumulação de valores pendentes de autorização de transferência para Portugal. Mais de metade dos valores depositados em Angola, em final de 2016, estavam salvaguardados de novas desvalorizações cambiais, como a que sucedeu em janeiro de 2016, visto ter sido utilizada uma parte dos depósitos em kwanzas para a aquisição de obrigações do tesouro angolano indexadas ao valor do dólar.

Outros mercados importantes podem, igualmente, ser fonte de alterações cambiais inesperadas e o Reino Unido foi uma dessas situações em 2016. A libra desvalorizou quase 13% em termos médios no ano, depreciação essa indissociável do voto favorável, por escassa margem, à saída do Reino Unido da União Europeia no referendo de junho de 2016. De referir que a TAP S.A. tentou contrabalançar a desvalorização da libra pelo ajustamento tarifário o que fez com que, no conjunto do ano, as tarifas médias de passagens, em euros, não tenham baixado.

Apesar da forte diversificação geográfica da atividade comercial, e da atividade operacional, do Grupo TAP, mais de 50% das vendas são efetuadas em mercados cuja divisa oficial é o euro, ou cuja divisa está em regime de câmbio fixo com a zona euro, como é o caso de alguns países africanos para onde a TAP S.A. voa.

Os diversos custos em divisas do Grupo TAP são responsáveis por um desequilíbrio significativo na sua balança cambial, sendo esta deficitária em relação ao dólar. Em termos genéricos, as rubricas de custos do Grupo TAP, são, na sua grande maioria, dependentes do euro e do dólar tendo as restantes divisas, à exceção do real brasileiro, uma expressão reduzida. O dólar, contudo, é a moeda de referência a nível da aviação e abrange *inputs* tão importantes e diversos como combustível, locação de aeronaves, materiais e serviços de manutenção, seguros de aviação, taxas de navegação e aeroportuárias em muitas das áreas geográficas. No caso concreto de combustíveis, mesmo em contratos objeto de faturação e liquidação em euros, designadamente no mercado português, o cálculo de valores a cobrar é indexado, e estabelecido por referência, à cotação do dólar face ao euro, constituindo o gasto com combustível uma exposição quase integral ao dólar, na qual se excetuam apenas determinadas taxas e comissões comerciais, com peso marginal na fatura global com combustíveis.

Também no caso de locações operacionais e *wet leases* o mercado funciona denominado em dólares desde as rendas mensais aos custos com reservas de manutenção ou aos depósitos de garantia. A manutenção de aeronaves é outra fonte de exposição ao dólar que nem sempre é repercutida no cliente final em termos de faturação nessa divisa. Os diversos materiais incorporados na frota TAP são também normalmente adquiridos em dólares. A nível estritamente financeiro, ainda, dado que alguns empréstimos são, igualmente, denominados em dólares, também os respetivos juros e reembolsos de capital são responsabilidades e exposição adicional à divisa americana. Em final de 2016, 11% da dívida remunerada do Grupo TAP estava denominada em dólares, contra 13% em final de 2015.

A exposição ao dólar tem também uma dimensão de longo prazo resultante das responsabilidades assumidas com a compra de aeronaves no quadro atual de investimentos contratualizados com a Airbus. A encomenda firmada com este fabricante, relativamente a 53 aeronaves, a serem entregues nos próximos anos, traduz-se numa exposição ao dólar, a médio e longo prazo, de um valor muito material referente ao preço final das aeronaves, mas significa, ainda, no curto prazo, um esforço de investimento anual de montantes elevados, em dólares, a título de adiantamentos pagos ao construtor por conta do fabrico em curso das aeronaves.

A empresa de manutenção no Brasil constitui uma fonte adicional de risco cambial resultante da incorporação de diversos custos em reais, mormente custos com mão-de-obra. Por último, a manutenção e engenharia do

Brasil integra a demonstração da posição financeira consolidada do Grupo, pelo que uma variação do real em final de cada exercício gera perdas ou ganhos no capital próprio do Grupo TAP. Em final de 2016 o real havia valorizado em 20% face ao euro em comparação com o final de 2015. Situação inversa se havia registado em 2015, com uma desvalorização entre final de 2014 e final de 2015 de 33%. Em função dessas variações o capital próprio foi objeto de um ajustamento desfavorável em 2015 e favorável em 2016.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

	2016					
	USD	BRL	AOA	VEF	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS						
Caixa e equivalentes de caixa	14.020	1.932	35.584	-	19.766	71.302
Depósitos bancários restritos (Nota 22)	-	-	-	538	-	538
Contas a receber - clientes	19.290	86.656	1.698	24	15.849	123.517
Contas a receber - outros	101.206	45.009	190	-	3.347	149.752
	134.516	133.597	37.472	562	38.962	345.109
PASSIVOS						
Financiamentos obtidos (Nota 27)	107.292	-	-	-	-	107.292
Contas a pagar - fornecedores	20.780	15.346	-	162	5.531	41.819
Contas a pagar - outros	150.001	22.404	1.804	214	6.522	180.945
	278.073	37.750	1.804	376	12.053	330.056
	2015					
	USD	BRL	AOA	VEF	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS						
Caixa e equivalentes de caixa	3.814	616	27.286	-	21.403	53.119
Depósitos bancários restritos (Nota 22)	-	-	-	4.177	-	4.177
Contas a receber - clientes	30.385	78.412	1.559	-	13.079	123.435
Contas a receber - outros	72.319	27.979	54	2	458	100.812
	106.518	107.007	28.899	4.179	34.940	281.543
PASSIVOS						
Financiamentos obtidos (Nota 27)	124.829	13.665	-	-	-	138.494
Contas a pagar - fornecedores	12.414	23.503	1.810	-	6.072	43.799
Contas a pagar - outros	120.513	11.963	1.014	76	4.566	138.132
	257.756	49.131	2.824	76	10.638	320.425

Em 31 de dezembro de 2016, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 1,4 milhões de Euros (2015: 4 milhões de Euros).

→ Risco de taxa de juro

O passivo remunerado do Grupo TAP situou-se, marginalmente, abaixo de mil milhões de Euros em final do exercício de 2016, um aumento de 5,6% face ao valor em final do exercício de 2015, no montante de 942 milhões de Euros, que por sua vez havia registado uma redução de 11% face ao valor contabilizado um ano antes, em final de 2014, 1.062 milhões de Euros. Em termos de dívida líquida as variações foram menores,

tendo-se esta situado em, aproximadamente, 845 milhões de Euros em final de 2016, 805 milhões de Euros em final de 2015 e 921 milhões de Euros em final de 2014.

O valor do saldo médio da dívida durante o conjunto do ano é mais relevante para efeito de avaliação do respetivo custo, e impacto na conta de exploração, do que o saldo em final de cada exercício económico. A dívida média no conjunto do ano de 2016 deverá ter-se situado 3% abaixo do valor médio registado no ano de 2015.

Se em final de 2015, coincidente com a reprivatização do Grupo TAP, se haviam registado alterações múltiplas nas operações financeiras em vigor, incluindo uma profunda reestruturação da dívida de curto prazo com entidades nacionais, consistindo na conversão dessas linhas de curto prazo em operações a 7 anos, em 2016 foram celebradas, essencialmente, 2 operações estruturantes: a emissão de obrigações convertíveis em ações no montante de 120 milhões de Euros, com um prazo de 10 anos, subscritas em março e junho, pela Azul S.A. e pela Parpública, e a contração de empréstimo, com instituição nacional, colateralizado por ativos imobiliários da TAP S.A., no valor de 75 milhões de Euros, com um prazo a 12 anos, iniciado em outubro. Além destas operações relevantes, a atividade financeira do ano decorreu com normalidade, tendo sido mantidos e cumpridos os planos de reembolso vigentes dos empréstimos em vigor. Apenas num conjunto de 3 empréstimos, com entidade nacional, se verificou o reembolso antecipado por via da venda pela TAP S.A., a uma entidade locadora, das respetivas aeronaves A330, datadas de 1999, que constituíam a garantia dos financiamentos.

Apesar da contratação de novas operações de longo prazo, o peso da parcela de curto prazo na dívida total aumentou, na medida em que um conjunto significativo de reembolsos, constantes de planos consagrados nos acordos de renegociação de linhas de crédito aquando da reprivatização, se deverão realizar, contratualmente, em final de 2017, tendo portanto, em final de exercício de 2016, passado a créditos de curto prazo na demonstração da posição financeira. A parcela de curto prazo da dívida, que se havia reduzido de 60% em 2014 para 21% em final de 2015, aumentou, deste modo, em final de 2016, para um terço do total. Na sequência das alterações ao modelo de reprivatização vigente, constantes de Memorando de Entendimento, assinado entre os acionistas do Grupo, o ajustamento ao perfil temporal da dívida do Grupo TAP é, contudo, um dos pontos que deverá ser renegociado com as instituições bancárias nacionais.

O custo médio da dívida do Grupo TAP baixou em 2016 por via do efeito juro e por via cambial. Os custos financeiros totais reduziram-se de 68 milhões de Euros para 44 milhões de Euros. Deste valor os encargos com juros baixaram moderadamente de 43 milhões de Euros para 40 milhões de Euros, sendo as restantes reduções resultantes, sobretudo de diferenças de câmbio e ainda de despesas e comissões em financiamentos. A taxa de juro média ponderada implícita nos valores de 2016, face ao saldo estimado de dívida média durante o ano, ter-se-á situado marginalmente acima de 4% e abaixo do mesmo rácio calculado relativamente a 2015. A taxa de juro média ponderada, em final de 2016, contudo, sofreu um agravamento face ao ano anterior e face a anos precedentes face ao custo mais elevado, em média, de novas operações. As operações cujos reembolsos ocorreram ao longo do ano apresentavam taxas fixas ou flutuantes muito

diversas pelo que o custo final com juros resulta do cabaz de taxas e margens ponderadas pelo seu tempo de permanência e ponderadas pelos correspondentes montantes em dívida.

O valor de diferenças cambiais em 2016 foi muito baixo comparado com o montante registado em 2015. A parcela de dívida em dólares no total da dívida do Grupo TAP é marginalmente superior a 10% e a apreciação do dólar, na data final do exercício, havia sido de 10% em 2015 e foi de apenas 3% em 2016.

O montante de financiamento a taxa fixa no conjunto da dívida manteve-se estável em final de exercício, entre 2015 e 2016, aproximadamente 40%. A generalidade dos empréstimos a taxa flutuante, correspondentes a 60% do total, vencem juros à Euribor, acrescida da margem contratual e, tendo estado este indexante em valores negativos, para todos os prazos, ao longo de 2016, o valor aplicado nas respetivas operações foi de zero, de acordo com o *floor* imposto pelas entidades financiadoras. Na prática todos os créditos em euros a taxa variável têm como custo apenas a margem contratual. Em final de 2016 foi exercida opção contratual, numa operação de crédito a longo prazo, em euros, durante 6 anos, de passagem de taxa flutuante a taxa fixa, com efeitos no início do ano de 2017.

O risco de taxa de juro não se materializou nos anos recentes dado o prolongado período de taxas próximas de zero que se verificou na Europa e igualmente nos Estados Unidos. Contudo, ao longo de 2016 assistiu-se a uma gradual subida das taxas de juro em dólares e na parte final do ano as taxas de juro de curto e de longo prazo, nessa divisa, registaram uma subida ainda mais pronunciada. Os impactos futuros de uma subida do nível geral de juros, quer no dólar, quer eventualmente no euro, são relevantes para o Grupo TAP, não apenas no referente à dívida existente mas eventualmente mais no que se refere a valores de dívida a contratar no futuro, por efeito dos investimentos programados. As taxas de juro são, ainda, um fator de agravamento de custo nas locações operacionais a contratar futuramente, transações em que, normalmente, o nível de taxas de juro de longo prazo é repercutido na renda da aeronave.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os passivos financeiros sujeitos ao risco de variação de taxa de juro, por tipo de taxa de juro, resumem-se do seguinte modo:

	2016					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	140.143	-	266.622	142.077	15.000	563.842
Locações financeiras	34.343	27.213	6.261	137	-	67.954
	174.486	27.213	272.883	142.214	15.000	631.796
Taxa fixa						
Empréstimos	56.794	7.301	14.878	126.003	-	204.976
Locações financeiras	96.714	25.151	36.198	-	-	158.063
	153.508	32.452	51.076	126.003	-	363.039
Total	327.994	59.665	323.959	268.217	15.000	994.835
% taxa fixa	47%	54%	16%	47%	0%	36%

	2015					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	21.190	118.659	152.819	172.774	-	465.442
Locações financeiras	47.873	34.047	33.193	-	-	115.113
	69.063	152.706	186.012	172.774	-	580.555
Taxa fixa						
Empréstimos	86.943	55.260	22.291	-	-	164.494
Locações financeiras	42.791	93.398	60.929	-	-	197.118
	129.734	148.658	83.220	-	-	361.612
Total	198.797	301.364	269.232	172.774	-	942.167
% taxa fixa	65%	49%	31%	0%	0%	38%

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estas premissas e considerando igualmente que: (i) a taxa de juro de mercado para a Euribor é de 2% e para a Libor do dólar é 1,75%, (ii) a taxa de câmbio eurodólar para 2016 é de 1,0541 (2015: 1,0887) e (iii) o ritmo de amortização intra-anual é linear para efeito de cálculo dos juros futuros (pressuposto simplificador), um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos, a 31 de dezembro de 2016, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 11 milhões de Euros (2015: 10 milhões de Euros).

Na Nota 27 encontra-se apresentado o detalhe da dívida remunerada com a indicação da entidade financiadora e respetivo indexante.

→ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez do Grupo é, por conseguinte, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, da concessão de liquidez intra-grupo, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível

de gastos ou rendimentos correntes, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

No quadro abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar, como segue: 2% para a Euribor, 1,75% para a Libor do dólar e 1,0541 no eurodólar (2015: 1,0887 no eurodólar). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

2016							
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	Total
Empréstimos	48.238	179.975	44.070	340.804	350.476	15.761	979.324
Locações financeiras	42.787	94.909	55.249	43.738	141	-	236.824
Total	91.025	274.884	99.319	384.542	350.617	15.761	1.216.148

2015							
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	Total
Empréstimos	82.450	58.499	202.947	241.542	173.470	-	758.908
Locações financeiras	57.364	44.954	134.998	98.178	-	-	335.494
Total	139.814	103.453	337.945	339.720	173.470	-	1.094.402

→ Risco de crédito

O quadro seguinte apresenta elementos relativos aos ativos do Grupo a 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	2016	2015
Ativos não correntes		
Depósitos judiciais - Brasil (Nota 18)	37.748	24.352
Outros ativos não correntes	83.081	26.600
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	150.468	136.814
Depósitos bancários restritos	538	4.177
Contas a receber - clientes	187.999	138.130
Outros ativos correntes	72.431	64.196
	532.265	394.269

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Notação de rating	2016	2015
AAA	373	-
AA-	286	9
A+	26.077	32
A	2.325	21.587
A-	71	769
BBB+	166	217
BBB	245	4.371
BBB-	1	420
BB+	516	239
BB	-	71
BB-	6.507	898
B+	1.424	47.207
B	538	4.588
B-	71.478	-
CCC+	1.274	-
CCC	-	27.329
Outros	39.652	33.160
	150.933	140.897
Depósitos bancários restritos (Nota 22)	538	4.177
Depósitos bancários (Nota 22)	150.395	136.720
	150.933	140.897

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	2016	2015
Valores não vencidos	143.008	106.125
de 1 a 90 dias	19.608	19.355
de 91 a 180 dias	17.750	4.300
de 181 a 270 dias	2.788	529
de 271 a 365 dias	1.502	2.994
a mais de 366 dias	82.037	79.619
	266.693	212.922
Imparidades (Nota 21)	(78.694)	(74.792)
Clientes - Valor líquido (Nota 21)	187.999	138.130

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 21, são regularizados, principalmente, através dos sistemas *IATA Billing and*

Settlement Plan (“BSP”) e *IATA Clearing House* (“ICH”), o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

→ **Gestão de capital**

O capital próprio do Grupo retrata de forma sintética a evolução no tempo dos resultados de exploração das várias atividades desenvolvidas bem como o efeito acumulado das sucessivas transformações dos ativos e passivos ao longo do tempo.

A reprivatização do Grupo TAP, concretizada em novembro de 2015 e aprovada pela ANAC em final de 2016, criou as condições para a entrada de capital privado. Parte substancial desse investimento ocorreu ainda em 2015, sob a forma de prestações suplementares de capital e, tal como definido no acordo estabelecido entre o Estado Português e a Atlantic Gateway, os investidores privados teriam de realizar posteriormente entradas trimestrais de capital ao longo de 2016, perfazendo cerca de 70 milhões de Euros.

Após o reforço de fundos próprios ocorridos em 2015 e 2016, o capital próprio do Grupo TAP situou-se ainda em 470 milhões de Euros negativos em final de 2016, contra 530 milhões de Euros negativos em final de 2015. Enquanto o valor final atingido em 2015, a despeito da entrada de prestações suplementares, foi significativamente e negativamente afetado pela assunção de perda de 91 milhões de Euros relativa à desvalorização dos fundos da TAP S.A. retidos na Venezuela, a melhoria em 2016 resultou dos efeitos conjugados, positivos e negativos, da entrada de prestações suplementares e dos resultados de exploração, nomeadamente o resultado de exploração negativo da empresa de manutenção no Brasil e, em sentido contrário, do impacto positivo nas contas do Grupo da valorização cambial da unidade brasileira, por efeito da apreciação do real brasileiro.

O ativo registou um aumento significativo, em termos agregados, destacando-se as variações relativas às disponibilidades, ao ativo fixo tangível e a clientes. A tesouraria registou uma melhoria refletida no saldo de depósitos bancários conjugado com o valor investido em títulos soberanos, em Angola, indexados ao dólar, cuja aquisição permitirá salvaguardar um volume de depósitos previamente denominados em kwanzas, no montante total de 40 milhões de Euros.

O aumento substancial verificado nos ativos fixos tangíveis, no montante de 78 milhões de Euros, líquido de depreciação de 55 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, ao pagamento de adiantamentos à Airbus de acordo com o contrato de compra de aeronaves em vigor. Uma parcela menor do aumento do ativo fixo tangível prende-se com investimentos em curso na frota atual, valor esse que continuará a aumentar à medida que o programa de renovação das aeronaves existentes for sendo executado.

Foi também destacado, na demonstração da posição financeira, o montante correspondente ao ativo da subsidiária LFP, entidade relativamente à qual o Grupo TAP e a Vinci Airports acordaram, ainda em 2016, a alienação, pelo Grupo, da posição de 51% detida.

A nível do passivo verificaram-se aumentos de saldos em contas a pagar, embora o saldo de dívida a fornecedores, especificamente, tenha reduzido cerca de 10% em 2016. Registou-se um aumento significativo no passivo de adiantamentos de clientes, no caso vertente, documentos pendentes de voo, correspondente a um acréscimo de vendas, ainda não “voadas”, pela TAP S.A.

Foi também evidenciado o valor correspondente ao passivo da subsidiária LFP, em resultado do compromisso, já referido, de venda da participação na empresa de *free shop*.

Relativamente ao passivo remunerado, embora tendo baixado em termos médios no conjunto do ano, aumentou 5,6% em final do exercício de 2016, face a 2015, situando-se em cerca de mil milhões de Euros. A dívida do Grupo TAP tem uma medida contabilística rigorosa mas pode ser analisada e medida de forma mais abrangente e substancial, englobando agregados cujo comportamento é, nalguns aspetos, similar a financiamentos, embora sob a forma de locação operacional, por exemplo, à qual estão ligados diversos fatores de risco. O incremento do conjunto de encargos com aeronaves em locação operacional corresponde a um aumento de responsabilidades futuras significativas, na medida em que se trata de contratos de médio e longo prazo, que se aproximam do pagamento faseado de dívida, embora sem risco de valor residual do bem no termo da locação. Para além da renovação da frota regional, já concluída em 2016, e da expansão de capacidade em regime de locação, realizada em 2016 e em anos anteriores, será relevante para a gestão de risco, e para o retorno do capital investido, o aumento futuro de dívida que venha a ocorrer, sob a forma de financiamento, ou sob a forma de locação operacional, destinado a viabilizar o ciclo de investimento na nova frota do Grupo nos próximos anos.

4 - Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios de 2016 e 2015 o número médio de trabalhadores ao serviço, da TAP SGPS e de todas as subsidiárias, foi de 11.019 e de 11.023, respetivamente.

2016					
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	5.027	1.906	487	1.234	8.654
Brasil	129	1.870	-	-	1.999
Outros	362	4	-	-	366
	5.518	3.780	487	1.234	11.019

2015					
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	5.053	1.881	501	1.187	8.622
Brasil	129	1.892	-	-	2.021
Outros	375	5	-	-	380
	5.557	3.778	501	1.187	11.023

5 - Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foi o seguinte:

	2016									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.674	347.081	1.921.837	5.671	30.905	65.369	26.960	7.678	49.867	2.497.042
Adições	-	253	34.384	969	2.134	1.111	1.723	15.537	120.309	176.420
Alienações	-	-	(156.748)	(52)	(2)	(20)	-	-	-	(156.822)
Outras transferências/abates	-	-	(3.038)	(290)	582	(471)	(22)	(595)	(3.384)	(7.218)
Diferenças de câmbio	130	814	2.757	18	2.143	752	-	519	-	7.133
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	-	-	(574)	(61)	(33)	(2.564)	(16.813)	-	-	(20.045)
Saldo final	41.804	348.148	1.798.618	6.255	35.729	64.177	11.848	23.139	166.792	2.496.510
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	252.634	1.495.358	5.318	21.173	63.045	18.513	-	-	1.856.041
Dotações (Nota 50)	-	5.689	46.513	296	887	1.079	210	-	-	54.674
Perdas de imparidade reconhecidas (Nota 46)	-	-	2.294	-	-	-	-	-	-	2.294
Alienações	-	-	(127.602)	(52)	(2)	(20)	-	-	-	(127.676)
Outras transferências/abates	-	-	(1.463)	(290)	(21)	(475)	19	-	-	(2.230)
Diferenças de câmbio	-	362	2.407	17	1.296	709	-	-	-	4.791
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	-	-	(527)	(51)	(27)	(1.657)	(8.085)	-	-	(10.347)
Saldo final	-	258.685	1.416.980	5.238	23.306	62.681	10.657	-	-	1.777.547
Valor líquido	41.804	89.463	381.638	1.017	12.423	1.496	1.191	23.139	166.792	718.963
	2015									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.916	349.154	2.093.064	5.662	33.009	67.322	23.689	3.332	17.167	2.634.315
Adições	-	-	9.513	90	565	697	7.606	5.637	32.700	56.808
Alienações	-	-	(164.566)	-	(10)	-	-	-	-	(164.576)
Outras transferências/abates	(71)	(999)	(12.401)	(58)	54	(1.676)	(4.335)	(659)	-	(20.145)
Diferenças de câmbio	(171)	(1.074)	(3.773)	(23)	(2.713)	(974)	-	(632)	-	(9.360)
Saldo final	41.674	347.081	1.921.837	5.671	30.905	65.369	26.960	7.678	49.867	2.497.042
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	248.033	1.598.925	5.229	22.020	64.270	22.120	-	-	1.960.597
Dotações (Nota 50)	-	5.748	53.436	166	998	1.062	191	-	-	61.601
Dotações de unidades operacionais descontinuadas (Nota 23)	-	-	18	2	-	277	537	-	-	834
Alienações	-	-	(143.580)	-	(5)	-	-	-	-	(143.585)
Outras transferências/abates	-	(710)	(10.071)	(57)	(207)	(1.653)	(4.335)	-	-	(17.033)
Diferenças de câmbio	-	(437)	(3.370)	(22)	(1.633)	(911)	-	-	-	(6.373)
Saldo final	-	252.634	1.495.358	5.318	21.173	63.045	18.513	-	-	1.856.041
Valor líquido	41.674	94.447	426.479	353	9.732	2.324	8.447	7.678	49.867	641.001

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede da TAP S.A., foram transferidos para a propriedade desta subsidiária ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 34.384 milhares de Euros, respeitam, essencialmente a: (i) projetos de investimento em equipamento de frota, nomeadamente, introdução de tecnologia *sharklet* nas aeronaves no montante de 4.806 milhares de Euros, alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 7.501 milhares de Euros e o montante de 6.500 milhares de Euros relacionado com a extensão de vida das frotas A319/A320/A321 (*Extended Service Goal – ESG*) e (ii) capitalização de gastos com grandes manutenções das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de 10.339 milhares de Euros.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, no montante de 120.309 milhares de Euros refere-se, na sua maioria, aos adiantamentos efetuados para a aquisição futura de aeronaves (Nota 60).
- As adições de outros ativos em curso, no montante de 15.537 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, à assessoria prestada no âmbito do processo de negociação dos contratos de aquisição futura de aeronaves (Nota 60), no montante de 4.595 milhares de Euros e ao projeto de alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 7.686 milhares de Euros.
- As alienações de equipamento básico, no montante líquido de 29.146 milhares de Euros, respeitam, na sua maioria, à alienação de 3 aeronaves A330, decorrente de uma operação de *sale and leaseback*, tendo originado uma mais-valia líquida de 16.261 milhares de Euros (Nota 48).
- As transferências para ativos não correntes detidos para venda dizem respeito aos ativos fixos tangíveis da subsidiária LFP.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

- As adições de equipamento básico, no montante de 9.513 milhares de Euros, respeitam, essencialmente a: (i) sobressalentes, no montante de cerca de 4 milhões de Euros, (ii) projeto de comunicações (FANS B+) relacionado com equipamento de frota e aviões, no montante de 2 milhões de Euros, (iii) material de manutenção de avião, no montante de cerca de 1,4 milhões de Euros e (iv) equipamentos de tecnologias de informação no montante de 1 milhão de Euros.
- As adições de outros ativos fixos tangíveis, no montante de 7.606 milhares de Euros, respeitam, maioritariamente, às obras de renovação realizadas nas lojas *free shop* nos aeroportos de Lisboa e Porto.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, no montante de 32.700 milhares de Euros, refere-se, essencialmente, aos adiantamentos efetuados para a aquisição futura de aeronaves, no valor de 27.271 milhares de Euros (Nota 60), acrescido de 5.429 milhares de Euros referentes aos projetos relacionados com a introdução de tecnologia *sharklet* nas aeronaves e com a extensão de vida das frotas A319/A320/A321 (ESG).

- As adições de outros ativos em curso, no montante de 5.637 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, à assessoria prestada no âmbito do processo de negociação dos contratos de aquisição futura de aeronaves (Nota 60).
- As alienações de equipamento básico, no montante líquido de 20.986 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, à alienação de 6 aeronaves A319, decorrente de uma operação de *sale and leaseback*, tendo originado uma mais-valia líquida de 24.207 milhares de Euros (Nota 48).
- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, a abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Equipamento básico” tem a seguinte composição:

	2016			2015		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	439.276	(384.828)	54.448	380.141	(349.610)	30.531
Reatores de reserva	22.754	(17.211)	5.543	24.369	(17.932)	6.437
Sobressalentes	118.833	(86.606)	32.227	118.109	(85.162)	32.947
	580.863	(488.645)	92.218	522.619	(452.704)	69.915
Equipamento de voo em regime de locação financeira						
Frota aérea	1.101.841	(830.394)	271.447	1.284.858	(947.300)	337.558
	1.101.841	(830.394)	271.447	1.284.858	(947.300)	337.558
Máquinas e aparelhagem diversa	115.914	(97.941)	17.973	114.360	(95.354)	19.006
	1.798.618	(1.416.980)	381.638	1.921.837	(1.495.358)	426.479

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a frota aérea do Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	2016				2015			
	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	Total	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	Total
Airbus A340	4	-	-	4	4	-	-	4
Airbus A330	-	8	8	16	-	11	3	14
Airbus A319	-	9	12	21	-	9	12	21
Airbus A320	1	4	14	19	-	5	14	19
Airbus A321	-	2	1	3	-	2	1	3
Fokker 100	-	6	-	6	-	6	-	6
Embraer 145	-	8	-	8	-	8	-	8
Embraer 190	-	-	9	9	-	-	-	-
	5	37	44	86	4	41	30	75

No âmbito da operação regional, o Grupo TAP enveredou pela criação de uma nova imagem e marca comercial - TAP Express - a utilizar nas aeronaves operadas quer pela Portugália quer pela White, empresas com as quais a TAP S.A. celebrou contratos de disponibilização de capacidade (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance* - ACMI).

Ficou, assim, concluída em julho de 2016 a entrada em operação de 8 aeronaves ATR 72-600, operadas pela White, essencialmente utilizadas na ponte aérea Lisboa/Porto.

Em outubro de 2016 ficou, também, concluída a entrada em operação de 9 aeronaves Embraer E190, operadas pela Portugalá, essencialmente utilizadas nas rotas europeias mais próximas e de menor densidade.

Durante o ano de 2015 o Grupo TAP utilizou duas aeronaves ATR 42-600, da White, que se encontravam a ser operadas em regime de ACMI.

Para garantia do pagamento dos montantes devidos ao abrigo de um contrato de mútuo, com uma instituição nacional, no montante de 75 milhões de Euros, foi constituída uma hipoteca sobre um prédio urbano da TAP S.A., composto por vinte e nove edifícios para escritório, oficinas de material de construção e outros, sito no Aeroporto de Lisboa (Nota 27).

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração consolidada dos resultados pela sua totalidade (Nota 50).

6 - Propriedades de investimento

À data de 31 de dezembro de 2016 a rubrica de propriedades de investimento reporta-se ao valor atribuído a: i) um imóvel em Maputo (Moçambique), ii) dois apartamentos em Sacavém e iii) um apartamento no Porto, transferido em 2015, da rubrica de ativos fixos tangíveis, em função do seu uso indeterminado.

O movimento ocorrido nesta rubrica foi conforme segue:

	2016	2015
Saldo inicial	2.216	2.139
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos (Nota 47)	32	(174)
Transferências	-	251
Saldo final	2.248	2.216

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado por avaliador independente, com qualificação profissional reconhecida, tendo os métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do justo valor das propriedades, sido suportado por evidências do mercado.

As quantias reconhecidas nos lucros ou prejuízos do exercício, associadas a rendimentos de rendas e gastos operacionais diretos, são imateriais no conjunto das demonstrações financeiras do Grupo.

7 - Goodwill

No decurso dos exercícios de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na rubrica “Goodwill” foi conforme segue:

	2016		
	Saldo inicial	Varição cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	86.692	22.269	108.961
	149.791	22.269	172.060

	2015		
	Saldo inicial	Varição cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	130.380	(43.688)	86.692
	193.479	(43.688)	149.791

O montante positivo de 22.269 milhares de Euros refere-se à variação cambial, do *goodwill* da Manutenção e Engenharia Brasil, que se encontra denominado em reais no montante de 373.791.337 reais.

Do montante registado no exercício anterior, importa salientar que cerca de 14,5 milhões de Euros dizem respeito a períodos anteriores, decorrente do facto da reserva de conversão cambial ter sido apropriadamente registada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ao nível da moeda funcional das operações adquiridas no Brasil e não ao nível da entidade legal adquirida. O valor acima referido é considerado como não significativo no contexto da posição financeira do Grupo TAP.

Conforme preconizado pela IAS 36, o *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efetuados numa base anual, conforme política contabilística descrita na Nota 2.9.

O *goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (“CGU’s”) do Grupo, identificadas de acordo com o segmento de negócio e com o país da operação, conforme segue:

	2016		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	108.961	108.961
	63.099	108.961	172.060

	2015		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	86.692	86.692
	63.099	86.692	149.791

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU’s, é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho

histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

No caso da unidade de negócio da Manutenção e Engenharia Brasil foi utilizado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa para o período subsequente de 7 anos, que incorporou, nomeadamente, a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados às diferentes CGU's não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*.

Os principais pressupostos utilizados, para efeitos de testes de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2016	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	14,0%
CAGR da receita**	7,7%	14,4%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	25,5%	34,0%

31 de dezembro de 2015	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	16,5%
CAGR da receita**	4,1%	15,2%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	25,5%	34,0%

* Taxa de desconto líquida de impostos

** *Compound Annual Growth Rate* da receita - taxa de crescimento, ano após ano, de um investimento durante um determinado período de tempo

Os testes de imparidade, realizados em 2016, sustentam a recuperabilidade da quantia escriturada das referidas unidades geradoras de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 o valor contabilístico da unidade do transporte aéreo ascende a 207.731 milhares de Euros (2015: 181.271 milhares de Euros), sendo que o valor contabilístico da unidade de manutenção no Brasil é negativo em 283.529 milhares de Euros (2015: negativo em 191.710 milhares de Euros).

8 - Ativos intangíveis

No decurso dos exercícios de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na rubrica “Ativos intangíveis” foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de janeiro de 2015	11.952	2.780	-	14.732
Aquisições	-	75	5	80
Diferenças de câmbio	-	(30)	-	(30)
Saldo a 31 de dezembro de 2015	11.952	2.825	5	14.782
Aquisições	-	1.268	-	1.268
Regularizações, transferências e abates	-	(16)	(5)	(21)
Diferenças de câmbio	-	23	-	23
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	-	(723)	-	(723)
Saldo a 31 de dezembro de 2016	11.952	3.377	-	15.329
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo a 1 de janeiro de 2015	(11.952)	(2.042)	-	(13.994)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 50)	-	(250)	-	(250)
Amortizações de unidades operacionais descontinuadas	-	(12)	-	(12)
Diferenças de câmbio	-	8	-	8
Saldo a 31 de dezembro de 2015	(11.952)	(2.296)	-	(14.248)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 50)	-	(228)	-	(228)
Diferenças de câmbio	-	(11)	-	(11)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	-	662	-	662
Saldo a 31 de dezembro de 2016	(11.952)	(1.873)	-	(13.825)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	-	529	-	534
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	-	1.504	-	1.504

10 - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a participação financeira na SPdH está reduzida a zero e as responsabilidades imputáveis ao Grupo TAP estão registadas em provisões (ver a rubrica “Provisões para investimentos financeiros” na Nota 26).

13 - Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os outros ativos financeiros, não correntes, apresentavam-se do seguinte modo:

	2016	2015
Obrigações do Tesouro de Angola	39.654	-
Depósitos bancários na Guiné Bissau	1.813	1.838
SITA Group Foundation	648	648
Empréstimo Salvor Hotéis Moçambique	61	255
Outros	211	212
Perdas de imparidade	(1.827)	(1.853)
	40.560	1.100

No decorrer do exercício de 2016 foram subscritas “Obrigações do Tesouro de Angola” no montante total de 6.899.934 milhares de kwanzas (39.654 milhares de Euros), correspondentes à taxa de câmbio original de 165,074 kwanzas por dólares. As referidas obrigações têm como data de maturidade 6 de dezembro de 2018 e encontram-se indexadas ao valor do dólar.

Os depósitos bancários existentes no Banco Internacional da Guiné Bissau foram considerados como não recuperáveis, em 2014, na sequência da dissolução e liquidação desta instituição, pelo que foi constituída uma imparidade na totalidade do valor.

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se, essencialmente, a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société International de Télécommunications A  ronautiques.

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2016 e 2015, foi como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	1.100	2.122
Aumentos	39.654	-
Diminui��es	(198)	(1.128)
Variac��o cambial	2	98
Outros movimentos	2	8
Saldo final	40.560	1.100

15 - Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota 2.14., o Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes   data da demonstração da posição financeira consolidada.

O Grupo TAP entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração da posição financeira consolidada são recuperáveis, quer seja através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base o resultado da TAP S.A. previsto no orçamento para o ano de 2017 e projeções de resultados para os anos subseqüentes, ajustadas de diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais, quer seja através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 27,5%, quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções   coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos exercícios de 2016 e 2015, são como segue:

	2016				Saldo final
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 52)	Variações com efeitos no rendimento integral	Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	
Ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	38.050	(2.589)	-	-	35.461
Responsabilidades com benefícios de reforma	13.935	(954)	2.172	-	15.153
Perdas de imparidade em inventários	8.155	305	-	-	8.460
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	506	585	-	-	1.091
Perdas de imparidade de contas a receber	7.481	(519)	-	-	6.962
Instrumentos financeiros derivados (Nota 24)	286	-	(111)	-	175
Benefícios fiscais	517	(381)	-	-	136
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	555	(264)	-	(158)	133
	69.485	(3.817)	2.061	(158)	67.571
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	20.037	(615)	-	-	19.422
	20.037	(615)	-	-	19.422
		(3.202)	2.061		

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 52)	Variações com efeitos no rendimento integral	Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	
Ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	8.572	29.478	-	-	38.050
Responsabilidades com benefícios de reforma	14.155	(1.032)	812	-	13.935
Perdas de imparidade em inventários	8.052	103	-	-	8.155
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	506	-	-	-	506
Perdas de imparidade de contas a receber	6.336	1.145	-	-	7.481
Instrumentos financeiros derivados (Nota 24)	13.931	-	(13.645)	-	286
Benefícios fiscais	1.387	(870)	-	-	517
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	471	89	-	(5)	555
	53.410	28.913	(12.833)	(5)	69.485
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	21.035	(998)	-	-	20.037
	21.035	(998)	-	-	20.037
		29.911	(12.833)		

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados a partir de 2014 são reportáveis durante um período de doze anos, após a sua ocorrência, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável.

No caso do Brasil, a respetiva legislação fiscal em vigor não prevê um limite de reporte para os prejuízos fiscais, contudo, a dedução dos mesmos encontra-se limitada a 30% do lucro tributável dos exercícios seguintes.

O Grupo TAP considera que, em 31 de dezembro de 2016, são recuperáveis os prejuízos fiscais reportáveis da TAP S.A. através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente.

Os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de dezembro de 2016 e utilizados em 2016 detalham-se conforme segue:

1 de janeiro de 2016	2012	2013	2014	2015	2016	Total
TAP SGPS	2.923	-	3.549	2.138	n/a	8.610
TAP S.A.	-	-	71.617	208.529	n/a	280.146
Portugália	-	-	-	33	n/a	33
UCS	251	95	-	-	n/a	346
TAP M&E Brasil	24.972	19.911	51.225	9.464	n/a	105.572
	28.146	20.006	126.391	220.164	n/a	394.707

Utilização em 2016	2012	2013	2014	2015	2016	Total
TAP SGPS	-	-	-	-	n/a	-
TAP S.A.	-	-	(12.285)	-	n/a	(12.285)
Portugália	-	-	-	(33)	n/a	(33)
UCS	(9)	-	-	-	n/a	(9)
TAP M&E Brasil	-	-	-	-	n/a	-
	(9)	-	(12.285)	(33)	n/a	(12.327)

	2016					Total
31 de dezembro de 2016	2012	2013	2014	2015	Provisório	
TAP SGPS	2.923	-	3.549	2.138	821	9.431
TAP S.A.	-	-	59.332	208.529	-	267.861
Portugália	-	-	-	-	-	-
UCS	242	95	-	-	-	337
TAP M&E Brasil	24.972	19.911	51.225	9.464	11.512	117.084
	28.137	20.006	114.106	220.131	12.333	394.713

Ano limite de dedução em Portugal	2017	2018	2026	2027	2028

16 - Adiantamentos a fornecedores

O montante registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, refere-se às seguintes entidades:

	2016	2015
Eagle Services Asia	3.767	-
SITA	635	615
Sr Technics Switzerland, Ltd.	-	689
Outros	5.481	3.240
	9.883	4.544

17 - Estado e outros entes públicos

Os saldos com o Estado e outros entes públicos detalham-se como segue:

	2016	2015
Ativo corrente		
Imposto sobre o rendimento a receber	10.473	4.268
Outros	12.512	13.159
	22.985	17.427
Passivo corrente		
Outros	35.452	22.468
	35.452	22.468

Os valores referentes aos exercícios de 2016 e 2015 são decompostos da seguinte forma:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estado - Subsídios a realizar:				
Indemnizações compensatórias	1.473	-	1.354	-
Estado e Outros Entes Públicos:				
IRC	10.473	-	4.268	-
IRC - Retenções efetuadas a terceiros	-	103	-	2.580
IRS - Retenções efetuadas a terceiros	-	16.031	-	8.802
IVA	6.429	987	7.840	366
Segurança Social	-	16.726	-	9.611
Estado - Brasil	4.588	1.381	3.918	810
Outros	22	224	47	299
	22.985	35.452	17.427	22.468

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o montante registado na rubrica “Indemnizações compensatórias” inclui o parcial da tarifa suportada pelo Estado referente às rotas da Região Autónoma dos Açores até 29 de março de 2015, no montante total de 516 milhares de Euros e 450 milhares de Euros, respetivamente. Estes montantes correspondem a bilhetes vendidos pela TAP S.A., podendo ser voados por esta ou por companhias terceiras. Esta rubrica inclui, ainda, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante de 958 milhares de Euros e 904 milhares de Euros, respetivamente, a receber do Estado, relativo a encaminhamentos entre ilhas na Região Autónoma dos Açores. Os montantes referentes ao segundo semestre de 2014 e aos anos de 2015 e 2016 não se encontram, ainda, aferidos e verificados pela Inspeção Geral de Finanças, nem aprovados pelo Governo, não sendo contudo esperadas correções significativas aos valores registados pelo Grupo.

O Grupo reconhece, na rubrica de vendas e serviços prestados, os subsídios a receber do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem no arquipélago dos Açores, desde que os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável, até 29 de março de 2015. O montante reconhecido, em cada exercício, corresponde, à estimativa do Grupo, do valor a receber por bilhetes voados, no próprio exercício, por passageiros abrangidos por bilhetes vendidos até 29 de março de 2015, com direito a este benefício. Importa salientar que, decorrente da liberalização do espaço aéreo da Região Autónoma dos Açores, a partir dessa data, o ónus do pedido de reembolso da compensação por parte do Estado passou para o passageiro.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor do IVA refere-se, essencialmente, aos pedidos de reembolsos, ainda não recebidos, relativos aos meses de novembro e dezembro de 2016.

O Decreto-Lei nº 258/98, de 17 de agosto, revogou as isenções fiscais de que a TAP S.A. havia vindo a beneficiar, e que tinham sido estabelecidas na base XII anexa ao Decreto-Lei nº 39.188, de 25 de abril de 1953, e nos Decretos-Lei nº 39.673, de 22 de maio de 1954, nº 41.000, de 12 de fevereiro de 1957 e nº 44.373, de 29 de maio de 1962, pelo que deixou de estar isenta do pagamento, ao Estado, de impostos e contribuições.

18 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outras contas a receber” decompõe-se como segue:

	2016		2015	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Entidades relacionadas (Nota 56)	1.263	9.444	106	4.700
Pessoal	14.572	-	12.159	-
Acréscimos de ganhos	15.048	-	14.405	-
Outros	36.294	72.746	37.570	47.073
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(4.629)	(1.921)	(4.588)	(1.921)
	62.548	80.269	59.652	49.852

→ Entidades relacionadas – não correntes

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Entidades relacionadas – não correntes”, inclui o montante de: (i) 4.700 milhares de Euros, respeitante a prestações acessórias de capital, concedidas à SPdH (Notas 26 e 56) e (ii) 4.744 milhares de Euros, referente a depósitos de garantia prestados à Azul S.A. (Notas 27 e 56).

→ Acréscimos de ganhos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor registado na rubrica de acréscimos de ganhos decompõe-se do seguinte modo:

	2016	2015
Trabalhos para companhias de aviação	11.574	7.289
Venda de milhas a parceiros	1.235	1.889
Publicidade	-	4.173
Outros	2.239	1.054
	15.048	14.405

Em 31 de dezembro de 2015 o acréscimo de ganhos com publicidade refere-se à subsidiária L.F.P. – Lojas Francas de Portugal, S.A., a qual se encontra classificada como detida para venda à data de 31 de dezembro de 2016 (Nota 23).

→ **Outros – não correntes**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor registado na rubrica “Outros - não correntes” corresponde a:

	2016	2015
Depósitos judiciais - Brasil	37.748	24.352
Depósitos de garantia (Nota 27)	25.006	12.954
SITA - Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques	315	335
Outros	9.677	9.432
	72.746	47.073

Os depósitos judiciais no Brasil constituem depósitos de garantia associados aos diversos processos em que a subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida, nomeadamente laborais, fiscais e cíveis (Nota 26). O aumento verificado refere-se, maioritariamente, ao efeito da variação cambial do real.

Os depósitos de garantia são constituídos no âmbito dos contratos de locação operacional para aviões e reatores que serão devolvidos, sem juros, à medida que esses aviões e reatores forem sendo restituídos aos locadores. O aumento verificado nesta rubrica está relacionado com os depósitos de garantia associados aos novos contratos de locação operacional realizados no exercício de 2016.

→ **Outros – correntes**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor registado na rubrica “Outros - correntes” corresponde a:

	2016	2015
Faturação <i>Interline</i> e outros	10.248	11.439
Valores a receber de fornecedores	6.446	7.132
Pasogal, SGPS, S.A. (Nota 26)	3.000	3.000
IVA das Representações	2.476	3.265
Devedores - Brasil	2.246	3.315
Cauções e garantias	1.558	955
Devedores - Itália	745	595
Outros	9.575	7.869
	36.294	37.570

A rubrica “Outros”, no montante de 9.575 milhares de Euros, inclui 531 milhares de Euros relativo ao excesso de financiamento (2015: 637 milhares de Euros), registado em 31 de dezembro de 2016, do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS. Este excesso de financiamento é reembolsável nos termos da lei e/ou dispensa de contribuições futuras (Nota 28).

→ **Perdas de imparidade de outras contas a receber**

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2016 e 2015, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	6.401
Reforços (Nota 44)	143
Reversões (Nota 44)	(33)
Utilizações	(2)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	6.509
Reforços (Nota 44)	73
Reversões (Nota 44)	(30)
Utilizações	(2)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	6.550

19 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de diferimentos detalha-se como segue:

	2016	2015
Diferimentos ativos	17.296	13.272
	17.296	13.272
	2016	2015
Diferimentos passivos	68.040	64.129
	68.040	64.129

O montante registado na rubrica “Diferimentos ativos”, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalha-se conforme segue:

	2016	2015
Rendas e alugueres	5.414	2.953
Leasings de aviões e reatores	4.791	4.866
Comissões	2.722	1.906
Entidades relacionadas (Nota 56)	731	-
Seguros	446	1.659
Manutenção de equipamento	384	316
Outros gastos diferidos	2.808	1.572
	17.296	13.272

As comissões respeitam a valores pagos a agentes por bilhetes vendidos, mas ainda não voados e não caducados, até 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A rubrica “Diferimentos passivos”, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada do seguinte modo:

	2016	2015
Programa de fidelização de clientes	42.972	41.995
Trabalhos para companhias de aviação	22.227	20.686
Outros ganhos diferidos	2.841	1.448
	68.040	64.129

No âmbito da aplicação do IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes, a atribuição de milhas aos clientes, aderentes ao programa de fidelização denominado “TAP Victoria”, é diferida com base no valor unitário da milha, perçecionado pelo cliente (Nota 2.27.).

O montante de 22.227 milhares de Euros (2015: 20.686 milhares de Euros), registado na rubrica “Trabalhos para companhias de aviação”, refere-se a faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros que ainda se encontram em curso à data de 31 de dezembro de 2016.

20 - Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Mercadorias (Nota 40)	64	16.719
Produtos e trabalhos em curso (Nota 38)	7.870	5.545
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 40)	127.001	108.125
Perdas por imparidade de inventários	(49.096)	(44.355)
	85.839	86.034

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de mercadorias refere-se, essencialmente, à subsidiária LFP, a qual se encontra classificada como detida para venda à data de 31 de dezembro de 2016 (Nota 23), justificando, desta forma, a variação ocorrida nesta rubrica.

A rubrica “Produtos e trabalhos em curso” corresponde ao valor dos materiais e horas aplicados em obras de manutenção de aeronaves para terceiros que ainda se encontram em curso à data de relato.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se, essencialmente, a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação. A variação ocorrida deve-se, essencialmente, ao efeito cambial decorrente da apreciação do real face ao euro.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos exercícios de 2016 e 2015, é conforme segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	49.432
Reforços (Nota 43)	533
Reforços de unidades operacionais descontinuadas (Nota 23)	58
Reversões (Nota 43)	(739)
Utilizações	(58)
Ajustamento cambial	(4.871)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	44.355
Reforços (Nota 43)	2.643
Reversões (Nota 43)	(831)
Utilizações	(13)
Ajustamento cambial	3.671
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	(729)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	49.096

O ajustamento cambial verificado em 2016 e 2015 decorre da conversão cambial das demonstrações financeiras da subsidiária brasileira.

21 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de clientes detalha-se como segue:

	2016	2015
Cientes, conta corrente	211.160	173.215
Cientes de cobrança duvidosa	55.533	39.707
Perdas de imparidade de clientes	(78.694)	(74.792)
	187.999	138.130

A decomposição desta rubrica, por tipo de cliente, é conforme segue:

	2016	2015
Entidades privadas	93.083	59.554
Agências de viagem	61.045	48.076
Companhias de aviação	28.371	21.855
Entidades relacionadas (Nota 56)	2.165	1.157
Outros	3.335	7.488
	187.999	138.130

O incremento ocorrido na rubrica de entidades privadas deve-se, essencialmente, ao aumento das vendas de passagens nos últimos meses de 2016, quando comparadas com o período homólogo, assim como ao efeito cambial decorrente da apreciação do real face ao euro.

Os saldos a receber, de agências de viagens e de companhias de aviação, são regularizados, principalmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* ("BSP") e *IATA Clearing House* ("ICH").

O movimento ocorrido na rubrica de perdas de imparidade de clientes, nos exercícios de 2016 e 2015, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	72.842
Reforços (Nota 44)	6.908
Reforços de unidades operacionais descontinuadas (Nota 23)	17
Reversões (Nota 44)	(1.363)
Utilizações	(510)
Ajustamento cambial	(3.102)
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	74.792
Reforços (Nota 44)	4.485
Reversões (Nota 44)	(2.399)
Utilizações	(27)
Ajustamento cambial	1.911
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	(68)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	78.694

22 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2016	2015
Depósitos a prazo	11.278	69.085
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	139.117	67.635
Numerário	73	94
Caixa e depósitos bancários na demonstração da posição financeira	150.468	136.814
Depósitos bancários restritos	538	4.177
Descobertos bancários (Nota 27)	(280)	-
Caixa e seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa	150.726	140.991

O volume de disponibilidades apresentado pelo Grupo TAP resulta, principalmente, das disponibilidades da TAP S.A., no montante de 75.322 milhares de Euros (2015: 134.822 milhares de Euros) e da TAP SGPS, no montante de 70.197 milhares de Euros (2015: 157 milhares de Euros).

Os depósitos bancários existentes em Angola à data de 31 de dezembro de 2016, no montante de 35.903 milhares de Euros (31 de dezembro de 2015: 27.691 milhares de Euros), apresentam-se, atualmente, com dificuldades de repatriamento dos fundos. Neste sentido, foi negociada uma linha de crédito corrente com uma instituição financeira, até ao limite de 20 milhões de dólares, que disponibiliza ao Grupo os montantes retidos em Angola, encontrando-se os depósitos bancários prestados como colateral sobre o valor do financiamento obtido. Adicionalmente, as referidas disponibilidades serão igualmente utilizadas no pagamento dos gastos locais.

Os excedentes de tesouraria são, normalmente, investidos em aplicações financeiras de curto prazo, vencendo juros a taxas normais de mercado.

Depósitos bancários restritos

Não obstante as tentativas do Grupo TAP no repatriamento dos referidos fundos, durante o ano de 2015, o Grupo TAP verificou a existência de novos dados e indícios desfavoráveis ao repatriamento de capitais na Venezuela, sendo de salientar:

- que tinha decorrido mais de um ano sem que alguma transferência tenha sido autorizada pelas autoridades venezuelanas, apesar das várias promessas de pagamento prestadas ao Grupo TAP por parte dos diferentes representantes políticos daquele país;
- o forte agravamento da situação económica do país e consequente aumento significativo do risco-país;

- o insucesso negocial da IATA e dos diversos Governos das companhias de aviação que operam na Venezuela;
- a pressão exercida, fundamentalmente a partir do segundo semestre de 2015, por diversos fornecedores locais no sentido de: (i) exigirem a aplicação da taxa de câmbio SIMADI no pagamento das suas faturas em dólares; (ii) aumentarem o preço das faturas denominadas em bolívares venezuelanos a uma taxa equivalente à que resultaria da aplicação daquele câmbio e (iii) cobrarem, em dólares, faturas que tradicionalmente eram pagas em bolívares venezuelanos, limitando, assim, significativamente a capacidade do Grupo TAP em escoar, localmente, os fundos retidos à taxa de câmbio correspondente à aplicada no momento da venda.

Na sequência deste enquadramento, e conforme prática generalizada dos *peers* comparáveis de mercado, foi entendimento do Conselho de Administração, que a melhor estimativa à data de 31 de dezembro de 2015, para a taxa de atualização cambial das disponibilidades retidas na Venezuela era a taxa SIMADI (taxa de câmbio de 198,7 VEF/USD), a qual representou o reconhecimento de uma variação cambial negativa no montante de 91 milhões de Euros em 2015 (Nota 54).

Durante o exercício de 2016, a continuação da deterioração da situação económica do país gerou uma desvalorização da taxa SIMADI bastante significativa (673,76 VEF/USD em 31 de dezembro de 2016). Consequentemente, a esta data, é entendimento do Conselho de Administração, que a melhor estimativa para a taxa de atualização cambial das disponibilidades retidas na Venezuela continua a ser a referida taxa SIMADI, a qual representou o reconhecimento de uma variação cambial negativa no montante aproximado de 2,6 milhões de Euros no período findo em 31 de dezembro de 2016.

23 – Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada

Na sequência da decisão de alienação dos 51% do capital detido na subsidiária L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A., o Grupo TAP procedeu: (i) à reclassificação dos seus ativos e passivos, na demonstração da posição financeira consolidada, os quais foram classificados como ativos e passivos não correntes detidos para venda e (ii) à reexpressão dos valores registados na demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tendo em consideração a sua classificação como unidade operacional descontinuada.

Importa ainda salientar que a concretização da transação se encontra pendente de aprovação por parte da Autoridade da Concorrência, estimando-se que o desfecho da mesma ocorra durante o primeiro semestre de 2017.

→ **Demonstração da posição financeira**

Os ativos e passivos da referida subsidiária, classificados como detidos para venda, em 31 de dezembro de 2016 detalham-se do seguinte modo:

Valores em milhares de Euros	Ativos e passivos não correntes detidos para venda
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	7.683
Ativos intangíveis	46
Ativos por impostos diferidos	234
	7.963
Ativo corrente	
Inventários	16.307
Clientes	849
Estado e outros entes públicos	1.233
Outras contas a receber	5.850
Diferimentos	1.362
Caixa e depósitos bancários	2.791
	28.392
Total do ativo	36.355
Passivo corrente	
Fornecedores	19.157
Estado e outros entes públicos	1.050
Outras contas a pagar	2.717
Diferimentos	339
Total do passivo	23.263

De referir que de acordo com a IFRS 5, os valores referentes à demonstração da posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2015, não foram reexpressos.

→ **Demonstração dos resultados**

Os rendimentos e gastos da LFP, apresentados como resultado da unidade operacional descontinuada, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalham-se do seguinte modo:

Valores em milhares de Euros	2016	2015
Vendas e serviços prestados	207.282	189.214
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(126.319)	(116.619)
Fornecimentos e serviços externos	(63.930)	(53.963)
Gastos com o pessoal	(10.610)	(9.448)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(172)	(58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	(17)
Provisões (aumentos/reduções)	-	8
Outros rendimentos e ganhos	8.109	3.662
Outros gastos e perdas	(423)	(259)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (antes de outros gastos não recorrentes)	13.937	12.520
Outros gastos não recorrentes	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13.937	12.520
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2.030)	(846)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11.907	11.674
Juros e rendimentos similares obtidos	-	2
Juros e gastos similares suportados	(14)	(5)
Resultado antes de impostos	11.893	11.671
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2.949)	(3.009)
Resultado líquido do exercício da unidade operacional descontinuada	8.944	8.662

De referir que, a presente alteração, referente ao exercício de 2015, gerou a reexpressão dos valores comparativos conforme abaixo se detalha:

Valores em milhares de Euros	2015	Reexpressão	2015 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	2.597.936	(189.214)	2.408.722
Subsídios à exploração	594	-	594
Ganhos e perdas em associadas	1.067	-	1.067
Varição da produção	(8.589)	-	(8.589)
Trabalhos para a própria entidade	608	-	608
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(243.790)	116.619	(127.171)
Fornecimentos e serviços externos	(1.718.345)	53.963	(1.664.382)
Gastos com o pessoal	(566.405)	9.448	(556.957)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	148	58	206
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(5.672)	17	(5.655)
Provisões (aumentos/reduções)	178	(8)	170
Aumentos/reduções de justo valor	(174)	-	(174)
Outros rendimentos e ganhos	68.083	(3.662)	64.421
Outros gastos e perdas	(77.216)	259	(76.957)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (antes de outros gastos não recorrentes)	48.423	(12.520)	35.903
Outros gastos não recorrentes	(91.394)	-	(91.394)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(42.971)	(12.520)	(55.491)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(62.697)	846	(61.851)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(105.668)	(11.674)	(117.342)
Juros e rendimentos similares obtidos	4.633	(2)	4.631
Juros e gastos similares suportados	(67.909)	5	(67.904)
Resultado antes de impostos	(168.944)	(11.671)	(180.615)
Imposto sobre o rendimento do exercício	17.167	3.009	20.176
Resultado líquido do exercício das atividades em continuação	(151.777)	(8.662)	(160.439)
Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas	-	8.662	8.662
Resultado líquido do exercício	(151.777)	-	(151.777)

→ Demonstração dos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa, respeitantes à referida subsidiária, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram considerados como parte integrante desta demonstração e detalham-se conforme segue:

Valores em milhares de Euros	2016	2015
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	18.438	8.533
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(6.026)	(3.412)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	(10.576)	(5.255)
Fluxos de caixa líquidos da unidade operacional descontinuada	1.836	(134)

24 - Capital próprio

O capital nominal do Grupo TAP, no valor de 15.000 milhares de Euros, é composto por 1.500.000 ações nominativas de 10 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado. Na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, foram transmitidas à Atlantic Gateway 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, permanecendo a Párpública com os restantes 39%.

→ **Prestações suplementares**

Por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, datada de 12 de novembro de 2015, a acionista Atlantic Gateway procedeu a uma entrada em dinheiro, totalmente realizada, no montante de 154.353 milhares de Euros sob a forma de prestações suplementares, compostas por duas tranches, uma de 15.000 milhares de Euros e outra de 150.000 milhares de dólares. Estas prestações suplementares não são remuneradas e não poderão ser restituídas antes de decorrido o prazo de 30 anos, não se encontrando definido o seu reembolso posterior a essa data. No caso de ocorrência de reembolso após essa data, a respetiva deliberação deverá ser tomada em Assembleia Geral por, pelo menos, 76% dos votos correspondente ao capital social com direito de voto.

Em 2016, e na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas de 29 de março de 2016, a acionista Atlantic Gateway procedeu a entradas em dinheiro em quatro tranches de 19.188 milhares de dólares cada, totalmente realizadas, no montante total de 76.750 milhares de dólares (69.740 milhares de Euros), cujas características são similares às prestações ocorridas em 2015 acima descritas.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

→ **Reservas legais**

A reserva legal foi constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do exercício até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ Reservas de conversão cambial

As diferenças de câmbio, resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira, são registadas no capital próprio nesta rubrica:

	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	117.137	-	(50.815)	66.322
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(187.543)	84.352	-	(103.191)
	(70.406)	84.352	(50.815)	(36.869)
			33.537	

	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	71.028	46.109	-	117.137
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(90.531)	-	(97.012)	(187.543)
	(19.503)	46.109	(97.012)	(70.406)
			(50.903)	

A diminuição de 50.815 milhares de Euros respeita à apropriação, pelo Grupo, das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam no Brasil, no montante desfavorável de 73.084 milhares de Euros, e do respetivo *goodwill*, no montante favorável de 22.269 milhares de Euros (Nota 7).

O aumento de 84.352 milhares de Euros, ocorrido em 2016, respeita às diferenças de câmbio favoráveis, provenientes dos financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, à TAP M&E Brasil, cuja liquidação não é provável que ocorra num futuro previsível, sendo, em substância, uma extensão do investimento líquido do Grupo naquela entidade estrangeira.

A diferença entre o montante líquido da redução do saldo da rubrica de reservas de conversão cambial, no montante de 33.537 milhares de Euros, e o valor registado na demonstração consolidada do rendimento integral no montante de 32.569 milhares de Euros, resulta dos valores afetos a interesses não controlados.

→ Reservas de justo valor

O montante negativo de 461 milhares de Euros (2015: montante negativo de 752 milhares de Euros), apresentado na rubrica "Reservas de justo valor", corresponde ao justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, da subsidiária TAP S.A., contabilizado em conformidade com a política descrita na Nota 2.12., líquido do imposto, no montante de 175 milhares de Euros (2015: 286 milhares de Euros) (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

	2016	2015
<i>Swaps</i> de taxa de juro (Notas 31 e 58)	(636)	(1.038)
	(636)	(1.038)

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro e *jet fuel*, classificados como instrumentos de cobertura, apresentam durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes evoluções:

	Passivo	
	Corrente	Não Corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2015	(49.166)	(1.492)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	35.241	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	52.272	549
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	(87.513)	(549)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	49.166	454
Justo valor em 31 de dezembro de 2015	-	(1.038)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	469
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	(469)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	402
Justo valor em 31 de dezembro de 2016	-	(636)

Importa salientar que, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo não tinha posições abertas de *jet fuel*.

→ Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” corresponde aos resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais. Encontram-se, ainda, registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como os ganhos ou perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego, líquidos de imposto.

→ Resultado por ação

Tendo em consideração que os instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP SGPS, nomeadamente no que diz respeito à conversão das obrigações, produziram efeitos com aprovação da ANAC ocorrida em 23 de dezembro de 2016, o efeito da diluição do resultado por ação foi considerado despreciente (ver detalhe na Nota 1).

	2016	2015
Resultado líquido do exercício das atividades em continuação	(31.957)	(160.439)
Resultado atribuível ao acionista da TAP SGPS	(27.731)	(156.042)
Número médio ponderado de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado básico e diluído por ação das atividades em continuação (valor em Euros)	(21)	(107)
Resultado básico e diluído por ação da unidade operacional descontinuada (valor em Euros)	3	3
Resultado básico por ação (valor em Euros)	(18)	(104)
Resultado diluído por ação (valor em Euros)	(18)	(104)

25 - Interesses não controlados – demonstração da posição financeira

Os interesses não controlados que figuram na demonstração da posição financeira decompõem-se como segue:

	%	2016	2015
Interesses não controlados de capital próprio			
TAP M&E Brasil	1,36%	(5.336)	(3.785)
Cateringpor	49%	3.290	3.210
LFP	49%	5.521	5.382
		3.475	4.807

26 - Provisões

No decurso dos exercícios de 2016 e 2015 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	2016						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	Transferência para passivos não correntes detidos para venda (Nota 23)	
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 45)	20.503	2.816	(3.284)	2.358	850	-	23.243
Provisão para investimentos financeiros (Nota 37)	3.063	-	(1.743)	-	(43)	-	1.277
Outras provisões (Nota 45)	2.560	-	(974)	297	38	-	1.921
	26.126	2.816	(6.001)	2.655	845	-	26.441
	2015						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	Montantes não utilizados revertidos de unidades operacionais descontinuadas (Nota 23)	
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 45)	23.094	5.124	(5.494)	(3.174)	953	-	20.503
Provisão para investimentos financeiros (Nota 37)	4.059	-	(1.067)	-	71	-	3.063
Outras provisões (Nota 45)	2.570	253	(53)	(289)	87	(8)	2.560
	29.723	5.377	(6.614)	(3.463)	1.111	(8)	26.126

Destes movimentos, resultaram ganhos de 1.442 milhares de Euros e de 170 milhares de Euros, em 2016 e 2015, respetivamente, registados na rubrica de provisões (Nota 45).

→ Provisão para processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2016 a provisão existente, no montante de 23.243 milhares de Euros, destina-se a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo, no país e no estrangeiro.

O detalhe da provisão para processos judiciais em curso é conforme segue:

	2016	2015
Grupo TAP (sem a subsidiária TAP M&E Brasil)	11.188	11.121
Subsidiária TAP M&E Brasil	12.055	9.382
	23.243	20.503

Em 31 de dezembro de 2016 a subsidiária TAP M&E Brasil possuía cerca de 1.847 ações laborais (1.900 ações em 31 de dezembro de 2015). A subsidiária é devedora solidária do passivo laboral pela migração de funcionários da VARIG para a TAP M&E Brasil em 2001 e 2002. Há ações laborais propostas por ex-funcionários da VARIG, contra a subsidiária e contra a TAP S.A., devido à demissão dos funcionários da VARIG após o leilão judicial de venda da unidade produtiva desta empresa, ocorrido em julho de 2006.

Estas ações laborais podem ser divididas em 4 categorias: (i) ações sindicais; (ii) ações propostas por aeronautas; (iii) ações propostas por ex-funcionários da VARIG contra esta e contra o Grupo, reclamando a sucessão do vínculo laboral e (iv) ações propostas por prestadores de serviços solicitando a responsabilidade do Grupo face aos débitos laborais eventualmente deferidos.

→ Provisão para investimentos financeiros

Em 2016 o Grupo apropriou ganhos com a associada SPdH no montante de 1.743 milhares de Euros, que foram registados na rubrica de ganhos e perdas em associadas (Nota 37). Adicionalmente, a rubrica “Outros movimentos”, no montante de 43 milhares de Euros, corresponde à apropriação de ganhos com remensurações dos benefícios pós-emprego da SPdH, que foram registados nos resultados transitados do Grupo.

Em 17 de março de 2009, um consórcio de três bancos (o Banco de Investimento Global, S.A. (“BIG”), BANIF-Banco de Investimento, S.A. (“Banif”) e Banco Invest, S.A.) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de Euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência (“AdC”), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista maioritária da SPdH, para uma entidade independente face ao Grupo TAP.

A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma participação de 50,1% do capital social da SPdH.

A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugalá e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal, SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de *handling* a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) ainda não concluíra, à data, os concursos públicos internacionais para emissão de novas licenças, e conseqüente seleção do segundo prestador de serviços nessas categorias de acesso reservado para os aeroportos de Lisboa e Porto, em que a SPdH era opositora, foi, entretanto, publicado o Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro.

O referido Decreto-Lei veio permitir a possibilidade de o INAC prorrogar, a título excecional, as licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala, nas referidas categorias reservadas nos aeroportos de Lisboa e Porto, detidas pela SPdH à data de 31 de dezembro de 2011, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos em curso, iniciassem a sua atividade.

Com fundamento na evolução, entretanto registada, no mercado de assistência em escala em Portugal, foi ordenada a publicação do Despacho nº 14.886-A/2013, de 14 de novembro, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. Esta evolução, consistente com a fundamentação subjacente às propostas legislativas em discussão no seio das instituições da União Europeia, tornou patente, na pendência dos mencionados concursos, a necessidade de introdução de um maior grau de concorrência na prestação de serviços de assistência em escala com vista à redução dos custos das companhias aéreas e, por conseguinte, dos preços por estas cobrados aos passageiros.

O referido Despacho veio permitir o aumento de dois para três do número de prestadores de serviços de assistência em escala nas categorias 3, 4 e 5 nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, mediante o cumprimento de algumas condições/pressupostos relacionados com volumes anuais de tráfego e carga.

Com fundamento na alteração superveniente de pressupostos, o INAC deliberou a anulação da abertura dos concursos para Lisboa, Porto e Faro e a consequente revogação da decisão de contratar, com fundamento na alínea d) do nº 1 do artigo 79º e no nº 1 do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos (CCP), uma vez verificada a alteração dos pressupostos de facto que estiveram na base da abertura dos mencionados concursos.

Na sequência dos factos acima expostos, foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2014, de 11 de abril, que veio alterar o artigo 4º do Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro, tendo aquele passado a dispor que as atuais licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro possam ser prorrogadas até 31 de maio de 2015 ou até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, que vierem a ser selecionados ao abrigo do artigo 27º do Decreto-Lei nº 275/99, de 23 de julho, iniciem a sua atividade nas mencionadas categorias e nas referidas infraestruturas aeroportuárias, caso esta ocorra em momento anterior.

Em setembro de 2014, a Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”), nova designação do INAC lançou 9 concursos públicos para atribuição de licenças de acesso à atividade de assistência em escala nas categorias de bagagem, placa e carga nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, atribuindo-se uma só licença em sete dos nove concursos, sendo que em Lisboa, para bagagem e placa, são atribuídas 2 licenças.

Entretanto, a 21 de maio de 2015, a ANAC emitiu novo título de licença de acesso à atividade que prorroga a validade das licenças de atividade para Lisboa, Porto, Funchal e Porto Santo, inicialmente emitidas com efeitos iniciais a 1 de janeiro de 2005.

Os concursos ainda decorrem nesta data, com exceção da categoria de serviços 3, do Aeroporto do Porto, cuja licença de acesso à atividade foi atribuída à SPdH em 11 de novembro de 2016 e com um período de vigência de 7 anos.

A situação da SPdH no que respeita ao licenciamento da sua atividade em 2016 é conforme segue:

- No que respeita às categorias de serviços de acesso limitado (3, 4 e 5 do Aeroporto de Lisboa e 4 e 5 do Aeroporto do Porto), as prorrogações às licenças de acesso à atividade correspondentes, que haviam sido emitidas em 1 de janeiro de 2005, encontram-se vigentes até à seleção dos prestadores de serviços de assistência em escala a terceiros, no âmbito dos Concursos Públicos Internacionais Limitados por Prévia Qualificação e respetivo início da atividade.
- Nas categorias de serviço não limitadas mantém-se a sua vigência até ao termo das respetivas licenças de utilização do domínio público que lhes estão subjacentes. Assim, as licenças de utilização

do domínio público aeroportuário aplicáveis a Lisboa e Porto para as categorias de serviço não limitadas são válidas até 31 de dezembro de 2022.

- Para as licenças de exercício de atividade e de ocupação aplicáveis aos aeroportos da Madeira e do Porto Santo, cuja prorrogação terminou em 31 de dezembro de 2016 foi requerida, pela SPdH, a prorrogação das mesmas por um período adicional de 7 anos, o que foi formalizado em 23 de setembro de 2016.

Salienta-se que, caso a SPdH não seja selecionada para prestadora dos serviços de *handling* a terceiros, nos futuros concursos públicos internacionais a decorrer, a Pasogal, SGPS, S.A. terá o direito de resolver o supra referido contrato de compra e venda.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a informação financeira relativa à empresa associada SPdH é conforme segue:

	2016				
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	30.363	7.672	22.691	113.935	6.107

	2015				
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	22.551	1.565	20.986	108.048	1.284

→ Outras provisões

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

	2016	2015
Subsidiária TAP M&E Brasil:		
Provisão para contingências tributárias	864	693
Provisão para contingências cíveis	573	422
Restantes subsidiárias:		
Outras provisões	484	1.445
	1.921	2.560

Provisão para contingências tributárias e cíveis

A subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida em processos tributários que se encontram a decorrer, tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais e/ou penhora de bens.

A subsidiária TAP M&E Brasil aderiu, em 2009, ao Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFIS, e parcelou a totalidade das contingências federais, cuja probabilidade de êxito se encontrava classificada como

remota, compensando parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), tendo, naquela data, reduzido à sua dívida o montante de 49.448 milhares de Euros.

Em 9 de julho de 2014 foi promulgada a Medida Provisória nº 651/2014 (MP 651, convertida na Lei 13.043/14) que, entre outros temas, permitia ao contribuinte a possibilidade de pagamento antecipado das dívidas de natureza fiscal, desde que parcelados, com uso de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL.

Neste sentido, a TAP M&E Brasil, mediante parecer legal do referido advogado sobre as condições legais para o benefício das medidas regulamentadas pelo artigo 33º da Medida Provisória, concluiu sobre o cumprimento desses critérios. Consequentemente, a Empresa liquidou 30% da dívida no montante de 71.234 milhares de reais e compensou o restante com os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de 166.214 milhares de reais (51.594 milhares de Euros). Este ganho foi registrado, em 2014, na rubrica de outros rendimentos e ganhos, tendo em consideração que o mesmo decorre, essencialmente, de contribuições previdenciárias que foram registradas nos gastos operacionais.

Adicionalmente, decorrente do critério contabilístico adotado, a subsidiária solicitou um parecer legal sobre o tratamento fiscal relativamente aos efeitos decorrentes da regularização do REFIS com base nos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, onde se verifica que se trata de uma alteração na forma de utilização de um direito já existente, não havendo lugar a interpretação de que tenha sido criado um novo direito, independentemente da sua classificação contabilística. Neste sentido, o ganho operacional originado pela compensação do parcelamento não foi sujeito à tributação de Imposto de Renda, Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Segurança Social (“COFINS”).

A movimentação ocorrida na provisão para contingências tributárias e cíveis foi conforme segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2015	1.099
Reforço/reversão de provisão	252
Reversão por revisão de estimativa	(34)
Variação cambial	(289)
Outros movimentos	87
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.115
Reversão por revisão de estimativa	(13)
Variação cambial	297
Outros movimentos	38
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.437

27 - Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos apresentam o seguinte detalhe:

	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	196.937	445.878	108.133	521.803
Empréstimo obrigacionista	-	126.003	-	-
Passivos por locação financeira	131.057	94.960	90.664	221.567
Descobertos bancários (Nota 22)	280	-	-	-
	328.274	666.841	198.797	743.370

→ Dívida líquida remunerada

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	2016	2015
Financiamentos obtidos		
Não corrente	666.841	743.370
Corrente	328.274	198.797
	995.115	942.167
Caixa e seus equivalentes (Nota 22)		
Numerário	73	94
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	139.117	67.635
Depósitos a prazo	11.278	69.085
	150.468	136.814
Dívida líquida remunerada	844.647	805.353

→ **Empréstimos bancários**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os empréstimos bancários detalham-se como segue:

	2016	2015	Indexante
Não correntes			
TAP SGPS			
Empréstimo bancário BCP	1.827	1.827	Euribor 3 m
TAP S.A.			
Empréstimo bancário Montepio Geral	113.179	39.490	Euribor 3 m
Empréstimo bancário CGD	96.834	121.462	Euribor 6 m
Empréstimo bancário BIC	79.923	79.951	Euribor 3 m
Empréstimo bancário BCP	49.416	74.009	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Novo Banco	41.946	66.738	Euribor 3 m
Empréstimo bancário PK	24.689	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Deutsche Bank	22.179	77.551	Taxa fixa
Empréstimo bancário Banco Popular	15.885	15.859	Euribor 6 m
Empréstimo bancário BPI	-	24.942	Euribor 6 m
Empréstimo bancário Santander	-	19.974	Euribor 12 m
	445.878	521.803	
Correntes			
TAP SGPS			
Empréstimo bancário BCP	14	14	Euribor 3m
TAP S.A.			
Empréstimo bancário Deutsche Bank	56.794	73.280	Taxa fixa
Empréstimo bancário BCP	25.222	124	Euribor 3 m
Empréstimo bancário BPI	25.214	17	Euribor 6 m
Empréstimo bancário CGD	25.180	209	Euribor 6 m
Empréstimo bancário Novo Banco	25.158	371	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Santander	19.983	-	Euribor 12 m
Linha de crédito BIC	18.976	18.373	Libor 6 m
Empréstimo bancário Montepio Geral	268	133	Euribor 3 m
Empréstimo bancário PK	80	-	Euribor 3 m
Empréstimo bancário Banco Popular	48	49	Euribor 6 m
Antecipação das receitas do Brasil - com recurso	-	13.663	Taxa fixa
LFP			
Empréstimo bancário BPI	-	1.900	Euribor 3m
	196.937	108.133	
Empréstimos bancários	642.815	629.936	

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP e conforme enunciado no “Acordo de Venda Direta”, em complemento com o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, referidos na Nota 1, em 12 de novembro de 2015, foi realizada a reestruturação da dívida bancária do Grupo, estando as principais alterações relacionadas com as maturidades dos empréstimos. A esta data encontra-se em curso a reestruturação adicional da dívida bancária do Grupo TAP (Nota 1).

Os empréstimos bancários, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, decompõem-se como segue:

Por maturidade	2016	2015
Até 1 ano	196.937	108.133
De 1 ano até 2 anos	7.301	173.919
De 2 anos até 3 anos	89.753	7.354
De 3 anos até 4 anos	98.170	83.007
De 4 anos até 5 anos	93.577	84.749
Superior a 5 anos	157.077	172.774
	642.815	629.936

Por tipo de taxa de juro	2016	2015
Taxa variável		
Expira num ano	140.143	21.190
Expira entre 1 e 2 anos	-	118.659
Expira entre 2 e 3 anos	82.359	-
Mais de 3 anos	341.340	325.593
	563.842	465.442
Taxa fixa		
Expira num ano	56.794	86.943
Expira entre 1 e 2 anos	7.301	55.260
Expira entre 2 e 3 anos	7.394	7.354
Mais de 3 anos	7.484	14.937
	78.973	164.494
	642.815	629.936

O detalhe dos empréstimos por divisa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016		2015	
	Valores em divisa	Valores em milhares de Euros	Valores em divisa	Valores em milhares de Euros
Empréstimos em EUR	623.839	623.839	597.900	597.900
Empréstimos em USD (Nota 3)	20.003	18.976	20.003	18.373
Empréstimos em BRL (Nota 3)	-	-	58.911	13.663
		642.815		629.936

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vencidos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

→ **Empréstimo obrigacionista**

Em 8 de março de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, sujeito a uma taxa de juro fixa, convertível em ações da TAP SGPS, no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul S.A. e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública (Nota 1). A 31 de dezembro de 2016, ao montante do referido empréstimo de 120 milhões de Euros, acrescem juros a pagar no montante de 6.003 milhares de Euros.

→ **Locação financeira**

O Grupo regista no seu ativo fixo tangível os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo tinha assumido compromissos decorrentes de contratos de locação financeira em conformidade com o descrito na Nota 5, encontrando-se o capital em dívida incluído na demonstração da posição financeira na rubrica “Financiamentos obtidos”, como segue:

	2016	2015
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Equipamento básico	225.233	312.148
Outros ativos fixos tangíveis	784	83
	226.017	312.231
Pagamentos futuros de capital		
Até 1 ano	131.057	90.664
De 1 ano até 5 anos	94.949	221.567
Mais de 5 anos	11	-
	226.017	312.231

A decomposição dos passivos por locação financeira, por maturidade e por tipo de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

Por maturidade	2016	2015
Até 1 ano	131.057	90.664
De 1 a 2 anos	52.364	127.445
De 2 a 3 anos	31.450	52.046
De 3 a 4 anos	10.887	31.447
De 4 a 5 anos	122	10.629
Mais de 5 anos	137	-
	226.017	312.231
Por tipo de taxa de juro	2016	2015
Taxa variável		
Expira num ano	34.343	47.873
Expira entre 1 e 2 anos	27.213	34.047
Expira entre 2 e 3 anos	6.019	27.030
Mais de 3 anos	379	6.163
	67.954	115.113
Taxa fixa		
Expira num ano	96.714	42.791
Expira entre 1 e 2 anos	25.151	93.398
Expira entre 2 e 3 anos	25.431	25.016
Mais de 3 anos	10.767	35.913
	158.063	197.118
	226.017	312.231

As locações financeiras por divisa apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Locação financeira em EUR	137.701	205.773
Locação financeira em USD (Nota 3)	88.316	106.456
Locação financeira em BRL (Nota 3)	-	2
	226.017	312.231

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vincendos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

Alguns passivos remunerados apresentam garantias reais, nomeadamente as locações financeiras, os empréstimos obtidos junto do Banco BIC e Montepio e o empréstimo obrigacionista.

→ **Locação operacional**

Conforme referido na Nota 2.25., estas responsabilidades não se encontram registadas na demonstração da posição financeira consolidada do Grupo. Os contratos de locação operacional do Grupo têm durações variáveis que podem ir até aos 7 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 31 de dezembro de 2016, existiam em regime de locação operacional, quarenta e quatro aeronaves (Nota 5) e quatro reatores.

Em 31 de dezembro de 2016 existiam compromissos financeiros, assumidos pelas subsidiárias TAP S.A. e Portugalia, relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 435.539 milhares de Euros (470.382 milhares de dólares). Em 31 de dezembro de 2015 estes compromissos diziam respeito apenas à TAP S.A., no montante de 342.014 milhares de Euros, correspondentes a 366.639 milhares de dólares (Nota 60).

Os planos de pagamento das rendas das locações operacionais detalham-se como segue:

	2016	2015
Até 1 ano	120.906	85.276
De 1 a 2 anos	107.801	76.960
De 2 a 3 anos	84.563	67.240
De 3 a 4 anos	54.311	52.476
Mais de 4 anos	67.958	60.062
	435.539	342.014

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que em 31 de dezembro de 2016 totalizavam 29.750 milhares de Euros e em 31 de dezembro de 2015 totalizavam 12.954 milhares de Euros (Nota 18). Estes depósitos serão devolvidos ao Grupo, à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de *leasings* operacionais, obrigações de caráter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, na sequência da reestruturação da dívida financeira acima referida e emissão do empréstimo obrigacionista, foram assumidos compromissos de acompanhamento da *performance* financeira do Grupo TAP, através da análise e cumprimento de determinados rácios relacionados, nomeadamente, com os capitais próprios, EBITDAR, dívida financeira líquida não garantida e valor mínimo de caixa e seus equivalentes não restritos. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

28 - Responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo TAP é responsável pelo pagamento de benefícios pós-emprego a empregados aposentados, pré-reformados e ainda no ativo.

→ **Complementos de pensões de reforma e prestações de pré-reforma – TAP S.A.**

De acordo com as normas vigentes na TAP S.A., esta assegura aos empregados, admitidos até 31 de maio de 1993, a diferença entre a pensão de reforma, por limite de idade ou invalidez, atribuída pela Segurança Social, e um montante mínimo garantido pela TAP S.A. Este montante corresponde a uma percentagem fixa de parte do vencimento pensionável (remuneração de base + anuidades), à data da reforma, por cada ano de serviço na empresa, até um máximo de 20 anos, conforme segue:

- Pessoal navegante (pilotos e técnicos de voo) - 3,2% por ano de serviço;
- Pessoal de terra e pessoal navegante de cabine - 4% por ano de serviço.

Adicionalmente, a TAP S.A. assumiu responsabilidades pelo pagamento de prestações de pré-reforma, cujo montante é fixado, de modo a que o respetivo valor líquido a receber em situação de pré-reforma, se situe entre 75% e 100% do valor líquido que o empregado auferia no ativo na data da passagem à pré-reforma.

Em outubro de 2008 foi alterado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (“SPAC”), o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o plano de pensões pressupõe a bonificação do tempo de serviço garantida pelo Estado (de 15% ou 10%, conforme a data de início da carreira contributiva) e a

possibilidade de bonificação adicional (até 25% ou 30%) por opção do beneficiário na data da passagem à reforma (esta bonificação adicional será encargo da TAP S.A.);

- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: o plano de pensões é constituído por um regime de contribuição definida, no montante de 7,5% da remuneração de base efetivamente auferida (14 vezes por ano), do qual 80% é encargo da TAP S.A. Este plano está garantido por contratos de adesão a fundos abertos de pensões, sendo gerido pelo Banco Português de Investimento (“BPI”). Os contratos de adesão e a gestão são opção do SPAC, conforme previsto na regulamentação coletiva.

A TAP S.A. tem registado, a totalidade das suas responsabilidades com serviços passados pelo pagamento de complementos de pensões e prestações de pré-reforma, referente ao plano de benefícios definidos.

A quantificação das responsabilidades teve em devida consideração que, nos termos expressos da regulamentação coletiva que consagra o plano de pensões referido, a pensão total garantida pela TAP S.A., ou seja, pensão da segurança social e complemento de reforma, nunca será superior ao valor da remuneração base mensal líquida de IRS e Segurança Social no ativo. Esta premissa não é aplicável, por não estar consagrada na regulamentação coletiva referente ao pessoal navegante técnico, para o qual aquele limite não existe e o salário pensionável é constituído pelo vencimento base da tabela de remunerações, adicionado do vencimento do exercício e das senioridades.

Para cobrir as responsabilidades com o plano de benefícios definidos, a TAP S.A. celebrou um contrato de adesão ao Fundo aberto de Pensões VIVA. A partir de 2011, o encargo com complementos de reforma, constituídos desde 1998, é assumido pela adesão. O gasto anual com pensões é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente, em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante. Os encargos com complementos de reforma, constituídos até dezembro de 1997, com prestações de pré-reforma e com a parte dos complementos de reforma dos pilotos, que excede o limite referido no parágrafo anterior, são assumidos diretamente pela TAP S.A. e estão cobertos por provisão própria.

→ **Pensões - TAP M&E Brasil**

A partir de 1 de janeiro de 2002, a subsidiária TAP M&E Brasil tornou-se uma das patrocinadoras do Instituto AERUS de Segurança Social (“AERUS”), por meio de um plano de reforma complementar assegurado aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios II - VEM.

Em 2008, a subsidiária solicitou a transferência do administrador do fundo de benefícios dos seus empregados da entidade AERUS. Este processo foi, inicialmente, recusado pela sociedade gestora do fundo AERUS, que alegou que a TAP M&E Brasil possuía dívidas não reconhecidas na transferência de responsabilidades com benefícios pós-emprego, por ser co-responsável pelo *deficit* dos fundos de pensões de outros patrocinadores. A TAP M&E Brasil questionou a validade jurídica da referida dívida e foi declarado pelos órgãos competentes não haver razão para a oposição à transferência acima referida, pelo que, em 15 de junho de 2012 foi efetuada

a transferência, com sucesso, para o Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social (“PETROS”), tendo sido renomeado para Plano TAPMEPrev.

Apesar de se tratar de um plano cujo benefício é de “contribuição definida”, o plano também oferece benefícios de invalidez e morte sob o conceito de “benefícios definidos”, além de garantir benefícios especiais a um grupo de empregados oriundos da VARIG, que foram absorvidos no quadro da subsidiária, aquando da cisão das operações desta empresa.

Assim, apenas a componente de benefício definido, referida anteriormente, se encontra registada na rubrica “Responsabilidades com benefícios pós-emprego”.

→ **Pensões – Portugalia**

A Portugalia constituiu, em 1 de janeiro de 2010, um plano de contribuições definidas para o pessoal navegante técnico. Este plano é gerido pelo BPI, para o qual a subsidiária contribui mensalmente com 6% sobre o ordenado, efetivamente auferido, dos pilotos, 14 vezes por ano. Os empregados efetuam contribuições de 1,5%, podendo adicionalmente efetuar contribuições suplementares entre 1% e 5%.

→ **Pensões – UCS**

A UCS tem a responsabilidade, face ao que se encontra internamente regulamentado, de conceder, através de um plano de benefícios definidos, complementos de pensões de reforma na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social. Para cobrir essa responsabilidade, a Empresa subscreveu o Fundo de Pensões Horizonte Valorização. O gasto anual com pensões, que inclui as contribuições para o fundo, é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante.

→ **Prémio de jubilação - PNT – TAP S.A.**

O Acordo de Empresa da TAP S.A., celebrado com o SPAC prevê a garantia, por parte da TAP S.A., a favor dos pilotos admitidos até 31 de maio de 2007, para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma por velhice, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- Condições de admissão: pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- Idade normal de reforma: 65 anos;
- Garantias: cada participante terá direito, na data da reforma, a um capital, mínimo, de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do Plano de Benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela TAP S.A. e pelo rendimento obtido, a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo, que suporta esta modalidade de seguro.

Em outubro de 2008, foi alterado o Acordo de Empresa com o SPAC, o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o prémio de jubilação é mantido, mas apenas será devido no caso de, na data da reforma, estar constituído o direito à pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano completo de prestação de serviço, após a idade de reforma antecipada, sem penalizações e com bonificação;
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: não existe direito ao prémio de jubilação.

→ **Cuidados de Saúde – TAP S.A.**

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do gasto do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A.

A TAP S.A. entende que, o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores reformados, a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS, não constitui uma obrigação, mas tão-somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente e reformados, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo TAP foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 31 de dezembro de 2016 e 2015, elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2016		2015	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Tábua de mortalidade	TV 88/90	AT2000	TV 88/90	AT2000
Tábua de invalidez	EKV 1980	Winklevoss	EKV 1980	Winklevoss
Taxa de desconto	2,00%	11,59%	2,50%	13,15%
Taxa de rendimento do fundo	2,00%	11,59%	2,50%	13,15%
Taxa de crescimento				
Salários	1,50%	6,56%	1,50%	6,56%
Pensões	1,00%	5,50%	1,00%	5,50%
Tendência dos custos médicos	1,50%	--	1,50%	--

A evolução das responsabilidades líquidas, por serviços passados, a 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se da seguinte forma:

	2016	2015
Responsabilidade por serviços passados no início do exercício	54.268	56.626
Juro líquido	1.278	2.043
Custo dos serviços correntes	3.860	3.622
Contribuições para o fundo de pensões	(5.174)	(5.218)
Remensurações	16.054	2.731
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	1.085	(1.635)
Benefícios pagos	(3.683)	(3.901)
Responsabilidade por serviços passados no final do exercício	67.688	54.268

As responsabilidades para os exercícios de 2016 e 2015 detalham-se como segue:

	2016							Brasil	UCS	Total
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra				
Responsabilidades por serviços passados										
- Ativos	359	-	2.313	-	67.777	-	9.545	122	80.116	
- Pré-reformados	61	-	367	32	-	-	-	-	460	
- Aposentados	9.959	35.424	-	2.908	-	16.133	68.680	-	133.104	
Valor de mercado dos fundos	(16.280)	-	-	-	(49.145)	(14.806)	(65.639)	(653)	(146.523)	
Insuficiência(excesso)	(5.901)	35.424	2.680	2.940	18.632	1.327	12.586	(531)	67.157	

	2015							Brasil	UCS	Total
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra				
Responsabilidades por serviços passados										
- Ativos	324	-	1.841	-	58.921	-	-	9	61.095	
- Pré-reformados	83	-	456	45	-	-	51.319	-	51.903	
- Aposentados	9.951	37.197	-	2.957	-	15.859	-	-	65.964	
Valor de mercado dos fundos	(16.792)	-	-	-	(44.527)	(15.641)	(47.725)	(646)	(125.331)	
Insuficiência(excesso)	(6.434)	37.197	2.297	3.002	14.394	218	3.594	(637)	53.631	

O excesso de financiamento do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS, no montante de 531 milhares de Euros, encontra-se registado na rubrica de outras contas a receber (2015: 637 milhares de Euros) (Nota 18).

As responsabilidades para os exercícios de 2012 a 2014 detalham-se como segue:

	2014								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	646	-	1.782	-	51.203	-	-	37	53.668
- Pré-reformados	129	-	476	87	-	-	9.065	-	9.757
- Aposentados	10.536	39.836	-	3.116	-	15.767	58.475	-	127.730
Valor de mercado dos fundos	(16.954)	-	-	-	(39.595)	(15.549)	(62.394)	(620)	(135.112)
Insuficiência(excesso)	(5.643)	39.836	2.258	3.203	11.608	218	5.146	(583)	56.043

	2013								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	1.739	-	1.062	-	39.334	-	-	5	42.140
- Pré-reformados	258	-	2.306	166	-	-	8.557	-	11.287
- Aposentados	9.765	38.569	-	2.948	-	16.180	51.903	-	119.365
Valor de mercado dos fundos	(16.443)	-	-	-	(35.218)	(14.948)	(58.585)	(587)	(125.781)
Insuficiência(excesso)	(4.681)	38.569	3.368	3.114	4.116	1.232	1.875	(582)	47.011

	2012								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	2.214	-	419	-	35.747	-	-	7	38.387
- Pré-reformados	2.197	-	2.970	254	-	-	90.056	-	95.477
- Aposentados	9.442	39.994	-	2.739	-	13.958	153	-	66.286
Valor de mercado dos fundos	(15.943)	-	-	-	(32.106)	(13.131)	(67.937)	(554)	(129.671)
Insuficiência(excesso)	(2.090)	39.994	3.389	2.993	3.641	827	22.272	(547)	70.479

De acordo com o estudo atuarial realizado por entidade independente, a melhor estimativa de contribuições para os planos de benefícios de pensões, para o exercício subsequente, é de 6.679 milhares de Euros da subsidiária TAP S.A. e de 3.410 milhares de Euros da subsidiária TAP M&E Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os planos de benefício definido do Grupo TAP, em Portugal (excluindo a Representação de Inglaterra e o Brasil), abrangiam 2.232 e 2.270 beneficiários no ativo, respetivamente. O total de reformados com direito a complemento de reforma (ou pré-reforma) era, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de 808 e 840 beneficiários, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido "Pensões VIVA" é de 12 anos (2015: 10,8 anos) e para o plano "Prémios Jubileu" é de 12 anos (2015: 13 anos).

Análises de sensibilidade

→ Taxa de desconto anual

O aumento (diminuição) de 0,25% na taxa de desconto anual dos planos de benefícios definidos “Pensões VIVA”, “Prêmios Jubileu” e “Pensões Horizonte Valorização”, bem como o aumento (diminuição) de 1% na taxa de desconto anual do plano de benefício definido “TAPMEPrev - Brasil”, corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

	Taxa	Plano VIVA*	Prêmios Jubileu	Pensões Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pensões	2,00%	48.483	67.777	122
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	2,25%	47.420	65.275	119
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	1,75%	49.591	70.401	124

* Inclui "Pensões VIVA", "Antes de 1997" e "Ativos"

	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pensões	11,59%	78.225
Aumento de 1% na taxa de desconto	12,59%	71.349
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	10,59%	86.461

→ Taxa de tendência dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registre um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	Taxa	2016	2015
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	2.940	3.002
Aumento de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	2,50%	3.192	3.262
Decréscimo de 1% na taxa de tendência dos custos médicos	0,50%	2.718	2.773

Evolução das responsabilidades por serviços passados

O movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas, refletidas na demonstração da posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme segue:

	2016								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	10.358	37.197	2.297	3.002	58.921	15.859	51.319	9	178.962
Variação cambial	-	-	-	-	-	(1.779)	14.415	-	12.636
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	31	-	-	-	3.734	-	95	14	3.874
Juro líquido	258	744	243	75	1.250	866	6.853	1	10.290
Remensurações	522	1.166	140	(137)	4.329	1.757	10.157	98	18.032
Benefícios pagos	(790)	(3.683)	-	-	(457)	(570)	(4.614)	-	(10.114)
Responsabilidades no fim do exercício	10.379	35.424	2.680	2.940	67.777	16.133	78.225	122	213.680

	2015								
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	11.311	39.836	2.258	3.203	51.203	15.767	67.540	37	191.155
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	(17.583)	-	(17.583)
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	58	-	-	-	3.343	-	221	12	3.634
Juro líquido	283	996	57	80	1.369	92	7.076	1	9.954
Remensurações	(733)	266	(18)	(281)	3.922	-	(1.996)	(41)	1.119
Benefícios pagos	(561)	(3.901)	-	-	(916)	-	(3.939)	-	(9.317)
Responsabilidades no fim do exercício	10.358	37.197	2.297	3.002	58.921	15.859	51.319	9	178.962

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios com pensões

Nos exercícios de 2016 e 2015 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

	2016					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.792	44.527	15.641	47.725	646	125.331
Variação cambial	-	-	(1.496)	13.047	-	11.551
Dotação efetuada no exercício	-	4.200	-	974	-	5.174
Juro líquido	278	1.113	1.112	6.508	7	9.018
Remensurações	-	(238)	119	1.999	-	1.880
Benefícios pagos	(790)	(457)	(570)	(4.614)	-	(6.431)
Saldo final	16.280	49.145	14.806	65.639	653	146.523

	2015					
	Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.954	39.595	15.549	62.394	620	135.112
Variação cambial	-	-	-	(15.948)	-	(15.948)
Dotação efetuada no exercício	-	4.656	92	470	-	5.218
Juro líquido	399	990	-	6.521	26	7.936
Remensurações	-	202	-	(1.773)	-	(1.571)
Benefícios pagos	(561)	(916)	-	(3.939)	-	(5.416)
Saldo final	16.792	44.527	15.641	47.725	646	125.331

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme segue:

2016							
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.995	-	9.377	8.533	163	23.068
Obrigações	1	4.964	47.897	4.019	57.106	457	114.443
Dívida Pública	1	4.859	-	-	-	-	4.859
Imobiliário	2	547	383	-	-	33	963
Liquidez	1	915	865	-	-	-	1.780
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.410	-	-	1.410
		16.280	49.145	14.806	65.639	653	146.523

2015							
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.921	-	9.906	6.204	169	21.200
Obrigações	1	4.861	43.659	4.245	41.521	435	94.721
Dívida Pública	1	4.965	-	-	-	-	4.965
Imobiliário	2	586	347	-	-	25	958
Liquidez	1	1.459	521	-	-	17	1.997
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.490	-	-	1.490
		16.792	44.527	15.641	47.725	646	125.331

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego, o detalhe é conforme segue:

2016									
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	31	-	-	-	3.734	-	95	14	3.874
Juro líquido	(18)	744	243	75	138	(246)	342	(6)	1.272
	13	744	243	75	3.872	(246)	437	8	5.146

2015									
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	58	-	-	-	3.343	-	221	12	3.634
Juro líquido	(116)	996	57	80	379	92	555	(25)	2.018
	(58)	996	57	80	3.722	92	776	(13)	5.652

Conforme mencionado, os pilotos da TAP S.A., admitidos após 1 de junho de 2007, e os pilotos da Portugália beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o exercício de 2016, um gasto na rubrica “Gastos com o pessoal – gastos com benefícios pós-emprego” no montante de 1.723 milhares de Euros (2015: 1.739 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas no ano a favor dos seus empregados.

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego, dos exercícios de 2016 e 2015, encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 42).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	2016								Total
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	238	(119)	(1.999)	-	(1.880)
	-	-	-	-	238	(119)	(1.999)	-	(1.880)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-	59	-	59
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	478	1.403	160	168	5.135	-	9.375	-	16.719
(Ganhos)/perdas de experiência	44	(237)	(20)	(305)	(806)	1.757	723	98	1.254
	522	1.166	140	(137)	4.329	1.757	10.157	98	18.032
Total das remensurações	522	1.166	140	(137)	4.567	1.638	8.158	98	16.152

	2015								Total
	Pensões VIVA	Antes de 1997	Ativos	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	
Remensurações									
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	-	(202)	-	1.773	-	1.571
	-	-	-	-	(202)	-	1.773	-	1.571
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	(211)	-	141	-	(70)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	-	-	-	(4.454)	-	(4.454)
(Ganhos)/perdas de experiência	(733)	266	(18)	(281)	4.133	-	2.317	(41)	5.643
	(733)	266	(18)	(281)	3.922	-	(1.996)	(41)	1.119
Total das remensurações	(733)	266	(18)	(281)	3.720	-	(223)	(41)	2.690

Os ganhos/perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral do Grupo. A diferença para o montante registado na demonstração consolidada do rendimento integral respeita às remensurações da associada SPdH, consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 26), no montante de 43 milhares de Euros (2015: 71 milhares de Euros).

29 - Adiantamentos de clientes

O saldo da rubrica de adiantamentos de clientes apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Ministère de la Défense	308	308
Linhas Aéreas de Angola - TAAAG	237	230
Agências de viagens	147	89
Passageiros diversos	64	81
Outros	647	551
	1.403	1.259

30 - Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Fornecedores - conta corrente	120.085	153.391
Fornecedores - faturas em receção e conferência	31.598	14.452
	151.683	167.843

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica detalha-se do seguinte modo:

	2016	2015
ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.	27.888	49.865
Fornecedores da TAP M&E Brasil	26.619	20.206
Petrogal, S.A.	8.080	7.867
Eurocontrol - EU	7.935	7.908
Petrobras Distribuidora S/A	3.428	1.676
CFM International, S.A.	2.756	769
Entidades relacionadas (Nota 56)	1.916	6.862
Outros	73.061	72.690
	151.683	167.843

31 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outras contas a pagar” decompõe-se como segue:

	2016		2015	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de gastos	204.333	104.843	173.171	82.981
Entidades relacionadas (Nota 56)	7.500	-	193	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	6.047	-	1.371	-
Pessoal	5.675	-	3.668	-
Sindicatos	283	-	292	-
Outros	91.032	636	72.265	1.038
	314.870	105.479	250.960	84.019

→ Acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Acréscimos de gastos” detalha-se do seguinte modo:

	2016		2015	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Remunerações	77.669	-	64.054	-
Manutenção - locação operacional	22.569	104.843	14.416	82.981
Taxas de navegação aérea	12.348	-	13.082	-
Combustíveis de avião	11.313	-	12.834	-
Encargos especiais da atividade de venda	10.360	-	7.604	-
Remunerações - pessoal navegante	9.345	-	7.235	-
Remunerações variáveis	6.425	-	5.787	-
Booking fees	4.849	-	566	-
Conservação e reparação de material	3.461	-	7.213	-
Assistência por terceiros	2.868	-	3.841	-
Trabalhos especializados	2.867	-	3.706	-
Taxas embarque passageiros	2.134	-	3.015	-
Seguros a liquidar	1.361	-	3.304	-
Taxas de aterragem	1.321	-	601	-
Outros	35.443	-	25.913	-
	204.333	104.843	173.171	82.981

O incremento dos acréscimos de gastos de manutenção nos contratos de locação operacional decorre, essencialmente, da operação de *sale and leaseback* de três aeronaves A330, ocorrida no primeiro semestre de 2016, pelo prazo médio de 3 anos, a qual representou um acréscimo de responsabilidades contratuais a esta data.

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes, em função da receita voada do exercício, obtida por este canal.

→ Outros - não correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica refere-se ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxa de juro), nos montantes de 636 milhares de Euros e 1.038 milhares de Euros, respetivamente (Notas 24 e 58).

→ Outros - correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros - correntes” detalha-se do seguinte modo:

	2016	2015
Taxas e impostos	72.461	56.779
Indemnizações de acidentes de trabalho	877	782
Outros	17.694	14.704
	91.032	72.265

A rubrica de taxas e impostos refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos. A variação verificada está diretamente relacionada com a variação da rubrica de documentos pendentes de voo, pelo aumento do número de bilhetes emitidos no segundo semestre do ano, quando comparado com igual período do ano anterior.

32 - Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a responsabilidade do Grupo, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, registada na rubrica “Documentos pendentes de voo”, era a seguinte:

	2016	2015
Passageiros	317.317	270.516
Carga	550	552
	317.867	271.068

A variação verificada nesta rubrica está relacionada com o efeito conjunto do aumento do prazo de antecipação da compra face à data do voo e do aumento do número de bilhetes vendidos.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, com base nas análises parciais e periódicas que são efetuadas a esta rubrica (Nota 2.27.), resultaram ajustamentos às receitas de transporte de passageiros e de carga, respetivamente, nos montantes de 74.553 milhares de Euros (3,5% da receita voada) e 73.214 milhares de Euros (3,3% da receita voada), que foram reconhecidos na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

35 - Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as vendas e serviços prestados, por mercado externo e interno, apresentam-se como segue:

	2016	2015
Vendas		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	419	391
Catering	6.193	5.910
Cuidados de saúde	155	136
Outras	1.373	1.382
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	29.056	18.576
	37.196	26.395
Serviços prestados		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	163.910	129.510
Catering	2.492	2.242
Cuidados de saúde	3.342	3.307
Tecnologias de informação	1.744	1.035
Outras	4.677	3.870
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	2.076.277	2.242.363
	2.252.442	2.382.327
	2.289.638	2.408.722

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são como segue:

2016	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil			
Vendas e serviços prestados:						
Continente e ilhas	150.712	13.617	-	8.685	11.291	184.305
Europa	880.860	38.567	-	-	-	919.427
Atlântico Sul	586.150	8.288	81.248	-	-	675.686
Atlântico Norte	176.512	9.805	-	-	-	186.317
Atlântico Médio	31.309	-	-	-	-	31.309
África	284.854	569	-	-	-	285.423
Outros	-	7.171	-	-	-	7.171
	2.110.397	78.017	81.248	8.685	11.291	2.289.638

2015	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil			
Vendas e serviços prestados:						
Continente e ilhas	114.830	15.071	-	8.152	9.730	147.783
Europa	854.196	72.796	-	-	-	926.992
Atlântico Sul	728.516	2.415	62.666	-	-	793.597
Atlântico Norte	124.900	3.426	-	-	-	128.326
Atlântico Médio	68.505	-	-	-	-	68.505
África	335.749	1.385	-	-	-	337.134
Outros	148	6.237	-	-	-	6.385
	2.226.844	101.330	62.666	8.152	9.730	2.408.722

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são definidas com base no país destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo, o qual no caso do transporte aéreo se entende como o país de destino do voo.

36 – Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor desta rubrica ascendia a 1.106 milhares de Euros e 594 milhares de Euros, respetivamente.

37 - Ganhos e perdas em associadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de ganhos e perdas em associadas detalha-se do seguinte modo:

	2016	2015
Ganhos		
SPdH	1.743	1.067
	1.743	1.067

O valor registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nos montantes de 1.743 milhares de Euros e 1.067 milhares de Euros, respetivamente, corresponde à apropriação da participação nos resultados líquidos da empresa associada SPdH (Nota 26).

38 - Variação da produção

A variação da produção em 2016 e 2015 foi como segue:

	2016	2015
Inventários iniciais (Nota 20)	(5.545)	(14.173)
Regularização de inventários	(5)	39
Inventários finais (Nota 20)	7.870	5.545
	2.320	(8.589)

39 - Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade, em 2016 e 2015, nos montantes de 559 milhares de Euros e 608 milhares de Euros, respetivamente, referem-se a gastos com pessoal e outros incluídos no custo de aquisição/produção de inventários, com duração superior a um ano.

40 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2016 e 2015 foi como segue:

	2016		2015	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais (Nota 20)	16.719	108.125	15.112	117.319
Compras	5.603	156.592	22.337	126.864
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 23)	(17.194)	(14)	(16.648)	(19)
Regularização de inventários	-	3.629	(5)	(12.945)
Inventários finais (Nota 20)	(64)	(127.001)	(16.719)	(108.125)
	5.064	141.331	4.077	123.094
		146.395		127.171

Os custos com mercadorias vendidas e consumidas aumentou 15%, em 2016, face ao ano anterior, tendo-se ficado a dever ao aumento do consumo de materiais na atividade de manutenção e engenharia em Portugal, apesar da diminuição da atividade para terceiros, pelo facto da atividade para a própria empresa ter aumentado, em termos comparativos, nomeadamente com os 11 *phase-in* do ano de 2016, que implicaram um consumo significativo de materiais para adaptação e alteração das aeronaves.

Em 2016 e 2015, a rubrica “Regularização de inventários” refere-se, essencialmente, à variação cambial verificada nos inventários da subsidiária brasileira, denominados em reais, e à capitalização de gastos com manutenção da frota própria.

41 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são decompostos como segue:

	2016	2015
Combustíveis de avião	433.819	660.310
Serviços de <i>handling</i>	153.292	154.337
Taxas de navegação aérea	141.847	151.730
Locação operacional de aeronaves e sobressalentes	118.862	77.595
Conservação e reparação de equipamento de voo	115.165	102.474
Trabalhos especializados	108.323	93.952
Taxas de aterragem	76.362	74.233
Despesas a bordo	46.523	50.296
Comissões	34.475	36.271
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	28.023	26.679
Alojamento e alimentação nas escalas	23.537	25.255
Rendas e alugueres	16.702	17.555
Subcontratos	16.343	16.417
Conservação e reparação de outros ativos	14.876	14.456
Honorários	6.196	6.231
Seguros	5.828	6.834
Vigilância e segurança	3.023	2.848
Outros gastos com fornecimentos e serviços externos	167.916	146.909
	1.511.112	1.664.382

A rubrica “Outros gastos com fornecimentos e serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Outras despesas com passageiros	24.989	25.899
Taxas de controlo de tráfego aéreo	22.635	20.749
Facilidades nos aeroportos	22.243	16.896
Fretamento de aviões	21.198	13.573
Publicidade e propaganda	21.009	13.934
Encargos com bagagem - carga e correio	13.768	16.272
Despesas em terra com passageiros da classe executiva	8.850	7.409
Comunicação	6.970	7.528
Transporte de mercadorias	4.821	4.338
Eletricidade	4.455	4.491
Limpeza, higiene e conforto	3.610	3.594
Deslocações e estadas	3.287	2.898
Outros	10.081	9.328
	167.916	146.909

A diminuição dos gastos relacionados com fornecimentos e serviços externos deve-se, essencialmente, à diminuição dos gastos com os combustíveis, por um lado pelo efeito da redução do preço médio do *jet fuel* e por outro pelo facto de terem sido reconhecidas perdas com instrumentos financeiros derivados contratados em 2014, os quais originaram perdas de 80 milhões de Euros em 2015, situação que não se verifica em 2016 (ver Nota 3).

O aumento dos encargos com *leasing* operacional justifica-se pelo aumento médio do número de aviões em locação operacional, especificamente o facto de no final do exercício de 2015, terem incorporado neste regime de locação 6 aeronaves A319, a inclusão durante o exercício de 2016 de 9 aeronaves Embraer E190 e 5

aeronaves A330 e ainda pela realização do contrato de ACMI com a White, referente a 8 aeronaves ATR 72-600 (Nota 5).

42 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se conforme segue:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	438.935	421.855
Encargos sociais	88.208	84.606
Outros gastos com o pessoal	51.819	43.105
Gastos com benefícios pós-emprego (Nota 28)	6.869	7.391
	585.831	556.957

O aumento dos gastos com pessoal decorre, essencialmente, da reposição das senioridades de pessoal e compensação do pessoal de voo verificadas em 2016.

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais do Grupo TAP, em 2016 e 2015, foram:

	2016	2015
Conselho Administração (Nota 56)	2.315	2.261
Assembleia Geral	-	3
Conselho Fiscal / Fiscal Único	93	11
	2.408	2.275

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” detalha-se do seguinte modo:

	2016	2015
Seguros	19.178	19.493
Gastos de ação social	10.329	10.036
Indemnizações	7.811	3.111
Comparticipação de refeições	5.032	5.015
Formação	4.656	1.094
Outros	4.813	4.356
	51.819	43.105

43 - Imparidade de inventários (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica detalha-se como segue:

	2016		2015	
	Imparidade em inventários	Reversão de imparidade em inventários	Imparidade em inventários	Reversão de imparidade em inventários
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 20)	2.643	(831)	533	(739)
	2.643	(831)	533	(739)
		1.812		(206)

44 - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica detalha-se conforme segue:

	2016		2015	
	Imparidade de contas a receber	Reversão de imparidade de contas a receber	Imparidade de contas a receber	Reversão de imparidade de contas a receber
Clientes (Nota 21)	4.485	(2.399)	6.908	(1.363)
Outras contas a receber - correntes (Nota 18)	73	(30)	143	(33)
	4.558	(2.429)	7.051	(1.396)
		2.129		5.655

45 - Provisões (aumentos/reduções)

O detalhe do valor apurado na rubrica de provisões, líquidas de dotações e reversões, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	2016	2015
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 26)	(468)	(370)
Outras provisões (Nota 26)	(974)	200
	(1.442)	(170)

46 - Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)

Em 2016 foi reconhecida uma perda por imparidade na subsidiária Portugália referente às suas aeronaves, no montante de 2.294 milhares de Euros, tendo em consideração as avaliações obtidas a esta data. Importa salientar que a referida frota não se encontra em exploração dada a renovação ocorrida em 2016 (ver Nota 3).

47 - Aumentos/reduções de justo valor

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecido, nos resultados do exercício, um ganho de 32 milhares de Euros (2015: uma perda de 174 milhares de Euros) resultantes da variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 6).

48 - Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	24.630	37.593
Ganhos em ativos fixos tangíveis	16.851	25.628
Diferenças de câmbio favoráveis operacionais	3.836	-
Ganhos em inventários	232	83
Descontos de pronto pagamento obtidos	107	140
Outros rendimentos e ganhos	135	977
	45.791	64.421

A rubrica “Rendimentos suplementares” apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Material de armazém recuperado	5.536	8.660
Venda de milhas	3.186	8.547
Rendas e sublocações	2.784	2.881
Publicidade	2.610	3.766
Outras	10.514	13.739
	24.630	37.593

A variação verificada em ganhos em ativos fixos tangíveis, deve-se, essencialmente, à mais-valia originada pela alieação de três aeronaves A330 numa operação de *sale and leaseback* no primeiro semestre de 2016, no montante de 16.261 milhares de Euros (Nota 5), em comparação com a mais-valia originada em 2015 pela alienação de seis aeronaves A319 no montante de 24.207 milhares de Euros.

49 - Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	2016	2015
Impostos	9.280	10.210
Outros gastos e perdas de serviços financeiros	6.079	5.448
Indemnizações por ação judicial	4.151	2.896
Perdas em ativos fixos tangíveis	1.591	2.621
Perdas em inventários	820	1.364
Multas e penalidades	191	484
Diferenças de câmbio desfavoráveis operacionais	-	51.125
Outros	3.000	2.809
	25.112	76.957

No exercício de 2015, os gastos com diferenças de câmbio desfavoráveis decorreram, maioritariamente, do efeito conjunto da desvalorização do real e valorização do dólar, face ao euro.

50 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica decompõe-se como segue:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)		
Edifícios e outras construções	5.689	5.748
Equipamento básico	46.513	53.436
Equipamento de transporte	296	166
Ferramentas e utensílios	887	998
Equipamento administrativo	1.079	1.062
Outros ativos fixos tangíveis	210	191
	54.674	61.601
Ativos intangíveis (Nota 8)		
Programas de computador	228	250
	228	250
	54.902	61.851

Os gastos com depreciações e amortizações reduziram em 2016 cerca de 11%, essencialmente, pelo efeito da redução do número de aeronaves em propriedade plena ou locação financeira (Nota 5).

51 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos/suportados

Os juros e rendimentos similares obtidos e os juros e gastos similares suportados, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalham-se como segue:

	2016	2015
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos de investimentos	2.877	4.631
	2.877	4.631
Gastos e perdas		
Juros suportados de financiamentos	39.640	42.966
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.734	20.143
Outros gastos e perdas financeiros	1.816	4.795
	44.190	67.904

O valor dos juros suportados de financiamentos encontra-se líquido dos juros capitalizados referentes a ativos fixos tangíveis (6.890 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016).

As diferenças cambiais desfavoráveis ocorridas no exercício de 2015 decorreram, essencialmente, da significativa valorização do dólar verificada nesse período.

52 - Imposto sobre o rendimento

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 7% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 29,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo nº 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício” apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Imposto corrente	486	9.735
Imposto diferido (Nota 15)	3.202	(29.911)
	3.688	(20.176)

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2016 e 2015 é evidenciada como segue:

	2016	2015
Resultado antes de impostos	(28.269)	(180.615)
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	(5.936)	(37.929)
Diferenças permanentes	7.346	6.175
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos do exercício anterior	(595)	1.397
Utilização prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores sem IDA	(9)	-
Prejuízos fiscais reportáveis do período sem IDA	2.590	2.253
Tributação autónoma e outras formas de tributação	292	7.928
Imposto sobre o rendimento	3.688	(20.176)
Taxa efetiva de imposto	(13%)	11%

53 - Interesses não controlados – resultado líquido

Os interesses não controlados, presentes na demonstração consolidada dos resultados, a 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalham-se como segue:

	2016	2015
Interesses não controlados de resultado líquido		
TAP M&E Brasil	(473)	(546)
Cateringpor	808	567
LFP	4.383	4.244
	4.718	4.265

54 – Outros gastos não recorrentes

Na sequência do enquadramento descrito na Nota 22, foi entendimento do Conselho de Administração que a melhor estimativa, em 31 de dezembro de 2015, para a taxa de atualização cambial das disponibilidades

retidas na Venezuela era a taxa SIMADI, a qual representou o reconhecimento de uma variação cambial negativa, no montante de 91.394 milhares de Euros, registada nesta rubrica, dado refletir uma situação considerada como não recorrente, tendo em conta a sua natureza e magnitude no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP.

55 - Relato por segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos de negócio: transporte aéreo, manutenção, *catering* e outros. Os resultados de cada segmento correspondem àqueles que lhe são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos.

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2016, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil				
RÉDITOS							
Réditos	2.110.464	79.132	84.091	48.818	54.246	(87.113)	2.289.638
Resultados operacionais	34.973	8.699	(16.747)	2.065	(15.946)	-	13.044
Resultados financeiros líquidos externos	(4.781)	-	(18.009)	(19)	(18.504)	-	(41.313)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	1.743	-	1.743
Imposto sobre o rendimento	(942)	-	-	(497)	(2.249)	-	(3.688)
Interesses não controlados	-	-	(473)	808	4.383	-	4.718
Resultado líquido do exercício	29.250	8.699	(34.756)	1.549	(36.699)	-	(31.957)

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2015, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil				
RÉDITOS							
Réditos	2.226.998	102.021	68.611	46.652	50.064	(85.624)	2.408.722
Resultados operacionais	(99.762)	10.881	(17.061)	1.585	(12.985)	-	(117.342)
Resultados financeiros líquidos externos	(2.131)	-	(23.102)	10	(38.050)	-	(63.273)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	1.067	-	1.067
Imposto sobre o rendimento	(7.754)	-	-	(437)	28.367	-	20.176
Interesses não controlados	-	-	(546)	567	4.244	-	4.265
Resultado líquido do exercício	(109.647)	10.881	(40.163)	1.158	(22.668)	-	(160.439)

56 - Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as partes relacionadas encontram-se discriminados nos quadros abaixo. Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os elementos do Conselho de Administração do Grupo foram considerados, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração ascenderam a 2.315 milhares de Euros (2015: 2.261 milhares de Euros), conforme Nota 42.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os **saldos** com entidades relacionadas decompõem-se como segue:

2016 - Ativos				
	Outras contas a receber não correntes (Nota 18)	Clientes (Nota 21)	Outras contas a receber correntes (Nota 18)	Diferimentos
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	4.700	729	688	-
	9.444	2.165	1.263	731
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	4.744	1.436	575	731
	9.444	2.165	1.263	731
2016 - Passivos				
	Financiamentos obtidos não correntes (Nota 27)	Fornecedores (Nota 30)	Outras contas a pagar correntes (Nota 31)	Diferimentos
Acionistas				
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	(76)	-	-
Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	(31.249)	-	-	-
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	(795)	(6.665)	(99)
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	(94.754)	(1.045)	(835)	-
	(126.003)	(1.916)	(7.500)	(99)
2015 - Ativos				
	Outras contas a receber não correntes (Nota 18)	Clientes (Nota 21)	Outras contas a receber correntes (Nota 18)	Diferimentos
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	4.700	1.157	106	-
	4.700	1.157	106	-
2015 - Passivos				
	Financiamentos obtidos não correntes (Nota 27)	Fornecedores (Nota 30)	Outras contas a pagar correntes (Nota 31)	Diferimentos
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	(6.862)	(193)	(100)
	-	(6.862)	(193)	(100)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as **transações** ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

	2016				
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Resultados financeiros
Acionistas					
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	(663)	-	-	-	-
Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(1.249)
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(79.738)	(32)	6.599	1.231	-
Outras entidades relacionadas					
Azul S.A.	(16.727)	(4.038)	587	-	(4.754)
	(97.128)	(4.070)	7.186	1.231	(6.003)

	2015				
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Resultados financeiros
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	(77.614)	(8)	6.592	1.235	89
	(77.614)	(8)	6.592	1.235	89

As transações, no montante de 79.738 milhares de Euros (2015: 77.614 milhares de Euros) registadas em fornecimentos e serviços externos, são referentes a serviços prestados, em terra, pela SPdH, de apoio a aeronaves, passageiros, bagagem, carga e correio.

57 - Contingências

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo não possuía ativos contingentes.

Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

→ Ações laborais

(i) Periculosidade/Insalubridade e Outras

Valor: 75.416 milhares de Euros

A principal ação laboral refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre.

Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado.

As outras ações dizem respeito a processos individuais, relativos a reclamações de diversas naturezas, tais como, horas extra, danos morais, entre outros.

A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

→ **Ações fiscais**

- (ii) Auto de infração de imposto de importação (“II”), imposto sobre produtos industrializados (“IPI”), programa de integração social (“PIS”) e contribuição para financiamento da segurança social (“COFINS”)
Valor: 25.456 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 26 de abril de 2010, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. O processo que se encontrava em fase de recurso de ofício da Receita Federal, aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), foi remetido para a 1ª instância. Os autos foram para a Secretaria de Controle e Acompanhamento Tributário do Rio de Janeiro, estando a aguardar o retorno do processo ao CARF.

A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

- (iii) Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”)
Valor: 9.932 milhares de Euros

Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução.

(iv) Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária

Valor: 7.191 milhares de Euros

Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (“CARF”). Em setembro de 2016 foi julgado o Recurso Voluntário da subsidiária onde o CARF aceitou desconsiderar parte do Auto de Infração. A subsidiária brasileira foi intimada da decisão e aguarda julgamento.

(v) Auto de infração de PIS e COFINS - 2006

Valor: 3.416 milhares de Euros

O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a declaração de débitos e créditos tributários federais (“DCTF”), referente ao ano de 2006. Em julgamento, o CARF não considerou as alegações da subsidiária, tendo sido apresentados novos embargos de declaração, estando a aguardar julgamento do recurso.

(vi) Auto de infração de PIS e COFINS - 2007

Valor: 1.701 milhares de Euros

O fisco federal apurou diferenças entre as declarações apresentadas pela subsidiária, relativas às contribuições PIS e COFINS. Foi apresentada manifestação de inconformidade em 2012 e atualmente encontra-se a aguardar o julgamento em 1ª instância.

(vii) Auto de infração de ICMS

Valor: 1.329 milhares de Euros

A TAP M&E Brasil foi notificada, em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, pelo aproveitamento de crédito de ICMS de energia elétrica na filial de Porto Alegre. A subsidiária apresentou impugnação, não havendo previsão para o julgamento.

→ **Ações cíveis**

(viii) Execução de honorários de advogados

Valor: 3.224 milhares de Euros

Execução de honorários por parte de um escritório de advogados contra a subsidiária, no âmbito da desistência de ação e adesão ao programa de parcelamento do REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), encontrando-se em fase de julgamento do recurso.

→ **Outras**

(ix) Ativos penhorados

Valor: 14.310 milhares de Euros

A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 14.310 milhares de Euros, que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.

A TAP SGPS e a TAP S.A. foram notificadas a 10 de novembro de 2016 de uma “Comunicação de Objeções” emitida pela Comissão Europeia - Direção Geral da Concorrência, relacionada com as tarifas praticadas pela TAP S.A. e a SN Brussels na rota Lisboa-Bruxelas, tendo em consideração os acordos de “code-share” existentes. O Grupo TAP entende que não existem indícios fundamentados de qualquer infração, tendo apresentado a sua defesa já em 2017, pelo que não é provável que um exfluxo de recursos lhe seja exigido.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

	2016	2015
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Aeronaves	47.357	45.874
Natw est - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2.453	2.861
Combustíveis	2.199	3.019
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.654	1.654
Tribunal do Trabalho	1.053	1.329
Outras	15.443	11.170
Garantias bancárias prestadas pela LFP		
Contratos de concessão de licenças de exploração das Lojas Francas	11.724	9.000
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	2.057	397
Cauções prestadas a seguradoras	90	90
	84.030	75.394

As garantias reais prestadas no âmbito de contratos de financiamento encontram-se divulgadas na Nota 27.

58 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros

A reconciliação das posições financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros, nelas incluídas, detalha-se como segue:

	2016				Total
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 24)	Créditos e valores a receber	Outros ativos/passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	81.175	39.654	-	120.829
Valores a receber correntes	-	260.430	-	40.281	300.711
Depósitos bancários restritos	-	538	-	-	538
Caixa e seus equivalentes	-	150.468	-	-	150.468
Total Ativos	-	492.611	39.654	40.281	572.546
Passivos					
Financiamentos obtidos não correntes	-	-	(666.841)	-	(666.841)
Outros passivos não correntes	(636)	-	(104.843)	-	(105.479)
Financiamentos obtidos correntes	-	-	(328.274)	-	(328.274)
Valores a pagar correntes	-	-	(467.956)	(421.359)	(889.315)
Total Passivos	(636)	-	(1.567.914)	(421.359)	(1.989.909)

	2015				Total
	Instrumentos financeiros derivados designados como instrumentos de cobertura (Nota 24)	Créditos e valores a receber	Outros ativos/passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	
Ativos					
Outros ativos não correntes	-	50.952	-	-	50.952
Valores a receber correntes	-	202.326	-	30.699	233.025
Depósitos bancários restritos	-	4.177	-	-	4.177
Caixa e seus equivalentes	-	136.814	-	-	136.814
Total Ativos	-	394.269	-	30.699	424.968
Passivos					
Financiamentos obtidos não correntes	-	-	(743.370)	-	(743.370)
Outros passivos não correntes	(1.038)	-	(82.981)	-	(84.019)
Financiamentos obtidos correntes	-	-	(198.797)	-	(198.797)
Valores a pagar correntes	-	-	(420.062)	(357.665)	(777.727)
Total Passivos	(1.038)	-	(1.445.210)	(357.665)	(1.803.913)

Na tabela que se segue, apresentam-se os ativos e passivos, mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13:

Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da posição financeira;

Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

→ **Ativos mensurados ao justo valor**

	2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.248	-

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.216	-

→ **Passivos mensurados ao justo valor**

	2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros			
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	-	636	-
Passivos não financeiros			
Diferimentos - Programa de fidelização de clientes	-	42.972	-

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros			
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas - derivados de cobertura	-	1.038	-
Passivos não financeiros			
Diferimentos - Programa de fidelização de clientes	-	41.995	-

Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de valores a pagar, quando negativo, e na rubrica de valores a receber, quando positivo.

No decurso de 2016 e 2015, a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, foi registada em capitais próprios.

A decomposição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se detalhada na Nota 24.

Créditos e valores a receber

Estes valores são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito.

Outros passivos financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respetivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efetiva de juro associada a cada um dos passivos.

60 – Compromissos

→ Compromissos de compra

Está contratada com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) a aquisição de 53 aeronaves (39 A320 NEO Family e 14 A330 NEO) a receber entre 2018 e 2025. Esta encomenda decorre da novação à Transportes Aéreos Portugueses, S.A. do contrato de aquisição previamente negociado e assinado entre a Airbus e a DGN Corporation.

Foi também assinado um compromisso com a CFM International Inc. relativo à aquisição de 83 reatores LEAP-A1, incluindo 5 reatores de reserva, que equiparão a nova frota de aeronaves A320 NEO Family.

→ Outros compromissos

Identificada a necessidade de adição de diversas aeronaves, durante o ano de 2017, quer para substituição de outras quer para cumprimento da programada expansão da rede, foram assinados durante o último trimestre do ano vários compromissos com diversas entidades, nomeadamente quanto à incorporação na frota da TAP S.A. de 1 A321-200, 1 A320-200 e 3 A330-300.

Foi ainda assinada, em dezembro de 2016, uma carta de intenções, estabelecendo as condições para o financiamento de adiantamentos contratuais (*pre-delivery payments*) à Airbus, no tocante a algumas das aeronaves constantes do contrato de aquisição acima referenciado, com posterior locação operacional das mesmas à TAP S.A. Em fevereiro de 2017, foi também celebrada uma carta de intenções incorporando 4 A330-900 e 1 A320Neo, sendo que 2 dos A330-900 respeitam a aeronaves, atualmente pertencentes ao contrato de aquisição assinado entre a Airbus e a TAP S.A., estando também assegurados, nestas 2 aeronaves, o financiamento dos adiantamentos a fazer à Airbus a título de *pre-delivery payments*.

Em 31 de dezembro de 2016 existiam compromissos financeiros, assumidos pelo Grupo TAP, relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 435.539 milhares de Euros (342.014 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015) (Nota 27).

61 - Eventos subsequentes

Na sequência da referida deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 23 de dezembro de 2016, em 12 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral da TAP SGPS deliberou, entre outros, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS, que foi deliberada pela Assembleia Geral da TAP SGPS em 8 de março de 2016, bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L. De referir que o Grupo TAP ainda não concretizou as garantias, definidas nos termos do contrato, tendo acordado com os subscritores das obrigações uma extensão do prazo para a constituição dessas mesmas garantias.

Adicionalmente, desde o início do ano de 2017, a Atlantic Gateway e a Parública têm vindo a trabalhar em conjunto com o Grupo TAP sobre as condições suspensivas estabelecidas no Acordo de Compra e Venda de Ações, no sentido de permitir, a curto prazo, a conclusão da transação prevista nesse mesmo acordo, em resultado da qual a Parública deverá passar a ser titular de 50% do capital social da TAP SGPS.

CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Candeias Matos da Luz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Presidente

Fernando Abs da Cruz Souza Pinto
Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal da Comissão Executiva

Maximilian Otto Urbahn
Vogal da Comissão Executiva

David Gary Neeleman
Vogal

Philippe Calixte Albert Delmas
Vogal

Sydney John Isaacs
Vogal

Robert Aaron Milton
Vogal

Henri Courpron
Vogal

Tiago Gonçalves de Aires Mateus
Vogal

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho
Vogal



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.657.086 milhares euros e um total de capital próprio negativo atribuível aos acionistas do Grupo de 473.112 milhares euros, incluindo um resultado líquido negativo de 27.731 milhares euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

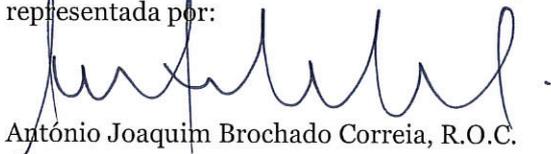
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

10 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.